

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

MARCO MARÃO

**JUVENTUDE CAMPONESA E CONSUMO DE MÍDIA NA ERA
DIGITAL**

Santa Maria - RS
2020

MARCO MARÃO

JUVENTUDE CAMPONESA E CONSUMO DE MÍDIA NA ERA DIGITAL

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Comunicação**.

Orientadora: Dra. Veneza Mayora Ronsini

Santa Maria – RS
2020

Marão, Marco
Juventude camponesa e consumo de mídia na era digital
/ Marco Marão.- 2020.
175 p.; 30 cm

Orientadora: Veneza Mayora Ronsini
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Comunicação, RS, 2020

1. Juventude rural 2. Consumo midiático 3. Mediações
4. Sociedade em rede 5. Capitalismo I. Mayora Ronsini,
Veneza II. Título.

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado**

**JUVENTUDE CAMPONESA E CONSUMO DE MÍDIA NA ERA
DIGITAL**

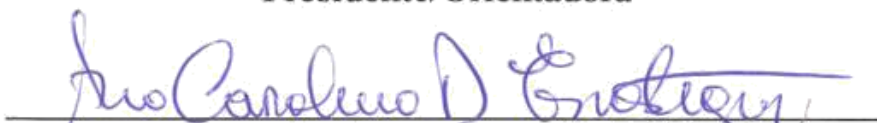
elaborada por
MARCO MARÃO

Aprovado em 19 de fevereiro de 2020

Como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Comunicação

COMISSÃO EXAMINADORA:

Veneza Mayora Ronsini, Dra. (UFSM)
Presidente/Orientadora


Ana Carolina Escosteguy, Dra. (UFSM)


Ângela Cristina Felippi, Dra. (UNISC)

Santa Maria, 19 de fevereiro de 2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, cujo apoio foi fundamental ao longo de toda a jornada que resultou nessa dissertação de mestrado: à minha mãe, Marisol, que me ajudou a “segurar muitas pontas”; à minha avó, Elza, cuja intuição me ajudou a enxergar o caminho que me traria até aqui; às minhas irmãs, Marcelle e Mariana, parceiras de toda a vida; ao meu padrasto, Melchiades, que contribuiu para a concretização dos meus planos.

À professora Veneza, por abrir minha mente, por me apontar novas rotas, por seus conselhos acadêmicos e “extra acadêmicos” e por acreditar no meu potencial como pesquisador.

Aos amigos que fiz e aos companheiros de “terapia coletiva”: Camila, Daniela, Emanuely, Laura C., Laura R., Leandra, Lucas, Luiza, Mauricio, Rafael e Simone.

À professora Ana Carolina Escosteguy, que esteve presente, entre aulas e “puxões de orelha”, ao longo da minha trajetória no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (o Poscom) da UFSM, e por sua participação nas bancas de qualificação e de defesa dessa dissertação; à professora Elisa Guaraná de Castro, pelos valiosos conselhos oferecidos na banca de qualificação; à professora Ângela Trevisan Felippi, por avaliar criteriosamente essa dissertação enquanto membro da banca de defesa.

Aos demais professores e profissionais do Poscom da UFSM, por suas contribuições neste processo e por contribuírem para a excelência nacional do programa.

Aos “tios” do coração, que me deram “casa, comida e roupa lavada” em Pedreiras, pelo tempo que eu precisasse para realização da etnografia. Ao “Fifa”, secretário de agricultura do município de Trizidela do Vale, por me ajudar a encontrar informantes para esta pesquisa e pelas caronas na garupa de sua moto. Aos funcionários da Secretaria de Trabalhadores Rurais de Pedreiras, por todas as dicas a respeito dos lugares que eu pretendia visitar e pela ajuda em encontrar informantes para a pesquisa. Aos jovens que participaram dessa pesquisa e suas respectivas famílias, que me acolheram com muita cordialidade e boa vontade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, por financiar esta pesquisa.

Eu sou um pobre caboclo, ganho a vida na enxada. O que eu colho é dividido com quem não plantou nada. Se assim continuar vou deixar o meu sertão, mesmo os olhos cheios d'água e com dor no coração. Vou pro Rio carregar massas pros pedreiros em construção.

(João do Vale)

RESUMO

JUVENTUDE CAMPONESA E CONSUMO DE MÍDIA NA ERA DIGITAL

AUTOR: Marco Marão

ORIENTADORA: Dra. Veneza Mayora Ronsini

A pesquisa aborda o consumo de mídia na era digital e a centralidade da comunicação na estrutura social contemporânea, marcada pela produção capitalista de novas formas de exclusão social. O problema busca responder em que medida as estruturas de poder no contexto do capitalismo avançado estão implicadas nas práticas dos jovens camponeses associadas ao consumo de mídia na era digital. O objetivo da pesquisa é analisar a experiência vivida dos jovens camponeses na intersecção com o seu consumo de mídia. Para isso definimos, primeiramente, alguns pressupostos teóricos que contribuem para a aplicação da metodologia adotada. Os pressupostos teóricos são: a abordagem dos Usos Sociais da Mídia, através do modelo das mediações de Martín-Barbero (1997), especificamente o *Mapa das Mediações Comunicativas da Cultura*; o conceito de representação social (MOSCOVICI, 2003; HALL, 1997); a noção de rural como categoria social realizada (CARNEIRO, 2008); a definição conceitual de juventude como período de transição ou ciclo de vida (WEISHEIMER, 2005). Os métodos adotados são a Pesquisa bibliográfica e Documental (GIL, 2008; STUMPF, 2005); a Etnografia crítica da recepção, proposta de Ronsini (2003; 2011) para capturar as práticas dos receptores em fontes primárias, aliando os pressupostos da Etnografia antropológica com diretrizes da Sociologia. A realidade empírica dos jovens que participam desta pesquisa está situada no município de Pedreiras/MA. Como resultados, percebemos que a dicotomia rural-urbano realmente se faz presente nas representações dos informantes, mas, embora reconheçam a dominância do urbano sobre o rural, eles preferem viver no campo. Encontramos, também, fortes relações entre o que a mídia de massa representa sobre o urbano e as percepções deles sobre o urbano, cujas representações midiáticas, na visão deles, reforçam valores associados à modernidade, com os quais eles não se identificam. Constatamos, através das falas dos informantes, que há uma carência de representações do rural nas telenovelas brasileiras. As poucas telenovelas que representam o rural são, geralmente, de época, reforçando estigmas que caracterizam o rural como velho ou ultrapassado.

Palavras-chave: Juventude Rural. Consumo Midiático. Mediações. Sociedade em Rede. Capitalismo.

ABSTRACT

PEASANT YOUTH AND MEDIA CONSUMPTION IN THE DIGITAL ERA

AUTHOR: Marco Marão
ADVISOR: Dra. Veneza Mayora Ronsini

This research addresses the consumption of media in the digital age and the centrality of communication in the contemporary social structure, marked by the capitalist production of new forms of social exclusion. The research problem seeks to understand to which extent the social structures of power in the context of late capitalism are implicated in the practices of rural youth associated with media consumption in the digital age. The aim of the research is to analyze media consumption by young peasants. For that, we first define some theoretical assumptions that contribute to the application of the adopted methodology. The theoretical postulates are: the approach of Social Uses of Media, through the mediation model of Martín-Barbero (1997), specifically the Map of Communicative Mediations of Culture; the concept of social representation (MOSCOVICI, 2003; HALL, 1997); the notion of rural as a realized social category (CARNEIRO, 2008); the conceptual definition of youth as a transition period or life cycle (WEISHEIMER, 2005). The methods adopted are the Bibliographic and Documentary Research (GIL, 2008; STUMPF, 2005); the critical Ethnography of reception, proposed by Ronsini (2003; 2011) to capture the practices of recipients in primary sources, combining the assumptions of anthropological ethnography with sociology guidelines. The empirical reality of the young people participating in this research is located in the municipality of Pedreiras / MA. As a result, we realize that the rural-urban dichotomy is really present in the informants' representations, but, although they recognize the dominance of the urban over the rural, they prefer to live in the countryside. We also find strong relationships between what the mass media represents about the urban and their perceptions about the urban, whose media representations, in their view, reinforce values associated with modernity, with which they do not identify. We also notice a lack of representations about the rural in Brazilian soap operas. The few ones that represent the rural are period soap operas, which reinforces stigmas that label the rural as old or outdated.

Keywords: Rural Youth. Media Consumption. Mediations. Network Society. Capitalism.

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa das Mediações Comunicativas da Cultura	34
Figura 2: Mapa das Mutações Culturais	37
Figura 3: Momento de descontração com a família do povoado Trindade	61
Figura 4: Vista panorâmica de Pedreiras	101
Figura 5: Estátua de João do Vale em Pedreiras	109
Figura 6: Feira da Agricultura Familiar em Pedreiras	111
Figura 7: Pedra Grande de Pedreiras	112
Figura 8: Cozinha da casa de Ruth	116
Figura 9: Sala de estar e refeições da casa de Ruth	140
Figura 10: Santuário próximo à televisão da família de Ruth	140

Lista de Quadros

Quadro 1: Síntese das abordagens e critérios para a definição de juventude	46
--	----

Lista de Tabelas

Tabela 1: Dados básicos dos informantes	119
Tabela 2: Termos escolhidos pelos informantes	137

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1. DA TEORIA AO CAMPO	29
1.1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	29
1.1.1. A perspectiva dos Usos Sociais da Mídia	29
1.1.2. O modelo das mediações	31
1.1.3. O conceito de representação social	39
1.1.4. O rural como categoria social realizada	43
1.1.5. A definição de juventude	46
1.1.6. Campesinato e agricultura familiar	49
1.2. MÉTODOS	52
1.2.1. Pesquisa bibliográfica e documental	52
1.2.2. Etnografia crítica da recepção	53
1.2.3. Procedimentos de análise	55
1.3. UM BREVE RELATO ETNOGRÁFICO	58
2. A MODERNIZAÇÃO LATINO-AMERICANA	63
2.1. O CAPITALISMO CHEGA AO CAMPO	63
2.2. O PROJETO NACIONALISTA DA MODERNIDADE	70
2.2.1. A constituição do massivo	72
2.2.2. A fase desenvolvimentista	76
2.3. PARA ENTENDER O “NOVO RURAL”	77
2.3.1. A juventude rural em questão	78
3. AS FACES DA GLOBALIZAÇÃO	85
3.1. UM OLHAR A PARTIR DA <i>CONVERGÊNCIA</i>	85
3.2. NOVOS ESPAÇOS DE EXCLUSÃO	91
3.3. A MUNDIALIZAÇÃO DA CULTURA	96
4. OS RESULTADOS DA PESQUISA	101
4.1. A RURALIDADE DE PEDREIRAS - MA	101
4.2. PERFIS DOS INFORMANTES	113
4.2.1. Igor	113
4.2.2. Vitor	114
4.2.3. Ruth	115
4.2.4. Janaína	116
4.2.5. Leonardo	117
4.2.6. Joílson	117
4.2.7. Kelma	118
4.3. ANÁLISE	120
4.3.1. Sociabilidade	120
4.3.1.1. Trabalho	120
4.3.1.2. Lazer	128
4.3.1.3. Família	130
4.3.1.4. Escola	132
4.3.1.5. Representações do rural-urbano	135
4.3.2. Ritualidade	138
4.3.2.1. Hábitos de consumo	138
4.3.2.2. Representações midiáticas do rural-urbano	143

CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS	151
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	161
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	175

INTRODUÇÃO

Com a abolição da escravatura no Brasil, ao final do século XIX, um maior contingente de trabalhadores rurais adquire o direito à liberdade, baseado no princípio de igualdade entre todos os indivíduos da sociedade. Mas é esse mesmo princípio que tem contribuído, ao longo da história, para a manutenção da extrema desigualdade social que até hoje persiste no Brasil. Da intervenção do Estado a favor da elite agrária em relação à posse de terras em 1850 – resultando na expropriação de trabalhadores rurais de suas terras e, posteriormente, em sua migração em massa para as cidades – até o projeto nacionalista que se inicia na década de 1930 e se intensifica a partir da década de 1960 com a adesão dos meios de comunicação de massa, o motor é um só: o capital.

Desde as duas últimas décadas do século XX, a lógica da comunicação de massa começa a dar lugar a um novo paradigma comunicacional: o paradigma da *sociedade em rede*, marcado por profundas transformações culturais, econômicas e políticas associadas ao papel infraestrutural da mídia nas sociedades capitalistas avançadas ao redor do globo. Enquanto a chamada “mídia de massa” permanece firme à serviço das elites do mercado e da política, as instituições envolvidas nas chamadas “mídias digitais” o fazem através de novos espaços virtuais ou, nos termos de Castells (2009), espaços de fluxos, que se interpõem aos espaços sociais já existentes, em mútua incidência.

A apropriação dos espaços sociais pelo capitalismo para sua produção de valor e a aceleração do seu tempo de deslocamento entre estes espaços não é novidade (LEFEVBRE, 2013). O que é novo hoje é o alcance global e a simultaneidade temporal e espacial dessa produção de valor, possibilitada pela arquitetura interligada das redes virtuais, através do que Martín-Barbero (2009) chama de *entorno tecnocomunicativo*. De acordo com Castells (2009), a única certeza que paira sobre esse novo cenário comunicacional é a presença desconcertante do capitalismo e do Estado. Portanto, as relações de dominação que ocorrem entre estas redes virtuais de comunicação, são, também, críticas (CASTELLS, 2009). Através desse entorno tecnocomunicativo, a máquina de acumulação de capital funciona através de novos e mais complexos mecanismos e, no seu bojo, novas formas de exploração e exclusão social. Nesse novo panorama, certos grupos sociais são considerados irrelevantes ao sistema de criação de lucro do capitalismo global: os habitantes de áreas sem infraestrutura e ambiente institucional apropriados para a produção global, e/ou classes sem capital econômico suficiente para fazerem parte do mercado (CASTELLS, 2009).

Um desses grupos sociais é a *juventude camponesa*, cuja exclusão social é reforçada por sua invisibilidade social, tanto no meio acadêmico quanto no cenário político do país. A

invisibilidade social trata-se de “uma ação social que implica em não ver o outro, não enxergar sua existência social e tudo o que decorre deste fato” (WEISHEIMER, 2013, p. 23), expressão da falta de reconhecimento e da indiferença sofrida pelos grupos subalternos dentro da sociedade, que se manifesta na vida cotidiana, operando de modo “inter subjetivo” e objetivando-se “nas práticas do senso comum e do campo científico” (WEISHEIMER, 2013, p. 23).

Por estas razões, a nossa discussão está direcionada à juventude camponesa, através de uma pesquisa em microescala com jovens da chamada agricultura familiar que residem em áreas rurais do município de Pedreiras, no estado do Maranhão. Cabe ressaltar que, embora o agricultor familiar seja um ator social do mundo moderno, ele não é um produto a-histórico do Estado capitalista. De acordo com Wanderley (2003), provavelmente a grande maioria dos agricultores familiares tem uma história camponesa. Se estes mesmos agricultores devem se adaptar às condições de produção agrícola e vida social modernas, sua mesma lógica tradicional nos permite defini-los como camponeses. Consideramos, portanto, que a agricultura familiar não rompe com o campesinato, embora o modifique interior do sistema capitalista.

Decidimos nos referir aos jovens desta pesquisa como *camponeses* porque fazer ciência é, também, assumir um posicionamento político, uma vez que a ciência não é neutra (BOURDIEU, 1983). Embora o uso acadêmico do conceito de campesinato no país esteja mais associado à questão agrária, aos movimentos de luta pela terra – o que não é o foco da nossa pesquisa – consideramos uma contradição falar de desigualdade de classe no sistema capitalista utilizando um termo que, como resalta Fernandes (2003), legitima os interesses do capital, ou seja, legitima a perpetuação da ideia de que não existem desigualdades estruturais na sociedade, uma vez que noção de agricultura familiar pressupõe “a superação do insulamento político, cultural e da precariedade material” (NEVES, 2001, p. 2-3 apud FERNANDES, 2003, p. 22) vivenciada por heterogêneos grupos de produtores trabalhadores rurais, acenando para um projeto que atenua as mazelas produzidas pela agricultura capitalista e representa uma visão ideal de desenvolvimento que obsolesce o campesinato, perpetuando a invisibilidade social das populações camponesas. Portanto, consideramos que o termo agricultura familiar, apesar de sua reconhecida força teórico-política, é um “termo supérfluo”, um “eufemismo da agricultura capitalista” (FERNANDES, 2003, p. 18).

Como afirma Wanderley (2003), no caso brasileiro o processo de modernização da agricultura não está concluído, nem se disseminou de modo homogêneo por todo o território nacional. Nesse sentido, apontamos alguns pressupostos teóricos que são fundamentais para compreendermos o panorama de que estamos tratando e que servirão para o enfrentamento do

problema de pesquisa que pontuaremos mais adiante: a abordagem dos Usos Sociais da Mídia, em seu diálogo com os Estudos Culturais; a teoria das mediações de Martín-Barbero; o conceito de representação social.

A ação do capital sobre os processos de exclusão social no tempo e no espaço estruturados através da mídia é, nesta pesquisa, entendida a partir da abordagem dos Usos Sociais da Mídia, que está fundamentada na noção de *gramsciana* de hegemonia. Grosso modo, a mídia contribui para promover a produção de consenso, através da naturalização cultural das desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo. Através do conceito de mediações, Martín-Barbero propõe um descolamento de olhar sobre os modos como essa naturalização se consolida nas práticas dos receptores atravessadas pela mídia. Uma das aproximações possíveis na discussão sobre o modo como a mídia atua nesse processo de naturalização é o conceito de representação social, que explica a incidência mútua das dimensões simbólica e material da cultura, razão pela qual trabalhamos com esse conceito.

Para examinarmos a ação do capital, do Estado e da mídia sobre as transformações sociais que mencionamos, propomos um olhar sobre a produção e circulação de representações sobre as noções de *rural* e de *urbano* entre os jovens camponeses, pois a amplitude de elementos que estes termos designam nos permite examinar diferentes aspectos da experiência vivida destes jovens para compreendermos em que medida a dicotomia rural-urbano, ainda viva na esfera das representações sociais, está associada aos mecanismos de exclusão social produzidos pelo capital no espaço e no tempo.

Abordar as mediações nos estudos dos processos comunicativos dos meios não é sobredeterminar uma etapa do circuito comunicativo em relação às outras, mas reconhecê-lo como um processo envolvendo sujeitos, instituições sociais e contexto histórico (com suas forças políticas, econômicas e culturais), processo este em constante transformação. No entanto, por razões pragmáticas, não abarcamos o estudo do circuito comunicativo, privilegiando a experiência vivida dos sujeitos com a mídia.

Partindo desses pressupostos teóricos, delimitamos a pergunta que instiga a presente pesquisa: **em que medida as estruturas de poder no contexto do capitalismo avançado estão implicadas nas práticas da juventude camponesa associadas ao consumo¹ midiático na era digital?**

A justificativa desta pesquisa está amparada na constatação de uma carência de políticas públicas que visem a melhorias sócio estruturais para reparação das desigualdades

¹ Para fins de esclarecimento, tratamos os termos *consumo* e *recepção* como sinônimos, tomando por base os apontamentos de Ronsini (2011)

socioeconômicas e político-culturais que atingem as populações juvenis do campo, em especial as que constituem as classes menos abastadas da agricultura familiar (CASTRO et al., 2019), às quais nos referimos como camponesas. Entre 2005 a 2015, as populações juvenis do campo passaram a ganhar mais atenção do Estado brasileiro, através da implementação de políticas públicas para os jovens da agricultura familiar, categoria que representa 74% da população ocupada do campo, de acordo com Castro et al. (2019).

Embora as populações juvenis da agricultura familiar tenham vivenciado melhorias ao longo dos 10 anos em que foram contempladas através de ações governamentais, a persistente migração de jovens do campo para a cidade em busca de melhor qualidade de vida e de renda, demonstra que essas populações continuam enfrentando obstáculos em relação aos seus projetos de vida. Consolidado como principal política pública voltada aos agricultores familiares do meio rural brasileiro, o Pronaf² está marcado por um desequilíbrio em relação à distribuição de crédito rural, como apontam dados analisados por Aquino e Schneider (2015) demonstrando uma situação de exclusão social que se faz presente na própria fundamentação e operacionalização do programa. Segundo Aquino e Schneider (2015, p. 68), a parcela mais significativa dos recursos concentra-se “nas mãos dos agricultores mais abastados, clientes preferenciais dos bancos”. Para os autores, esses desequilíbrios distributivos dos recursos do Pronaf são decorrentes da ação direta dos atores governamentais responsáveis por sua elaboração e execução, “que, no afã de garantir espaço na representação política da chamada classe média rural, ‘abriram as portas’ do programa para os segmentos mais organizados e estruturados do setor rural”, amparados por condições especiais de oferta de créditos (AQUINO e SCHNEIDER, 2015, p. 68).

Para Castro et al. (2019), um fator importante que explica o descaso do poder público em relação aos jovens do campo é a visão historicamente estabelecida através do projeto desenvolvimentista fomentado pelo capital e pelo Estado ao longo do século XX, que coloca o rural como sinônimo de ultrapassado e o urbano como ideal de desenvolvimento, de evolução. Essa dicotomia, portanto, persiste na esfera das representações sociais, o que contribui largamente para a desvalorização dos espaços rurais no país, gerando “constrangimentos vividos pela condição de ser e estar jovem no contexto rural e desenvolver seus projetos de vida” (CASTRO e BARCELOS, 2015, p. 550), condição esta marcada por uma falta de acesso

² *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. Trata-se de um programa implementado pelo Governo Federal visando ao fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo agricultor familiar a partir do financiamento de atividades e serviços agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas que possam melhorar a qualidade de vida das famílias produtoras.

de jovens rurais de classes menos abastadas aos bens de consumo que atendam às suas necessidades simbólicas e pela ausência de espaços em que possam reivindicar suas demandas sociais.

Diante disso, ressaltamos a pertinência da categoria classe social na análise das relações entre os diferentes aspectos da organização social em sociedades capitalistas e as práticas sociais dos sujeitos. A dominação exercida no sistema capitalista de produção está blindada pela negação das desigualdades sociais naturalizadas na cultura, daí a relevância teórica do conceito de campesinato, entendido como uma forma social particular de organização da produção (WANDERLEY, 2003). A decisão de utilizarmos o conceito de campesinato não é apenas política. A nossa pesquisa de campo foi direcionada a um grupo de jovens, pertencentes à famílias de pequenos produtores agrícolas (formalmente cadastrados como agricultores familiares), que residem no município de Pedreiras, no estado do Maranhão. De acordo com Castro et al. (2019), o campesinato (entendido em sua constituição mais tradicional, isto é, como unidades de produção familiar não integradas ao mercado capitalista) ainda é uma realidade marcante em grande parte do estado do Maranhão. Portanto, mesmo em sua concepção tradicional, a noção de campesinato seria, possivelmente, mais adequada para nos referirmos ao grupo com o qual realizaríamos a pesquisa.

Academicamente, destacamos a escassez de pesquisas brasileiras de pós-graduação que abordem a categoria juventude rural. Embora apontem um crescimento no volume de publicações acadêmicas direcionadas à juventude, levantamentos bibliográficos realizados por Weishemer (2005), Hayashi, Hayashi e Martinez (2008), Sposito et al. (2009) e Barasuol, Doula e Boessio (2017), em diferentes áreas do conhecimento³, constatam que há um grande predomínio de discussões acerca dos jovens de espaços urbanos em detrimento daquelas que direcionam-se aos jovens de contextos rurais.

O desinteresse acadêmico pela realidade dos jovens que habitam os espaços considerados institucionalmente como rurais denota a invisibilidade social que esses sujeitos sofrem. De acordo com Weisheimer (2013), embora o debate público acerca do tema *Juventude* tenha se intensificado no contexto brasileiro e latino-americano e isso deva-se, em parte, a uma ampliação do volume de pesquisas sobre o assunto no campo das ciências humanas desde os anos 2000, a situação de invisibilidade dos jovens de contextos rurais ainda persiste no meio científico e “se processa quando este não abrange tais sujeitos, não reflete sobre eles, não lhes reconhece a existência e nem lhes atribui capacidades reflexivas” (WEISHEMER, 2013, p. 23).

³ Conforme os critérios da *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes)*

Em mapeamento de publicações em diferentes áreas do conhecimento realizado pelo mesmo autor, em que são sistematizados livros, artigos, teses e dissertações publicados no país sobre o tema juventude (especificamente rural), no período de 1992 a 2004, constam somente 50 trabalhos abordando o tema, realizados por 36 pesquisadores (WEISHEMER, 2005).

Em outro levantamento sobre o tema juventude focado nas teses e dissertações vinculadas aos programas brasileiros de pós-graduação de diferentes áreas do conhecimento, Sposito et al. (2009) identificaram 1427 trabalhos sobre juventude, dentre os quais somente 52 abordam a juventude rural (menos de 4% do total). Por sua vez, Hayashi, Hayashi e Martinez (2008) recuperaram 84 produções discentes brasileiras (teses e dissertações) sobre o tema juventude (tanto urbana quanto rural), publicadas entre 1989 e 2006 em diferentes áreas do conhecimento. Outro levantamento a respeito da juventude rural, realizado por Castro et al. (2009), identifica 87 produções discentes de teses e dissertações publicadas no país, mas estende-se a monografias de graduação (2), artigos, resumos, capítulos de livros, relatórios de pesquisa (93) e livros (15). Cabe ressaltar que vasto recorte temporal estipulado pelos autores abrangeu trabalhos publicados desde 1960 até o ano de 2007, concentrados em 3 grandes áreas do conhecimento e uma área multidisciplinar, conforme a classificação da Capes.

Um estado da arte elaborado por Barasuol, Doula e Boessio (2017) abrange um período mais recente de publicações. As autoras mapearam as teses e dissertações sobre juventude de 4 grandes áreas do conhecimento da Capes, publicadas no Brasil entre 2010 e 2015, com ênfase nas que abordam a juventude rural. Dos 319 registros encontrados, somente 73 (27%) contemplam a juventude rural, frente a 199 registros sobre juventude urbana (73%).

Tendo em vista o exposto, a presente pesquisa contribui em preencher a lacuna de publicações brasileiras voltadas à juventude rural. Esta lacuna foi observada na área das Ciências Humanas, especialmente dentro do campo da Comunicação, e visa a contribuir (guardadas as devidas proporções de um trabalho de dissertação) para ampliar o leque de estudos que contemplem a materialidade cultural que orienta as transformações no modo de vida dos jovens da classe trabalhadora que vivem no campo.

Diante do problema apresentado, o **objetivo geral** desta pesquisa é analisar a práticas dos jovens camponeses associadas ao consumo de mídia e as representações do rural-urbano acionadas por este consumo para compreendermos em que medida as estruturas capitalistas de poder estão implicadas nessas práticas.

Portanto, os **objetivos específicos** consistem em:

- Descrever a experiência vivida desses jovens nas esferas do trabalho, escola, família, lazer e seus hábitos de consumo midiático

- Identificar as representações do rural-urbano acionadas pelo consumo de mídia entre esses jovens

- Identificar relações as práticas associadas ao consumo de mídia entre esses jovens, as representações do rural-urbano acionadas por esse consumo e as estruturas de poder implicadas nestas práticas

Para atender aos objetivos, adotamos como método a Etnografia, pois ela possibilita a apreensão do fluxo da experiência dos sujeitos, a partir da observação dos seus comportamentos, através da proposta de *Etnografia crítica da recepção* de Ronsini (2011), que alia aos procedimentos antropológicos para a Etnografia, diretrizes da Sociologia. A proposta de Ronsini (2011), ancorada no paradigma indiciário, permite-nos articular a observação em microescala a discussões teóricas mais amplas acerca do objeto de pesquisa. Além da observação participante, pressuposto do método etnográfico, realizamos entrevistas de roteiro semiestruturado, com predominância de perguntas abertas. A pesquisa de campo foi realizada entre janeiro e março de 2019 no município de Pedreiras, no estado do Maranhão. O termo “rua” que aparece no título do trabalho ao lado do termo “campo” faz uma alusão à relação cidade-campo. Usamos este termo porque é assim que os nossos informantes se referem à cidade.

A partir do Mapa das Mediações Comunicativas da Cultura (MARTÍN-BARBERO, 1997) elaboramos as categorias de Análise, tendo por base as mediações Socialidade e Ritualidade. Para maior organização dos dados discutidos na categoria Socialidade definimos as seguintes subcategorias: trabalho, escola, família, lazer e representações do rural-urbano. Já a mediação Ritualidade desdobra-se nas seguintes subcategorias: hábitos de consumo e representações *mediáticas* do rural-urbano.

No capítulo 1, *Da teoria ao campo*, discutimos os pressupostos teóricos que fundamentam a pesquisa, nos quais a nossa metodologia está ancorada. Na primeira seção, apresentamos os pressupostos da abordagem dos Usos Sociais da Mídia, da teoria das mediações (GOMES, et al., 2017; LOPES, 2014; 2018; MARTÍN-BARBERO, 1997; RONSINI, 2011), do conceito de representação social (HALL, 1997; JODELET, 2001; MOSCOVICI, 2003), da perspectiva do rural como categoria social realizada (CARNEIRO, 2008), dos conceitos de campesinato e agricultura familiar. Demonstramos, também, os critérios que adotamos para abordar a juventude. Na segunda seção, apresentamos os métodos utilizados na pesquisa: a pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2008; STUMPF, 2005) e a Etnografia crítica da recepção (RONSINI, 2011). Explicamos, ainda, os procedimentos de

análise da pesquisa, operacionalizada através do modelo das mediações. Por fim, apresentamos um breve relato reflexivo sobre a experiência da pesquisa de campo.

No capítulo 2, *A modernização latino-americana*, discutimos os processos que marcam a trajetória da modernização capitalista na América Latina, partindo da instalação do capitalismo no campo no final do século XIX, marcado pela expropriação de terras camponesas e pela exploração da força de trabalho do trabalhador rural, que acaba resultando na migração em massa de trabalhadores do campo para as cidades (MARTINS, 1981). Mantendo uma cronologia, seguimos com uma discussão sobre o projeto nacionalista na América Latina, dividido em duas fases: a constituição do massivo e o paradigma do desenvolvimento (MARTÍN-BARBERO, 1997).

No capítulo 3, *As faces da globalização*, lançamos um olhar sobre a globalização capitalista a partir da noção de convergência, que designa um conjunto de processos culturais e econômicos envolvido na era dos conglomerados globais de mídia (COULDRY, 2012; DWYER, 2010; JENKINS, 2009). Em seguida, discutimos o paradigma da sociedade em rede, em termos da produção de novos espaços e lógicas de exclusão pelo capitalismo (CASTELLS, 2009; SANTOS, 2001). Por fim, enfatizamos a dimensão cultural da expansão global do capitalismo, em termos de uma cultura mundial desterritorializada que, embora homogênea, convive com as diferenças, transformando-as sem homogeneizá-las (ORTIZ, 2007; 2015).

O capítulo 4 é dedicado à apresentação da *Análise* da pesquisa, através de categorias empíricas e analíticas elaboradas a partir do Mapa das Mediações Comunicativas da Cultura de Martín-Barbero.

1. DA TEORIA AO CAMPO

Neste capítulo, apresentamos as decisões teóricas e metodológicas que tomamos ao longo da trajetória de investigação, as quais repercutiram em nosso olhar sobre a realidade desta pesquisa e sobre sua análise. Diversas correntes marcaram a trajetória de estudos envolvendo a relação entre meios e audiências. Entre estes, incluem-se os estudos de recepção que se filiam à perspectiva teórica das mediações, denominados como abordagem dos Usos Sociais da Mídia, e que já fazem parte de uma tradição de pesquisas no contexto latino-americano. Esta perspectiva traz uma abordagem alinhada, em certa medida, aos pressupostos dos Estudos Culturais britânicos, que emergem na década de 1970 e marcam um rompimento com o modelo reducionista dos efeitos.

Como sintetizam Lopes, Borelli e Resende (2002, p. 29), os Estudos Culturais possibilitam uma problematização mais elaborada da recepção, “em que as características socioculturais dos usuários são integradas na análise não mais de uma difusão, mas, sim, de uma circulação de mensagens no seio de uma dinâmica cultural”. Com isso, progressivamente a análise passa a ser deslocada dos meios “para os grupos sociais que estão integrados em práticas sociais e culturais mais amplas” (LOPES; BORELLI; RESENDE, 2002, p. 29). É precisamente este deslocamento o ponto de partida da perspectiva das mediações de Martín-Barbero. Esta perspectiva fornece as bases para a construção do quadro teórico-metodológico desta pesquisa.

1.1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Na seção *1.1.1. A perspectiva dos Usos Sociais da Mídia*, demonstramos os principais pressupostos teóricos desta abordagem, que fundamentam o modelo das mediações elaborado por Martín-Barbero (1997), sobre o qual discutimos na seção *1.1.2. O modelo das mediações*. Na seção *1.1.3. O conceito de representação social*, discutimos brevemente a teoria das representações sociais de Moscovici (2003), junto às contribuições de Hall (1997) para pensarmos a relação entre a produção e circulação de representações sociais pela mídia e a manutenção de estruturas de poder. Na seção *1.1.4. A definição de juventude* demonstramos os pressupostos sobre o qual nos baseamos para denominarmos os informantes como *jovens*, tendo em vista as divergências teóricas existentes a esse respeito.

1.1.1. A perspectiva dos Usos Sociais da Mídia

A nossa pesquisa está filiada à perspectiva dos Usos Sociais da Mídia, dentro dos chamados estudos de recepção latino-americanos. Ela tem como expoente o colombiano Jesús

Martín-Barbero, cujas reflexões são, em certa medida, “um divisor de águas” no campo da Comunicação na América Latina. Embora não tenha se auto inserido no campo dos Estudos Culturais, sua perspectiva dialoga em vários aspectos com esta corrente de pesquisa, dos quais destacamos: a noção de cultura; a inspiração marxista, através da preocupação com as classes populares; a noção *gramsciana* de hegemonia.

Podemos compreender a noção *barberiana* de cultura a partir de sua confluência com as proposições de Raymond Williams, um dos “pais” dos Estudos Culturais britânicos. Como coloca Prendergast (1995), conceitualmente pode-se chegar a três definições que resumem as proposições de Williams, ao longo de seu trabalho, para o termo *cultura*: ela não é efeito de uma instância determinante, logo não é secundária, mas primária; não é apenas superestrutura, mas força ativa na construção social da realidade; ela não está separada da vida social, daí a concepção de todo um modo de vida. Conforme aponta Turner (2003), a cultura é discutida, ao mesmo tempo, como uma idéia, como um registro histórico de significados e definições das sociedades e como conjuntos de formas materiais. Dialogando com esses pressupostos, Martín-Barbero procura pensar a dimensão comunicacional da cultura, em termos de sua intersecção com a mídia:

Na redefinição da cultura, é fundamental a compreensão de sua natureza comunicativa. Isto é, seu caráter de processo produtor de significações e não de mera circulação de informações, no qual o receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor. O desafio apresentado pela indústria cultural aparece com toda a sua densidade no cruzamento dessas duas linhas de renovação que inscrevem a questão cultural no interior do político e a comunicação, na cultura (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 287).

A inspiração marxista no pensamento *barberiano*, assim como nos Estudos Culturais britânicos, apresenta alguns pontos de convergência, mas também tensionamentos com o marxismo ortodoxo: ele emprega a noção de dominação de classes sociais, mas refuta a separação entre base e superestrutura. Sob esse ponto de vista, a organização econômica básica não poderia ser separada de seus aspectos intelectuais ou simbólicos. A base não é tida como objeto, mas como atividades produtivas que fundamentam todas as outras atividades da sociedade. Nesse sentido, a base se trata de um processo dinâmico e contraditório. Não há, portanto, um determinismo econômico, mas uma fixação de limites e a existência de pressões, que são internalizadas e se tornam vontades individuais. Essa internalização de vontades é, por sua vez, um claro diálogo que Martín-Barbero estabelece com a noção de *habitus* de Bourdieu.

Através dessa ponte com o marxismo, Martín-Barbero recupera, mesmo que sob um outro contexto histórico, a preocupação com as classes populares manifestadas pelos teóricos

dos Estudos Culturais britânicos (RONSINI; ROSSATO, 2008). Com isso, segundo Ronsini e Rossato (2008), Martín-Barbero reverbera o olhar de Richard Hoggart (outro dos “pais” dos Estudos Culturais na Inglaterra) sobre a relação entre as classes populares e a mídia, ressaltando seu caráter de resistência e não apenas de submissão aos mecanismos de controle e reprodução social.

Fundamental à perspectiva de Martín-Barbero, nesse sentido, é o conceito de hegemonia de Antonio Gramsci, que consiste em pensar a hegemonia dos dominantes não como uma força coercitiva, mas como “uma forma de organizar o consenso” (GOMES, 2011, p. 37), procurando naturalizar as práticas, ou seja, ela se dá de maneira mais velada. Desse modo, para Gramsci, é que a ideologia se materializa nas práticas de uma sociedade complexamente estruturada e deve ser pensada de modo articulado aos níveis político e econômico. O interesse de Martín-Barbero no conceito *gramsciano* de hegemonia é inserir, a partir do seu diálogo com o marxismo, a questão cultural e a dimensão de classe na cultura popular. Assim, o autor propõe:

(...) pensar o processo de dominação social já não como imposição a partir de um exterior e sem sujeitos, mas como um processo no qual uma classe hegemônica, na medida em que representa interesses que também reconhecem de alguma maneira como seus as classes subalternas. E “na medida” significa aqui que não há hegemonia, mas sim que ela se faz e desfaz, se refaz permanentemente num “processo vivido”, feito não só de força mas também de sentido, de apropriação do sentido pelo poder, de sedução e de cumplicidade (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 94).

Estes pressupostos fornecem as bases para o modelo das mediações elaborado por Martín-Barbero, sobre o qual discutiremos a seguir.

1.1.2. O modelo das mediações

A Comunicação vem se consolidando como um campo de pesquisa interdisciplinar, dividindo interesses temáticos e incorporando metodologias das áreas das Ciências Humanas e Sociais, razão pela qual a trajetória de institucionalização da Comunicação tem sido marcada por debates, por vezes conflitantes, acerca das especificidades que a delimitam como campo autônomo de pesquisa. Um dos argumentos que, na nossa concepção, legitimam a autonomia do campo é sua delimitação a partir de um “olhar comunicacional” para o objeto.

Nesta pesquisa, nos aproximamos de um tema caro à Sociologia, a juventude rural. Abordar o assunto a partir do “lugar” da Comunicação não é necessariamente indicar problemáticas que a Sociologia ainda não tenha enfrentado recorrentemente, mas contribuir para estas problemáticas a partir de outra perspectiva. Em outros termos, pensar os problemas enfrentados pela juventude rural a partir da Comunicação. No recorte aqui proposto, pensá-lo a

partir do consumo de mídia (digital ou analógica) entre os jovens camponeses, ou seja, como a relação desses jovens com a mídia nos alerta para os problemas sociais que eles enfrentam.

O ponto de partida para a exposição do percurso metodológico desta pesquisa é a perspectiva das mediações de Jesús Martín-Barbero. A perspectiva *barberiana* surge na década de 1980, como parte de um movimento teórico efervescente na América Latina que procurava se contrapor às vertentes funcionalistas, semióticas e frankfurtianas, n-se no conceito *gramsciano* de hegemonia para analisar a relação entre comunicação e cultura das massas, sob um cunho político. Através do deslocamento dos meios às mediações, do ponto de partida investigativo, a proposta de Martín-Barbero resulta em "um desenho complexo de pesquisa que envolve a estrutura e a dinâmica da produção de conteúdos, os usos e as apropriações desses conteúdos e a composição textual dos mesmos" (LOPES, 2014, p. 66), procurando romper com o modo fragmentado de abordar o circuito da comunicação midiática, pensando a comunicação como processo.

Por muito tempo (...) estivemos convencidos de que a comunicação nos deveria apresentar uma teoria — sociológica, semiótica ou informacional — porque só a partir dela seria possível demarcar o campo de interesses e precisar a especificidade de seus objetos. Entretanto, alguma coisa na realidade se mexeu com tanta força que provocou uma certa confusão, com a derrubada das fronteiras que delimitavam geograficamente o terreno e nos asseguravam psicologicamente. Apagado o desenho do “objeto próprio”, ficamos à mercê das intempéries do momento. (...) Foi necessário perder o “objeto” para que encontrássemos o caminho do movimento social na comunicação, a comunicação em processo (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 277-278)

A mediação, nesse sentido, se trata de um lugar de partida para as investigações dos processos comunicativos, podendo “ser pensada como uma espécie de estrutura incrustada nas práticas sociais e na vida cotidiana das pessoas que, ao realizar-se através dessas práticas, traduz-se em múltiplas mediações” (LOPES, 2014, p. 68).

Em síntese, a abordagem das mediações se afirma como renovadora em função de que a noção de mediação emerge de uma visão (re)integradora dos fenômenos de comunicação a partir do trinômio comunicação-cultura-política (em seus próprios termos, também renovado), a partir da qual critica-se o exclusivismo e o determinismo dos paradigmas informacional-tecnológico, semiológico e ideológico que têm marcado a história dos estudos de comunicação na América Latina e no Brasil. Organiza-se, então, como uma perspectiva que pretende integrar todos os âmbitos da comunicação, tanto a produção e o produto como a recepção (LOPES, 2014, p. 68-69).

Como afirma Lopes (2014), não existe uma definição única de mediação, pois esta noção acompanha as mutações da sociedade. Por esta razão, o modelo das mediações tem sido alterado desde a sua origem na segunda metade da década de 1980. Como ressalta Ronsini

(2011), embora por vezes seja tratado como um modelo metodológico, pode ser prematuro assumi-lo estritamente como tal, pois se trata de uma perspectiva teórica que vem sendo adaptada nas pesquisas conforme as suas estratégias metodológicas e especificidades empíricas, “de modo que a escolha possa recair em determinadas mediações, e não em outras, dependendo do destaque que ganham na abordagem analítica” (LOPES, 2018, p. 21).

No âmbito da recepção/consumo, a análise dos processos comunicativos dos meios a partir das mediações geralmente não implica um “exame de suas rotinas, ideologias profissionais, produtos e práticas”, embora seja pertinente compilar “conclusões levantadas por outros pesquisadores acerca do gênero/texto em questão, das características industriais do processo produtivo etc.” (RONSINI, 2011, p. 76).

No livro *Dos Meios às Mediações*, que teve sua primeira edição publicada em 1987, Martín-Barbero sugere um estudo da comunicação a partir da cultura, através de uma análise que parta do lugar onde acontece a relação entre receptores e os meios, o campo das mediações, propondo três instâncias mediadoras: a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural. No período em que se estabelece esta primeira discussão sobre as mediações, a televisão era central para se compreender as estruturas de poder que atravessam a relação entre público e a mídia. A centralidade e o alcance da televisão eram, portanto, essenciais para a consolidação do projeto nacionalista na América Latina.

A cotidianidade familiar é o lugar onde os indivíduos costumam se expressar mais livremente, no seio da família, que representa os conflitos e tensões da sociedade, reproduzindo as suas relações de poder. Ela remete ao local ocupado pelo aparelho televisor no espaço doméstico, estando associada com “a legitimidade que as emissões televisivas possuem no seio da família, os horários e programações preferidas, o grau de atenção/dispersão com que se assiste TV, entre outros indicadores” (GOMES et al., 2017, p. 115).

A temporalidade social refere-se ao tempo produtivo: o tempo mensurável do mercado, do capital. De acordo com Gomes et al. (2017), ela está associada à reprodução, pela mídia, da mesma matriz cultural que organiza o tempo cotidiano, com suas repetições e fragmentos, mas de uma maneira otimizada (através de uma grade de programação no caso da televisão, por exemplo) para a maior rentabilidade possível, ao ritmo do capital. Entretanto, posteriormente Martín-Barbero amplia esta noção de temporalidade. Em diálogo com Raymond Williams, ele passa a se referir à múltiplas e heterogêneas temporalidades presentes em cada sociedade, onde convivem formações culturais arcaicas, residuais e emergentes (GOMES et al., 2017).

A competência cultural remete às diferenças sociais inscritas no *habitus* do receptor, portanto relacionada às distinções de classe, gênero, etnia, geração etc. Refere-se às habilidades

de “leitura” do receptor em relação aos textos midiáticos, acumuladas através de sua experiência vivida na cultura, e às suas preferências em termos de gêneros narrativos.

No final dos anos 1990, Martín-Barbero reelabora o primeiro modelo das mediações, inspirado na teoria geral das práticas sociais de Bourdieu (RONSINI, 2011), fazendo um deslocamento do estudo das mediações culturais da comunicação para o das *mediações comunicativas da cultura* (Figura 1), isto é, estudar a cultura a partir da comunicação. “O olhar não se inverte no sentido de ir das mediações aos meios, senão da cultura à comunicação. É a própria noção de comunicação que é repensada” (LOPES, 2014, p. 71).

Figura 1 - Mapa das Mediações Comunicativas da Cultura



Fonte: Ronsini (2011, p. 84)

Como ressalta Lopes (2014, p. 71), a partir deste modelo “passa-se a dar mais densidade epistemológica ao momento de conhecer o que vem da comunicação”. De acordo com Ronsini (2011), Martín-Barbero sugere que os três lugares de mediação propostos no modelo anterior sejam transformados em três dimensões: socialidade (ou sociabilidade), ritualidade e tecnicidade, sem relacioná-los, no entanto, a estas novas dimensões. Porém, como sugere Ronsini (2011, p. 84), a primeira proposta das mediações “está imbricada e pode ser absorvida nas noções de ritualidade e socialidade”. Além destas três dimensões derivadas do modelo anterior, Martín-Barbero acrescenta, ainda, a dimensão institucionalidade. Para Lopes (2014), este mapa possibilita operacionalizar a análise de qualquer fenômeno social que esteja relacionado com as instâncias da comunicação, da cultura e da política.

A mediação deve ser entendida como o processo estruturante que configura e reconfigura tanto a lógica da produção quanto a lógica dos usos. Ela exige pensar ao mesmo tempo o espaço da produção, assim como o tempo do consumo, ambos articulados pela vida cotidiana (usos/consumo/práticas) e pela especificidade dos dispositivos tecnológicos e discursivos da mídia envolvida (LOPES, 2014, p. 71).

Lopes (2014) complementa que as mediações estabelecem uma relação dialética entre as lógicas da produção e do consumo, os formatos industriais e as matrizes culturais. Como explica Ronsini (2011, p. 87), as lógicas de produção se referem à "organização das formas culturais em termos dos interesses de Estado", assim como aos interesses de mercado em regular os discursos através da técnica, "para atender às demandas da recepção e, ainda, aos interesses políticos e econômicos institucionalizados que incidem nas formas culturais".

Os formatos industriais estão relacionados "às formas simbólicas e sua transformação em discursos, gêneros e programas" (RONSINI, 2011, p. 87). Nos formatos industriais são "identificadas as análises que se concentram nas características discursivas, narrativas ou textuais do produto cultural" (RONSINI, 2011, p. 87).

Já as matrizes culturais "condensam a produção hegemônica de comunicação baseada no capital e nas transformações tecnológicas e sua cumplicidade com o imaginário subalterno" (RONSINI, 2011, p. 87). Por sua vez, as competências de recepção remetem à mediação competência cultural do mapa anterior, estando associadas, portanto, às práticas sociais que condicionam a produção de sentido do receptor.

O esquema do modelo se move em dois eixos: o diacrônico, posicionado entre as matrizes culturais e os formatos industriais, e o sincrônico, posicionado entre as lógicas de produção e as competências de recepção. A mediação institucionalidade medeia a relação entre as matrizes culturais e a lógica da produção; a socialidade medeia a relação entre as matrizes culturais e as competências de recepção; a tecnicidade estabelece a mediação entre a lógica da produção e os formatos industriais; a ritualidade medeia os formatos industriais e as competências de recepção.

A mediação sociabilidade refere-se às práticas comunicacionais dos indivíduos nos seus processos de socialização. Ela resulta "dos modos e usos coletivos de comunicação, isto é, de interpelação/constituição dos atores sociais e de suas relações (hegemonia/contra hegemonia) com o poder" (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 17 apud SANTOS; MACHIAVELLI, 2016, p. 89). A mediação tecnicidade, por sua vez, "aponta para os modos como a tecnologia vai moldar a cultura e as práticas sociais" (RONSINI, 2011, p. 88). Ela está relacionada menos aos aparatos

tecnológicos propriamente ditos do que à competência na linguagem, como explica Gutmann (2014, p. 111):

São as materialidades no discurso que remetem à constituição de gramáticas que dão origem aos formatos midiáticos, recuperando o original sentido do termo grego *techné*, que remetia ao saber fazer, à habilidade de expressar através de formas materiais, destreza que se atualiza com base nos modos de lidar com a linguagem. A tecnicidade não se refere aos instrumentos, mas aos saberes, à constituição de práticas discursivas, aos modos de percepção social.

A Ritualidade trata das interações cotidianas dos sujeitos com os produtos culturais, remetendo aos seus hábitos de consumo, os quais permitem a apreensão do modo como os seus sentidos são expressados através destas interações. Ela “se relaciona àquilo que configura os nexos simbólicos, tornando possível a constituição de sentidos” (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 323)

Por fim, a institucionalidade refere-se à instituições da mídia de peso econômico, político e cultural. São os meios utilizados para produzir discursos.

Para Lopes (2014), a importância deste modelo está em reconhecer que a comunicação está mediando todos os aspectos culturais e políticos da vida social. Segundo a autora, não se trata simplesmente de deslocar o estudo dos meios às mediações ou das mediações aos meios, mas enxergar “a complexa teia de múltiplas mediações” (LOPES, 2014, p. 72). Se antes a identidade da comunicação repousava nos meios, hoje ela os ultrapassa, ocorrendo “na interação que possibilita a interface de todos os sentidos, portanto é uma *inter-mediação*, que é um conceito para pensar a hibridização das linguagens e dos meios” (LOPES, 2014, p. 72, grifo da autora).

Para dar conta das mutações tecnológicas que passaram a configurar o novo ecossistema comunicativo dos tempos de hoje, Martín-Barbero esboça um novo mapa (Figura 2), decorrente de sua “preocupação com as identidades e tecnicidades no ambiente informacional difuso e descentrado” (RONSINI, 2011, p. 85).

Figura 2 - Mapa das Mutações Culturais

Fonte: Ronsini (2011, p. 87)

A respeito deste novo modelo, Martín-Barbero chama a atenção para as novas formas narrativas associadas à mídia eletrônica, para a reinvenção de meios e gêneros na relação entre televisão e internet, "produzindo o que ele chama de 'formas mestiças de comunicação'", que "atuam transversalmente em todos os meios" (GOMES et al., 2017, p. 115).

Os novos regimes culturais da tecnicidade – “destempos” e “desmemórias”, desordens da razão e uma nova gramática narrativa – estão relacionados à nova tecnicidade do computador ou aos textos eletrônicos. Ao tratar das ligações entre identidade e tecnicidade, emerge a questão das transformações da nossa percepção do tempo pelo uso dos aparatos técnicos, ligeiramente abordada em *De los medios* como temporalidade social, e da temática, recorrente ao longo de sua obra, da perda da centralidade da cultura letrada diante da cultura audiovisual (RONSINI, 2011, p. 85).

Como enfatizam Gomes et al. (2017), a análise destas transformações tecnológicas remete à articulação entre mediações, tempo e espaço. É nesta articulação que estão inseridas as mutações culturais. Nesse sentido, a expressão cunhada por Harvey (1991), *compressão espaço-tempo*, fornece as bases para compreendermos mais profundamente como se dá esta articulação entre mediações e as diferentes espacialidades e temporalidades que se interseccionam, cujos pressupostos serão discutidos mais detalhadamente no capítulo 3.

A intermediação dos Espaços (ou Espacialidade), diz respeito aos diversos tipos de espaços sociais: o espaço habitado do território, o espaço comunicacional "onde se tecem as redes eletrônicas, o espaço imaginado da nação e de sua identidade" (LOPES, 2018, p. 19). Já a intermediação dos Tempos (ou Temporalidade) deve ser pensada a partir da crise da

experiência do tempo que se vivencia nas sociedades de hoje. Ela "se manifesta na transformação profunda da estrutura temporal, no culto ao presente, no debilitamento da relação histórica com o passado e na confusão dos tempos que nos prende à simultaneidade do atual" (LOPES, 2018, p. 19).

Portanto, as mediações devem ser vistas como transformações de tempos e espaços, a partir de dois grandes movimentos: Migrações populacionais e Fluxos de imagens. Gomes et al. (2017, p. 141) consideram que essas migrações devem também ser entendidas "como deslocamentos que se dão no contato com a internet, através, por exemplo, da comunicação com pessoas em outras partes do mundo". No modelo deste mapa reproduzido Lopes (2018, p. 19), a autora usa o termo *Mobilidade* no lugar de Migrações, referindo-se ao "trânsito incessante das migrações" e às "navegações virtuais dos internautas", que trazem "novas figuras de sensibilidade"

Em relação aos Fluxos, Gomes et al. (2017) ressaltam que eles devem ser pensados conjuntamente com as Migrações, pois, como aponta Lopes (2018, p. 19), se os fluxos de migrantes "provocam desordens sociais e políticas na cidade", os fluxos de imagens (envolvendo também as linguagens e as escrituras virtuais) provocam a desestabilização da cultura letrada e escolar.

Neste mapa, são retiradas as mediações Socialidade e Institucionalidade, e entram as mediações Identidade e Cognitividade. Segundo Gomes et al. (2017, p. 141), a Identidade, uma vez colocada entre as Migrações e os Tempos, reforça a idéia de considerarmos as Migrações não apenas como deslocamentos no espaço físicos, tendo em vista que as identidades hoje são construídas "na relação que estabelecemos com outras formas de organização e disposição do tempo, nessa partilha configuradora de um nicho", e "nos deslocamentos que fazemos ao participar de coletivos, comunidades na internet" e construção de avatares/perfis online. Já a Cognitividade refere-se à mutação na maneira como se produz sentido neste panorama da era digital, a qual se dá "a partir de relações hipertextuais que deslocam o lugar do livro na produção e aprendizagem de conhecimentos" (GOMES et al., 2017, p. 142). Gomes et al. (2017, p. 142), resalta que tal deslocamento "faz parte de uma mudança cultural que conecta as novas formas de saber com as novas formas de sentir" e, para autora, ambas estão articuladas com "os novos modos de estar juntos, ou seja, com as novas figuras de sociabilidade" (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 57-58 apud GOMES et al., 2017, p. 142).

A Ritualidade passa a abarcar também o consumo dos fluxos de imagens, sons e textos eletrônicos, no espaço onde estes fluxos ocorrem - o espaço dos fluxos, nos termos de Castells (2009) -, espaços estes que convivem com os espaços físicos dos lares onde ainda se consome

as grades de programação televisivas, por exemplo (GOMES et al., 2017). A mediação Técnica, por sua vez, é colocada entre Tempos e Fluxos, “nos fazendo inserir os produtos analisados no ponto Formatos Industriais do mapa das mediações, mas articulado - sendo perpassado e constituído - pelos fluxos dos mapas das mutações”.

De acordo com Ronsini (2011, p. 86), tendo em vista a centralidade da Técnica na organização social, ela percorre o circuito inteiro, modelando todas as demais mediações e modelando “todas as relações porque se define como o estatuto social da técnica”. Para Escosteguy (2019, p. 26), essa maior densidade que adquire a Técnica se deve ao fato de que “no centro deste novo mapa uma das condições primordiais da nova configuração societária é o *entorno tecnocomunicativo*”. No entanto, estes dois termos não são sinônimos. De acordo com Escosteguy (2019), enquanto a Técnica se trata de organizadores/operadores perceptivos e destrezas discursivas, vinculando-se às competências cotidianas dos sujeitos, o *entorno tecnocomunicativo* “diz respeito à concretização da racionalidade de uma cultura e de ‘um modelo global de organização do poder’, incrustado na estrutura social” (ESCOSTEGUY, 2019, p. 26).

Enfim, são estas as três sistematizações das mediações propostas por Martín-Barbero ao longo das últimas quatro décadas.

1.1.3. O conceito de representação social

Para discutirmos o conceito de representação social, partimos da perspectiva de Serge Moscovici, em diálogo com outros autores como Denise Jodelet e Stuart Hall; Fundamentando-se na Psicologia Social, Moscovici (2003) tem como proposta compreender o processo de construção social da realidade. Contrapondo uma vertente norte-americana da psicologia social, que buscava apreender fenômenos sociais de modo excessivamente centrado no indivíduo e seus processos mentais particulares, Moscovici bebe na fonte da Sociologia para elaborar uma teoria que busque explicar os fenômenos sociais coletivos.

O ponto de partida das proposições de Moscovici se dá através de sua leitura crítica sobre o conceito de Representações Coletivas de Durkheim, o qual refere-se às percepções e avaliações mútuas entre os indivíduos sobre da realidade social. Em sua crítica, Moscovici ressalta que o conceito de Durkheim tem uma tendência positivista e não captura o aspecto dinâmico e mutável da personalidade humana, nem a pluralidade das cognições sociais possíveis. Para Moscovici, representações devem considerar os pensamentos em movimento produzidos através da comunicação entre os indivíduos.

No processo de elaboração de sua perspectiva, Moscovici estudou a propagação de idéias da psicanálise pela mídia na França e como elas se tornaram senso comum para entender as representações como os processos de produção coletiva de sentidos que resultam em códigos compartilhados através dos quais são estabelecidos vínculos sociais entre sociedades, organizações e grupos. Elas orientam a opinião pública, despertam emoções, estão marcadas por conflitos, disputas ideológicas e podem mudar os valores coletivos da sociedade, portanto tratam-se de “fenômenos complexos e ativos sempre agindo na vida social” (JODELET, 2001, p. 4). Para Moscovici, as representações não devem ser vistas como padrões lógicos e coerentes de pensamento, pois estes podem estar fragmentados e suas idéias podem ser contraditórias. Enquanto elo entre indivíduo e estrutura social, as representações demonstram como as idéias são transmitidas e transformadas em senso comum, estando sempre ligadas ao social, ao cultural e ao simbólico. De acordo com Moscovici (2007), o conceito de representação pode ser definido, sinteticamente, da seguinte maneira:

Um sistema de valores, idéias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará as pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI, 2003, p. 21)

Assim, a teoria das representações sociais busca compreender como novos códigos ou representações da realidade passam a circular na sociedade e como aqueles já consolidados são constantemente reelaborados através da comunicação. A partir dessa idéia, as representações podem ser pensadas não só como um elo entre indivíduo e sociedade, mas também como elo entre o passado e o presente. Como coloca Moscovici (1984, p. 10, tradução livre), “em muitos aspectos, o passado é mais real que o presente. O poder e clareza peculiares das representações - das representações sociais - decorre do sucesso com que elas controlam a realidade de hoje através da (realidade) de ontem”.

Para dar conta de compreender como códigos sociais coletivamente compartilhados podem ser considerados representações sociais, Moscovici traça uma distinção entre representações hegemônicas, representações emancipadas e representações polêmicas. As representações hegemônicas são aquelas compartilhadas pela maioria dos membros de uma nação, pelos governantes ou outros elementos mais macrossociais, estando associadas ao senso comum. Elas são uniformes e estão presentes, de alguma maneira, em todas as práticas simbólico-afetivas.

Representações emancipadas são aquelas elaboradas por certas frações ou subgrupos da sociedade que são totalmente incompatíveis com as representações hegemônicas. Essas representações são produzidas quando membros da sociedade são expostos (ou tem acesso) às informações de maneira diferente da maioria. Por não serem totalmente incompatíveis, elas podem ser parcialmente complementares às representações hegemônicas. Por fim, representações polêmicas estão relacionadas aos conflitos sociais e às disputas entre grupos. São caracterizadas por relações antagônicas e são mutuamente exclusivas, expressando rivalidades ou incongruências entre si (exemplo: liberalismo versus comunismo).

Em relação à aplicabilidade analítica do conceito de representação social no meio científico, Jodelet (2001) chama a atenção para o potencial que as representações tem de dizer alguma coisa sobre o estado da realidade. A autora reforça que o interesse que movimentou Moscovici para elaboração de sua teoria foi a especificidade da sociedade contemporânea em relação ao contexto histórico das idéias de Durkheim e da sociologia clássica. O esforço de Moscovici, portanto, concentrou-se em apreender fenômenos representacionais que “se caracterizam pela intensidade e fluidez das trocas e comunicações, pelo desenvolvimento da ciência e mobilidade social” (JODELET, 2001, p. 4). A riqueza analítica das representações, segundo a autora, deve-se ao fato de poderem ser abordadas

simultaneamente como o produto e o processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e da elaboração psicológica e social da realidade. Ou seja, está-se interessado em uma modalidade de pensamento, sob seu aspecto constituinte, os processos, e constituído, os produtos ou conteúdos. Modalidade de pensamento que tem sua especificidade em seu caráter social (JODELET, 2001, p. 5)

Segundo Moscovici (2003), a articulação entre simbólico e abstrato das representações geradas nas comunicações sociais pode ser compreendida através de dois mecanismos: ancoragem e objetificação. O primeiro torna conhecido códigos ainda desconhecidos através da sua associação a representações sociais anteriores com as quais eles podem ser comparados e interpretados. O segundo mecanismo torna o desconhecido conhecido transformando-o em algo concreto que possa ser notado, tocado e controlado através dos cinco sentidos humanos. Trata-se de uma espécie de materialização de idéias abstratas. Enquanto a ancoragem ocorre de maneira quase automática diante de novos fenômenos, a objetificação é um processo mais complexo, posto que tornar uma idéia pouco familiar em uma realidade concreta requer muito mais esforço.

Se, ao deixar de estabelecer uma aproximação entre sua teoria das representações a uma teoria crítica do discurso, Moscovici não aprofundou-se na questão das relações de poder, em

termos de seu uso ideológico para manutenção de hierarquias sociais, Hall (1997) contribuiu nesse sentido ao estabelecer uma aproximação entre sentido, linguagem e cultura, dando ênfase a uma abordagem construcionista da linguagem, segundo a qual os sentidos não são estritamente anteriores ou reflexo da linguagem, mas construídos nela e através dela.

Segundo Hall (1997), dentro da abordagem construcionista há duas vertentes principais: a semiótica, que tem como expoente Ferdinand de Saussure, e a linguística, que tem como expoente Michel Foucault. Partindo destas perspectivas, Hall consegue enfatizar a importância dos significados na definição de cultura. Como ele aponta, a cultura não é um “conjunto de coisas - romances e pinturas ou programas de TV e quadrinhos - mas um processo, um conjunto de práticas. Primordialmente, a cultura diz respeito à produção e intercâmbio de significados (...) entre membros de uma sociedade ou grupo” (HALL, 1997, p. 2, tradução livre). Nesse sentido, dizer que duas pessoas pertencem a uma mesma cultura significa dizer que, grosso modo, “elas interpretam o mundo da mesma maneira e conseguem se expressar, expressar seus pensamentos e sentimentos acerca do mundo de uma maneira que será compreendida por ambas as partes” (HALL, 1997, p. 2, tradução livre).

Como pontua Hall (1997), um objeto não tem um significado em si, mas somente dentro de um certo contexto de uso. É através do modo como usamos as coisas e daquilo que dizemos, pensamos e sentimos a respeito delas - a maneira como as representamos - que damos a elas um significado. “Em parte, nós damos significados aos objetos, pessoas e eventos a partir do arcabouço de interpretações que trazemos a eles. Em parte, nós damos significados às coisas a partir do modo como as usamos ou as integramos em nossas práticas cotidianas” (HALL, 1997, p. 3, tradução livre). A partir de exemplos práticos, explicados por uma lógica simples, Hall consegue transmitir a essência de algo tão complexo como o conceito de representação, como na seguinte argumentação:

Se você deixar o óculos que está segurando e sair do quarto você ainda consegue pensar no óculos, mesmo que ele não esteja mais fisicamente aqui. Na verdade, você não pode pensar com um óculos. Você só pode pensar com o conceito de um óculos (HALL, 1997, p. 17, tradução livre)

Por essa lógica, as representações são produtoras de significados sobre conceitos em nossas mentes através da linguagem. “É o elo entre conceitos e linguagem que nos possibilita referirmo-nos tanto ao mundo ‘real’ dos objetos, pessoas e eventos quanto aos mundos imaginários de objetos, pessoas e eventos ficcionais” (HALL, 1997, p. 17).

Dos aspectos discutidos por Hall acerca do conceito de representação, recuperamos uma noção importante para pensarmos a dicotomia rural-urbano: significação a partir da diferença entre opostos. Reconhecendo que as oposições binárias são importantes para capturar as

diversidades do mundo e de seus extremos, Hall (1997) alerta para o fato delas serem uma maneira crua e reducionista de estabelecer significados. Embora não consigamos classificar o mundo sem elas, as oposições binárias são reducionistas e simplistas ao engolirem todas as diferenças que estão na gradação entre os dois pólos. Além disso, Hall (1997) argumenta que há poucas oposições binárias neutras: um dos pólos geralmente é o dominante a cujas lógicas de operação o outro pólo se adequa. Ele afirma, portanto, que há sempre relações de poder entre os pólos das oposições binárias: “**branco/preto, homem/mulher, masculino/feminino, classe alta/classe baixa**” (HALL, 1997, p. 235, tradução livre).

Tendo em vista o objetivo da nossa pesquisa, na seção seguinte apresentamos uma abordagem que procura compreender as noções de rural e urbano a partir da perspectiva dos atores sociais, diante das contradições contemporâneas em relação aos espaços socialmente delimitados.

1.1.4. O rural como categoria social realizada

De acordo com Carneiro (2008, p. 25) as transformações do mundo globalizado do século XXI podem ser compreendidas por uma vertente de análise que chama a atenção “para a necessidade de se incorporar o não-material na esfera da produção”, levando em conta que “a produção de signos passa a constituir um elemento importante dos processos econômicos e sociais contemporâneos”. Sob essa ótica, o rural é visto como uma fonte de bens simbólicos “que passa a alimentar outra dinâmica econômica e social” (CARNEIRO, 2008, p. 25). Para a autora, a natureza enquanto principal aglutinador de signos do rural torna-se a base sobre a qual a nova noção de rural é concebida.

Deixando de representar um meio de produção, a natureza passa a ser um objeto de contemplação que é valorizado justamente pelas suas características imateriais, objeto de avaliações múltiplas, de caráter subjetivo, mas que integra também uma visão da realidade que é ao mesmo tempo imaginária e operatória, ou seja, serve para classificar e dar sentido ao mundo (CARNEIRO, 2008, p. 25).

Ainda segundo a autora, um resultado desse processo é a implantação de novas indústrias como a do turismo e a cultural. Como exemplos de elementos explorados por estas indústrias, Carneiro (2008, p. 25) destaca “a recuperação e manutenção do patrimônio rural identificado quer seja nos recursos naturais, quer seja nos bens arquitetônicos, e o resgate de expressões de saber e de festividades coletivas”. A partir dessa resignificação, o rural não mais fica restrito a um lugar de produção agrícola e de outros bens primários, passando a ser visto como um lugar de “produção de bens simbólicos que alimentam a indústria cultural e a

comunicação entre universos culturais distintos, sejam de origem urbana ou de origem rural” (CARNEIRO, 2008, p. 25).

As transformações do rural no contexto da globalização devem partir unicamente de uma perspectiva “de fora pra dentro”, em termos das consequências de dinâmicas mais globais em contextos locais (WANDERLEY, 2009). Embora o Brasil, enquanto nação, de um modo geral esteja se conformando mais como uma sociedade urbano-industrial, “esses processos devem ser compreendidos em suas particularidades e contingências construídas ao longo da história da sociedade brasileira” (WANDERLEY, 2009, p. 61). Essas dinâmicas externas, portanto, tem desdobramentos diferentes dependendo do país, da região do país, do estado federativo ou do município. Não se deve ignorar, ainda, as dinâmicas que se originam “de dentro para fora”, resultado “da capacidade de iniciativa, adaptação e resistência da própria população do campo” (WANDERLEY, 2009, p. 61).

Em síntese, Wanderley (2009) reivindica que as particularidades do rural brasileiro diante desses processos globais remontam à caracterização do país como sociedade agrária até as primeiras décadas do século XX, e elas podem ser compreendidas a partir de três aspectos:

a urbanização brasileira gerou uma enorme gama de pequenos municípios pouco “urbanos”; os setores industriais e de serviços permanecem ainda fortemente concentrados nas grandes cidades, apesar do movimento significativo de interiorização; a propriedade da terra permanece altamente concentrada (WANDERLEY, 2009, p. 63).

Em tese, o urbano caracteriza-se como uma aglomeração com uma dimensão populacional tal que esta possui um determinado grau de complexidade socioeconômica e, portanto, está apta a prestar serviços para as populações que vivem em sua área de influência. Na prática, porém, os municípios considerados urbanos no Brasil não oferecem essas condições e são definidos como tal unicamente por critérios legais que não consideram sua efetiva capacidade (WANDERLEY, 2009).

Pela legislação vigente no país, o rural acaba sendo definido como tudo aquilo o que não é urbano, algo amplamente criticado por Wanderley (2009), que o define como um espaço onde há predominância da natureza, por uma baixa densidade populacional e pela prevalência de relações de proximidade. Carneiro (2008), no entanto, considera improdutivo buscar uma essencialidade que vise a restituir a função classificatória das categorias rural e o urbano. Citando Jean Rémy, Carneiro (2008, p. 28) ressalta que a ampla possibilidade de aplicabilidade destas categorias, do meio acadêmico aos institutos de estatísticas, resultam em uma confusão de definições possíveis, as quais “ora designam um tipo de espaço ou de localidade, tal como

aparecem no discurso do senso comum, ora qualificam as relações sociais no interior desses espaços”.

Diante desse impasse, a autora propõe que a definição de rural e urbano seja apreendida a partir das práticas sociais dos atores, através da identificação do lugar que esses espaços ocupam “nas relações sociais, na formação dos atores sociais, na construção de suas identidades e ações coletivas” (CARNEIRO, 2008, p. 30). Partindo do conceito de categoria realizada de Bourdieu, Carneiro nos convida a pensar o rural contemporâneo como uma categoria que define identidades e sustenta reivindicações, com o cuidado de não a confundirmos simplesmente com representações sociais. Considerando esse aspecto relacional, cabe nos referirmos ao rural como múltiplas ruralidades possíveis. Não se trata, desse modo, de um espaço geofísico ou de uma realidade econômica específica, tampouco de uma racionalidade ou construção mental. Trata-se, mais propriamente, da relação circular entre essas construções mentais e a realidade material vivenciada por esses atores, ou seja, tanto a materialidade incide em novas racionalidades quanto as racionalidades transformam essas materialidades.

(...) estabelecendo um diálogo com Bourdieu, podemos sugerir que, tal como a família para este último, o rural pode ser também considerado uma “categoria social realizada”, visto que funciona, no *habitus*, como esquema classificatório e princípio de construção do mundo social (categoria social subjetiva) e de ações, ao mesmo tempo em que é uma categoria social objetiva que fundamenta a categoria social subjetiva. Para Bourdieu, essa circularidade seria própria à reprodução da ordem social (CARNEIRO, 2008, p. 31)

De acordo com Carneiro (2008), essa perspectiva nos serve para entender as novas dinâmicas de ruralidades associadas a atividades de lazer, à transformação do significado da terra, a espaços de preservação ambiental e de natureza como meio de contemplação. Esses significados concorrem com a atribuição valorativa clássica da terra como meio de produção agrícola.

(...) a oposição entre rural e urbano e as definições que a sustentam orientam tanto as classificações (e o conhecimento) dos universos social e geofísico, como apóiam práticas sociais e ações políticas sobre esses universos. Esse sentido, ao mesmo tempo operacional (ou realizado) e analítico, seria comum às duas categorias (CARNEIRO, 2008, p. 32)

Considerando esses pressupostos, a noção de categoria social realizada não se atém a apreender os sentidos que os sujeitos inseridos em um território atribuem àquilo que é “forasteiro”. São múltiplas as possibilidades: em termos posição dos sujeitos na estrutura social, do modo como eles se relacionam com esses territórios ou do modo como se apropriam de bens materiais e simbólicos associados a esses territórios, por exemplo. Por esta razão, “torna-se cada vez mais difícil pensar na noção de rural para qualificar um espaço ou a dinâmica das

relações sociais num espaço”, ou seja, “a noção de localidade não define a natureza rural ou urbana de um grupo ou de suas práticas” (CARNEIRO, 2008, p. 34).

A aproximação entre o urbano e o rural, desse modo, não pressupõe o apagamento do segundo. Ao mesmo tempo em que se diluem as fronteiras entre as duas categorias, sua aproximação reverbera no fortalecimento das alteridades, através de reivindicações identitárias que realçam essas ruralidades.

1.1.5. A definição de juventude

A definição conceitual da categoria *juventude* é alvo de controvérsias entre os pesquisadores do assunto (WEISHEIMER, 2005). De acordo com Weisheimer (2005), existem cinco abordagens principais utilizadas nas definições conceituais de juventude: juventude como faixa etária; juventude como período de transição ou ciclo de vida; o enfoque nas gerações; juventude como cultura ou modo de vida; juventude como representação social ou auto representação. Para não nos prolongarmos em explicações detalhadas sobre cada uma destas cinco categorias, pois o nosso intuito é apenas demonstrar os pressupostos teóricos que orientam nossa definição de juventude e para a seleção dos informantes, reproduzimos abaixo (Quadro 1) o quadro elaborado por Troian e Breitenbach (2018, p. 791), que sintetiza essa discussão:

Quadro 1 – Síntese das abordagens e critérios para definição de juventude

Abordagens de juventude	Definição de juventude e critérios de categorização
Faixa Etária	O critério é a idade dos pesquisados, indicadores demográficos, critérios normativos ou padrões estabelecidos pelos organismos internacionais.
Ciclo de Vida	Período de transição, fase da vida humana de começo bem definido pelo aparecimento da puberdade. Perspectiva adotada pela UNESCO.
Geração	Jovens são inerentemente contestadores, essa rebeldia é necessariamente transitória, como a juventude. Juventude passa a ser vista a partir de seus potenciais de mudança, pela sua capacidade criadora e inventiva.
Cultura ou modo de vida	Definida por critérios culturais, destacando-se a importância de espaços de sociabilidade juvenis na constituição de suas identidades. Em estreita relação com a mídia, essa juventude está ligada à sociedade de consumo, vestimentas, acessórios, linguagens particulares.
Representação social	Condição juvenil como uma posição hierárquica social fundada em representações sociais, ou seja, na busca de responder aos significados atribuídos que definem quem é e quem não é jovem em um dado contexto sociocultural.

Fonte: Troian e Breitenbach (2018, p. 791)

Tomando por base a discussão de Carneiro (2008) sobre a apreensão da noção de rural, propomos abordar a juventude como *categoria social realizada*, tendo em vista a dificuldade de se estabelecer um sentido heurístico para esta categoria por conta da amplitude de critérios adotados para defini-la. Como Carneiro (2008) em relação ao rural, consideramos, também, que

seria mais prudente, em vez de tentarmos definir fronteiras entre juventude e vida adulta ou de simplesmente ignorarmos os diferentes modos de vida compreendidos nesse amplo rótulo, direcionarmos o nosso foco para as práticas sociais cujos significados tornam operacional essa definição a partir do olhar dos atores sociais.

A noção de categoria realizada ou categoria operacional, enquanto “categoria de pensamento (político-ideológica e relacional) que define identidades e sustenta reivindicações” (CARNEIRO, 2008, p. 30) pressupõe, em primeiro lugar, que não se confunda categoria analítica com representações sociais. Embora as representações sociais elaboradas pelos atores em determinado contexto sociocultural sejam um aspecto fundamental dentro desta abordagem, seria imprudente simplesmente consideramos *jovem* qualquer pessoa que se identifique como tal. Assim como Carneiro em relação à noção de rural, consideramos que a noção de juventude também corresponde às múltiplas construções simbólicas pertencentes a diferentes universos culturais e que, através dessa classificação, “é possível compreender a sociedade e construir uma representação do mundo social em torno do tempo e do espaço e de agir sobre ela como uma ‘categoria operacional’ ou ‘categoria realizada’” (CARNEIRO, 2008, p. 30). Desse modo, a multiplicidade de significados e definições adotadas por diferentes grupos sociais e instituições criam “uma realidade própria como suporte do imaginário que, afinal, atribui sentido a essas categorias e às ações que se desenvolvem a partir delas” (CARNEIRO, 2008, p. 30).

Desse modo, a definição de juventude não repousa unicamente em uma realidade física, tampouco podemos nos limitar a puras construções mentais para defini-la. Se, ao estabelecer um diálogo com Bourdieu, Carneiro (2008) sugere que o rural pode ser considerado uma *categoria social realizada*, tomamos por base o mesmo argumento da autora para compreendermos a juventude como tal. Enquanto categoria social realizada, a noção de juventude funciona no interior do *habitus* como esquema classificatório que se baseia na realidade material ao mesmo tempo em que a modifica, na relação circular entre subjetividade e objetividade que é própria da reprodução social.

De acordo com o *Estatuto da Juventude no Brasil*⁴, denominação atribuída à lei número 12.852, “são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”. Assim como advoga Bourdieu (1984), consideramos que este critério de classificação por *faixa etária* é simplesmente arbitrário, pois desconsidera a complexa relação entre idade biológica e idade social que varia conforme a posição social dos indivíduos, em

⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm

termos de classe, etnia, gênero etc. Entretanto, por constituir uma categoria operacional em relação às ações direcionadas à juventude no contexto brasileiro, ela incide nos valores e ideias reproduzidas pelos atores sociais. Desse modo, não podemos ignorá-la.

Na delimitação da nossa pesquisa, a relação entre faixa etária e idade social dos jovens é pensada a partir da sua condição camponesa, em termos das suas condições sociais de reprodução. Tendo isso em vista, partindo da sistematização de Weisheimer (2005) e da noção de categoria social realizada, estabelecemos um diálogo entre a abordagem da juventude como *representação social ou auto representação* e as abordagens da juventude como *faixa etária* e como *ciclo de vida*, no esforço de pensarmos a relação entre a noção de juventude e sua condição camponesa como critério de seleção dos informantes.

De acordo com Weisheimer (2005) a noção de juventude como ciclo de vida assume importância desde que passou a ser adotada pela UNESCO⁵. Nessa perspectiva, a juventude corresponde a um estado transitório, uma fase da vida humana iniciada pelo aparecimento da puberdade. Mas, para o autor, a mera ideia de transição não diz muita coisa. Por esta razão, ele explica que devemos considerar a transição juvenil como um processo e atribuição de papéis sociais específicos.

Segundo Weisheimer (2005, p. 21) a ideia central dessa abordagem está baseada no entendimento de que “juventude é um estágio no qual acontece a entrada na vida social plena e que, como situação de passagem, compõe uma condição de relatividade”. Relativa em termos “de direitos e deveres, de responsabilidade e independência mais amplas do que as das crianças e não tão completas quanto as dos adultos” (WEISHEIMER, 2005, p. 21). De acordo com o autor, um elemento central dessa transição, para essa abordagem, é o ingresso no trabalho, já que é através dele que os jovens começam a adquirir uma autonomia em relação à família de origem. No entanto, em razão “da fragilidade de sua condição e da precariedade das próprias relações de trabalho atuais”, entre outras coisas, a situação de inserção profissional ainda é precária entre os jovens, “o que intensifica a situação ambígua da juventude” (WEISHEIMER, 2005, p. 22).

O descompasso entre projeto de vida e condições de realização como característica da juventude enriquece a abordagem da juventude como período de transição. Isso nos possibilita entender por que na sociedade contemporânea há uma certa inclinação à ampliação do período da juventude. Em virtude da dificuldade de inserção de parcelas significativas desse grupo no mercado de trabalho, há um alongamento do período de escolarização. Esse impedimento de acesso a uma condição profissional estável tem ainda

⁵ A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) tem como objetivo contribuir para a construção da paz mundial através da preservação da cultura

impactos no adiamento dos matrimônios e, conseqüentemente, na constituição de uma nova família (WEISHEIMER, 2005, p. 22).

Apesar de suas ambigüidades, esta abordagem é importante para considerarmos as particularidades dos diferentes contextos socioculturais, algo que a noção de faixa etária simplesmente não dá conta. De acordo com a legislação em vigor no país, um indivíduo de 25 anos que já conquistou sua total independência financeira e constituiu família em uma residência afastada da casa dos pais é considerado jovem, enquanto um indivíduo de 31 anos de idade que mora na casa dos pais e depende deles financeiramente não é mais considerado como tal, daí a relevância da abordagem da juventude como ciclo de vida.

Enquanto categoria social realizada, operacionalizada a partir do diálogo entre estas três abordagens, demos preferência aos informantes que se identificam como jovens e são identificados por outros familiares como jovens, e que dependam, integral ou parcialmente, dos pais ou responsáveis. Já a noção de faixa etária serviu como parâmetro para localizarmos possíveis informantes, para estabelecermos um primeiro contato através, por exemplo, de indicações de terceiros. No entanto, não nos limitamos às margens arbitrárias desta abordagem, isto é, não necessariamente nos restringimos ao intervalo de etário de 16 a 29 anos, caso alguém fora deste escopo atendesse aos outros dois critérios. Tendo isso em vista, decidimos inserir duas informantes cujas idades escapam a este intervalo etário: uma de 14 e outra de 31 anos, uma vez que ambas se consideram jovens, são consideradas jovens pelos familiares e dependem, em menor ou maior medida, dos seus pais. Os outros cinco informantes tem entre 16 a 29 anos.

1.1.6. Campesinato e agricultura familiar

Antes de entrarmos em campo, durante a revisão bibliográfica inicial da pesquisa, nos referíamos aos nossos possíveis informantes como agricultores familiares. A categoria familiar seria o eixo sobre o qual a problemática da pesquisa estaria articulada, portanto serviria como critério de seleção dos informantes, o que de fato aconteceu. Quando chegamos em Pedreiras, o primeiro lugar a que fomos, em busca dos nossos informantes, foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, com o objetivo de coletarmos os dados de contato (telefone ou endereço) de famílias cadastradas como agricultores familiares. Não conseguimos obter formalmente, junto aos funcionários do sindicato, os dados que procurávamos, pois a pessoa responsável pelo arquivamento dos registros das famílias cadastradas preferiu não fornecer tais dados, zelando pela privacidade das famílias vinculadas ao sindicato. Ele aconselhou que obtivéssemos esses dados informalmente, com funcionários do sindicato, pois muitos deles

eram amigos ou parentes de agricultores familiares e saberiam avaliar se determinada família estaria mais disposta a participar da pesquisa. Quando nos dirigimos aos funcionários, no início da pesquisa, procurávamos por agricultores familiares. Durante a redação da dissertação, decidimos nos referir aos nossos jovens como camponeses, por razões que explicaremos a seguir.

De acordo com Wanderley (2014), o termo campesinato possui dupla conotação entre os acadêmicos brasileiros. Para muitos, por um lado, o campesinato corresponderia “às formas mais tradicionais da agricultura, realizadas em pequena escala, dispondo de poucos recursos produtivos, pouco integrado ao mercado e à vida urbana e frequentemente identificado à incivilidade e ao atraso econômico e social” (WANDERLEY, 2014, p. 29). Por outro lado, a noção de camponês está carregada de conteúdo político, pois é frequentemente associada ao movimento camponês que, visto como subversivo, foi duramente perseguido pelos governos militares no país entre os anos de 1964 a 1985.

No início dos anos 1990, a categoria agricultura familiar foi adotado pelo Estado brasileiro ao formular o Pronaf, programa de apoio aos agricultores cujas atividades fossem organizadas por ou para suas famílias. Com isso, o conteúdo histórico-político carregado pelo termo camponês foi diluído, “ao mesmo tempo em que se afirmava, pela primeira vez, o reconhecimento da condição de produtor agrícola e uma valorização positiva de suas particularidades” (WANDERLEY, 2014, p. 30). O agricultor familiar, desse modo, passa a ser visto como um ator mais integrado às cidades e aos mercados, embora também tenha condições de produção restritas. Embora a criação do Pronaf e a valorização positiva dos agricultores familiares representem “um avanço em relação às políticas anteriores” (CARNEIRO, 1997, p. 70 apud WANDERLEY, 2014, p. 30), as dimensões identitárias que, como ressalta Wanderley (2014, p. 30), “nutrem as categorias ‘camponês’ e a ‘agricultor familiar’”, são ignoradas, de modo que delas é retirada “toda a referência à constituição de sujeitos políticos”, enquanto frequentemente se desconhece “o caráter subalterno de sua participação setorial, que exclui qualquer possibilidade de adesão econômica e política à grande propriedade e à grande produção” (WANDERLEY, 2014, p. 30).

De acordo com Fernandes (2003), uma corrente de teóricos da agricultura familiar defende que o produtor familiar que se utiliza de recursos técnicos, que é contemplado por políticas públicas elaboradas pelo Estado e que está altamente integrado ao mercado, não é um camponês, pois, segundo esta perspectiva, o camponês seria apenas o produtor de uma agricultura de subsistência. Assim como Fernandes (2003), discordamos da ideia de que a agricultura familiar seja uma evolução do campesinato, pois a garantia de que os camponeses

continuem sendo produtores familiares não está na sua integração ao mercado, mas “na luta política contra o capital”, uma vez que “o mercado capitalista é muito mais o espaço da destruição do que da recriação do campesinato” (FERNANDES, 2003, p. 19).

Assim, para Fernandes (2003), o principal argumento para a defesa da permanência do campesinato face ao capitalismo avançado é a sua luta política pela terra e pela reforma agrária, que até hoje persiste no contexto brasileiro. Isto não quer dizer que produtores familiares mais subordinados às pressões do capital e passivos diante destas lutas sejam automaticamente agricultores familiares, que só é camponês quem está ativamente engajado em uma luta política ou quem tenha consciência das perversidades sistêmicas alimentadas pela lógica capitalista. Em concordância com Fernandes (2007), consideramos um equívoco a ideia de que o produtor familiar inserido no mercado capitalista e que se utiliza de tecnologias modernas de produção não possa ser considerado camponês. Como ressalta Fernandes (2007, p. 79), “criou-se um novo nome para se falar do mesmo sujeito”.

“...não reconheço o termo agricultura familiar como conceito teórico. Ele é descritivo e politicamente classificador de um segmento de produtores instado a um projeto de redefinição de suas formas de integração. Os pesquisadores não podem usá-lo se esquecendo que o trabalho político de reconhecimento social implica a eufemização dos significados subjacentes à categoria (...). Ele [o termo] pressupõe a superação do insulamento político cultural e da precariedade material dos camponeses, dos pequenos produtores, dos arrendatários, dos parceiros, dos colonos, dos meeiros, dos assentados rurais, dos trabalhadores sem – terra. Portanto, a categoria de agricultura familiar acena para um padrão ideal de integração diferenciada de uma heterogênea massa de produtores a trabalhadores rurais. E se legitima por um sistema de atitudes que lhe está associado, que denota a inserção num projeto de mudanças da posição política e, por isso, da secundarização do papel econômico e social (NEVES, 2001, p. 2-3 apud FERNANDES, 2003, p. 22).

Nossos informantes não são indivíduos engajados politicamente, mas seu modo de vida permanece fortemente tradicional, mesmo que sua atividade econômica pareça estar integrada às lógicas do Estado e do capital voltadas à agricultura familiar, pois são juridicamente considerados agricultores familiares. No entanto, mesmo em relação à atividade econômica dos nossos informantes, constatamos um abandono do Estado em relação à aplicação local de políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares e uma integração incipiente ao mercado local, fruto da iniciativa das próprias famílias. Ainda que estivessem integrados ao mercado local ou que as políticas públicas para a agricultura familiar fossem efetivamente acionadas, isto por si só não os descaracterizaria como camponeses, conforme ressaltamos anteriormente nesta discussão.

Pelas razões aqui expostas, adotamos os termos *campesinato* ou *camponês* para nos referirmos aos nossos informantes. Baseando-nos na discussão de Fernandes (2003), consideramos que adotar o conceito de *campesinato* na pesquisa é um ato político. Se adotássemos o conceito de agricultura familiar estaríamos legitimando uma categoria que legitima a soberania do capitalismo e as desigualdades sociais que ele busca ocultar.

1.2. MÉTODOS

1.2.1. Pesquisa bibliográfica e documental

Tomando como base algumas das proposições de Ronsini (2011, p. 76) sobre pesquisar mídia e comunicação a partir do lugar da recepção/consumo, consideramos que abarcar “uma totalidade possível para a recepção” consiste na “articulação entre situações de realidade e proposições abstratas abrangentes prévias (RONSINI, 2011, p. 79). Em função da especialização conceitual e metódica que a tarefa de abranger todo o circuito da comunicação exige, demos ênfase à apreensão da experiência vivida dos sujeitos em sua relação com a mídia. Em consonância com a proposta de Ronsini (2011), nos ancoramos no paradigma indiciário, que tem como indicação um procedimento de *análise microscópica* do objeto, em termos de uma redução de escala de observação empírica, mas não em termos da dimensão mais ampla do objeto de pesquisa. Ao ter como objeto “casos, situações e documentos individuais”, o paradigma indiciário alcança “uma margem ineliminável de causalidade” (RONSINI, 2011, p. 79-80). Através de “indícios singulares”, ele também oferece “instrumento para desvendar mecanismos de ocultação ideológica e revelar fenômenos mais gerais” (RONSINI, 2011, p. 80).

Tendo em vista que o contexto da recepção, nesta modalidade de pesquisa, “não é presumido de abstrações acerca do papel da cultura na contemporaneidade”, mas “descrito em detalhes em diálogo com as teorias” (RONSINI, 2011, p. 80), consideramos imprescindível o emprego da pesquisa bibliográfica, pois ela serve para “identificar, selecionar, localizar e obter documentos de interesse para a realização de trabalhos acadêmicos e de pesquisa, bem como técnicas de leitura e transcrição de dados” (STUMPF, 2005).

Após uma etapa inicial de pesquisa bibliográfica, percebemos a necessidade de realizar uma pesquisa documental para que pudéssemos definir o “campo de pesquisa”. Diante da nossa proximidade⁶ com a realidade do estado do Maranhão, consideramos a possibilidade de realizar a etnografia em Pedreiras – MA, um pólo da agricultura no estado até, pelo menos, a primeira metade do século XX. De acordo com Gil (2008), a lógica da pesquisa documental é similar a

⁶ Tendo nascido e vivido no Maranhão até uma parte da vida adulta, tenho vínculos afetivos, sociais e culturais com este estado.

da pesquisa bibliográfica, diferindo-se apenas em relação à natureza de suas fontes. Segundo Gil (2008), existem dois tipos de fontes documental, as de primeira mão e as de segunda mão. As primeiras são aquelas que não receberam nenhum tratamento analítico, como matérias jornalísticas, cartas, contratos, fotografias etc. As segundas são aquelas que já passaram por algum tipo de análise, tais como tabelas estatísticas, relatórios de empresa, relatórios de pesquisa etc.

A princípio, a necessidade de realizarmos a pesquisa documental foi para que pudéssemos encontrar dados sociodemográficos e econômicos sobre o município, como a presença da agricultura familiar, as principais atividades ocupacionais da população etc. Com isso, confirmamos que a pesquisa de campo seria mesmo realizada no município de Pedreiras.

1.2.2. Etnografia crítica da recepção

De acordo com Ronsini (2011, p. 82), Martín-Barbero defende a necessidade de construção “da noção de mediação a partir das problemáticas específicas de cada pesquisa, pois ela pode ser formulada de muitas maneiras em uma proposta investigativa de cunho etnográfico, onde os conceitos se constroem em campo”. Para a autora, a pesquisa a partir do “lugar” do consumo demanda uma proximidade aprofundada com os sujeitos observados, razão pela qual o emprego do método etnográfico é importante.

Em outras palavras, o estudo da recepção como o estudo dos modos de apropriação cultural e social dos meios no cotidiano necessita da etnografia como um esforço de compreensão que procede tanto por via metódica como por via não metódica (pela interpretação do etnógrafo, obtida através do diálogo e do conflito que estabelece com seus interlocutores), de forma a entender como os próprios atores definem suas práticas de comunicação no contexto das estruturas que as organizam (RONSINI, 2003, p. 43).

Estabelecendo uma aproximação com Shaun Moores, a autora propõe uma adaptação da Etnografia para a Comunicação, uma *Etnografia crítica da recepção*. Primeiramente, antes de seguirmos com a discussão da proposta da autora, abordemos alguns pressupostos essenciais da Etnografia antropológica e duas de suas principais técnicas, adotadas na nossa pesquisa: a observação participante e a entrevista em profundidade.

De acordo com Geertz (1989), a descrição etnográfica deve tentar salvar aquilo que foi dito pelos informantes e deve ser interpretada à luz dos comportamentos observados, portanto requer que o pesquisador vá além das mensagens reproduzidas, capturando também o fluxo da experiência dos sujeitos. Em outros termos, as palavras apreendidas pelo etnógrafo não devem ser compreendidas de modo literal e objetivo, mas à luz das percepções e da individualidade do

“nativo”, pois só os “nativos” podem interpretar suas próprias culturas. Portanto, o papel do antropólogo é fazer a interpretação da interpretação. Para atingir esse objetivo, o etnógrafo deve reconhecer e inferir padrões significativos nos comportamentos dos “nativos”, a partir da observação (AGROSINO, 2009). É por esta razão que compartilhamos da noção de que a observação é um *pressuposto* de uma pesquisa etnográfica, o que requer a presença prolongada do pesquisador no local, paciência na execução dos trabalhos e, no caso da observação *participante*, é necessário o estabelecimento de relações de proximidade e confiança com os sujeitos pesquisados.

No entanto, segundo Beaud e Weber (2007) a observação sozinha não conseguiria atender a tais propósitos, uma vez que se limita à descrição do olhar. Tendo isso em vista, além da observação participante, consideramos pertinente a aplicação de entrevistas com os informantes para que, através do cruzamento de dados coletados ao longo da observação com as respostas obtidas nessas entrevistas, fossem elucidados possíveis tensionamentos entre a realidade observada, a percepção dessa mesma realidade pelos sujeitos, as percepções do pesquisador e a fundamentação teórica da pesquisa. Como ressaltam Beaud e Weber (1997, p. 93), “uma observação sem entrevistas arrisca-se a ficar cega aos pontos de vista nativos; uma entrevista sem observações corre o risco de ficar prisioneira de um discurso descontextualizado”.

De acordo com Moreira (2002, p. 54), a entrevista pode ser definida como “uma conversa entre duas ou mais pessoas com um propósito específico em mente” e na etnografia ela deve ser preferencialmente aberta. Enquanto as entrevistas estruturadas apresentam um conjunto de questões fixas, a ser aplicado da mesma maneira para todos os participantes, as não estruturadas e as semiestruturadas possibilitam uma maior flexibilização conforme o entrevistado, possibilitando o acréscimo de perguntas de acordo com as inferências do pesquisador diante de cada situação.

Na observação participante, os membros da comunidade pesquisada concordam com a presença do pesquisador em campo. Segundo Agrosino (2009, p. 33) “o observador participante não pode esperar ter controle de todos os elementos da pesquisa”. Tudo aquilo que escapa ao planejado deve ser levado em consideração durante a elaboração do texto pelo etnógrafo.

Por ter nascido na Antropologia, a apropriação da etnografia nas pesquisas do campo da Comunicação tem sido alvo de incômodo por parte dos antropólogos, que acusam os comunicólogos de descaracterizarem o método etnográfico. Esse incômodo não deixa de ser legítimo, pois, como ressalta Ronsini (2003, p. 36) “não é raro sermos vistos como parasitas

quando, por exemplo, alguns estudiosos nomeiam de etnografia as observações sistemáticas de final de semana”. Desavenças à parte, voltemos à etnografia crítica da recepção.

Ronsini (2011, p. 76) define a etnografia crítica da recepção como:

- a) o conhecimento construído a partir da descrição do contexto espacial e temporal que determina a apropriação dos meios de comunicação, isto é, a apreensão do sentido possível que os atores sociais dão às práticas sociais e culturais produzidas na relação com os meios de comunicação tecnológicos;
- b) a etnografia é crítica porque visa revelar e compreender a reprodução social e não apenas a capacidade criativa das audiências em resistir à dominação.

A proposta da autora é compreender o fenômeno comunicacional através de uma aproximação entre Sociologia e Antropologia. Da primeira, herda-se a preocupação “com os determinantes macroestruturais dos meios tecnológicos”; da segunda, “o sentido da relação entre eles e a audiência”. A necessidade de incorporação da Sociologia, para Ronsini (2003, p. 44), se justifica pelo fato de que não há uma teoria única capaz de perceber, ao mesmo tempo, “o modo como a variedade das experiências é produtora de certas representações da sociedade e como o pensamento social e político hegemônico se enraiza no cotidiano”. Essa noção é corroborada por Bourdieu ao ressaltar a importância da apreensão dos aspectos macrossociais relacionados às falas e práticas dos informantes, em termos das suas “condições sociais de produção e reprodução” (ORTIZ, 1983, p. 162).

1.2.3. Procedimentos de análise

Para realizarmos a análise da pesquisa, “bebemos na fonte” da Análise de Conteúdo Temático-Categorial. No entanto, consideramos que a mera aplicação do conjunto de procedimentos que constituem esse método restringiria as margens da nossa pesquisa, que devem se estabelecer no delicado equilíbrio entre subjetividade e objetividade, Antropologia e Sociologia, o micro e o macrossocial. Na prática, a nossa apropriação da Análise de Conteúdo Temático-Categorial consiste na identificação de unidades de significação nas quais se aglutinam dados de temática semelhante, analisados a nível sintático. Em sua proposta original, a Análise de Conteúdo Temático-Categorial prescinde de um conjunto amplo de critérios que zelam por uma objetividade que não condiz com a parcela de subjetividade inerente à Etnografia. Tendo isso em vista, as unidades de significação, na nossa proposta, servem diretamente como categorias analíticas.

As categorias analíticas foram decididas previamente, fundamentadas no mapa das Mediações Comunicativas da Cultura de Martín-Barbero. Durante a pesquisa de campo elas também constituíram eixos para o roteiro semiestruturado de entrevista. As anotações da

observação no caderno de campo, por sua vez, seguiram outra sistemática durante a pesquisa de campo, mas posteriormente, durante o tratamento dos dados, foram aglutinadas às respectivas categorias temáticas/analíticas. Assim, as anotações no caderno de campo seguiram o sistema sugerido por Agrosino (2009), que consiste na organização cronológica das anotações, em termos de datas e horários. Ou seja, a cada novo dia, abrimos um novo cabeçalho e cada anotação foi registrada em forma de tópico, elencada pelo horário em que determinada situação ocorreu.

Do Mapa das Mediações Comunicativas da Cultura, trabalhamos com duas mediações: Socialidade e Ritualidade. A Socialidade é o lugar de articulação das práticas comunicativas, de constituição dos indivíduos e de suas relações com o poder, através das instituições sociais com as quais eles se relacionam. Para Berger e Luckmann (1985), as práticas sociais formadoras dos indivíduos, através do seu contato com as instituições sociais, são divididas em três fases: primária, secundária e terciária. A primária diz respeito ao aprendizado adquirido na instituição *Família*. A socialização secundária ocorre na relação com a *Escola*. Por fim, a socialização terciária se dá na relação com as demais instituições sociais: instituições econômicas, políticas, religiosas e de lazer. Tais socializações estão perpassadas pelas relações de classe, gênero, pelas questões geracionais e étnicas.

Tomando por base as proposições de Berger e Luckmann (1985), as categorias de análise que elaboramos a partir da mediação Socialidade tem como foco essa relação entre socialização e instituições sociais, posto que é nessa relação que os indivíduos constituem e exteriorizam suas visões de mundo e valores, produzem e reproduzem representações sociais. Enquanto instância mediadora da socialização primária, a *Família* constitui uma das nossas categorias de análise. Fundamental à socialização secundária, chegamos a uma segunda categoria analítica: a *Escola*. Em relação à socialização terciária, devido à amplitude de instâncias envolvidas, delimitamos duas categorias: a instância do *Trabalho*, central na nossa discussão sobre os conflitos de classe, em termos das relações de poder entre as elites dominantes e o campesinato; e o *Lazer*, dimensão que adquire maior densidade na vida social moderna e nas discussões acadêmicas sobre a modernidade.

A última categoria referente ao eixo Sociabilidade aborda as *Representações do rural-urbano* que circulam entre os nossos informantes. Enquanto expressão tanto de suas visões de mundo, constituídas através de todos os níveis de socialização, quanto das suas condições sociais de reprodução, as representações sociais nos fornecem elementos para analisarmos o processo contínuo de negociação da hegemonia entre as classes dominantes e subalternas, uma vez que a cultura massiva não ocupa uma única posição no interior da cultura das classes sociais,

onde “coexistem produtos heterogêneos, alguns que correspondem à lógica do expediente cultural dominante, outro que corresponde a demandas simbólicas do espaço cultural dominado” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 311).

No caso desta pesquisa, nos voltamos às representações dos nossos informantes sobre o *rural* e o *urbano*, categorias sociais que articulam o nosso olhar sobre a dimensão macrossocial das transformações sociais no contexto da globalização (conforme abordamos na seção 1.1.4. *O rural como categoria social realizada*), sobretudo no que tange ao processo assimétrico e socialmente excludente da modernização capitalista.

Articulando os Formatos Industriais às Competências de Recepção/Consumo, a mediação Ritualidade refere-se aos processos de construção de sentido atravessados pelo consumo midiático, às trajetórias de leituras dos consumidores, regulando as interações entre tempos e espaços cotidianos e os tempos e espaços midiáticos. Na nossa pesquisa, não examinamos as gramáticas específicas de um gênero televisivo ou os discursos de determinado produto midiático, no que tange aos Formatos Industriais. Nos concentramos nas Competências de Recepção/Consumo, que articulam as condicionantes sociais examinadas na nossa análise da mediação Socialidade e as trajetórias de leitura dos nossos informantes. A partir destes pressupostos, elaboramos as categorias *Hábitos de consumo* e *Representações midiáticas do rural-urbano*.

Através da categoria Hábitos de consumo, procuramos identificar os horários em que os informantes consomem a mídia, em que espaço do seu cotidiano (em casa, na escola, no quarto, na sala etc.) e com quem; quais tecnologias de comunicação (televisão, celular, computador etc.) eles possuem e por qual ou quais delas tem preferência. Enfim, como o consumo de conteúdos e aparatos de mídia está inserido nos tempos e espaços cotidianos dos nossos informantes.

Por fim, ressaltamos que a categoria Representações midiáticas do rural-urbano se distingue da categoria Representações do rural-urbano do eixo Sociabilidade, visando ao objetivo de distinguirmos as representações diretamente associadas ao consumo, pelos informantes, de produtos midiáticos específicos que emergiram durante a pesquisa de campo, e aquelas (re)produzidas pelos informantes ao longo de toda a pesquisa, que atravessam suas experiências vividas de modo global.

Considerando o exposto, chegamos a um total de 7 categorias:

- A partir do eixo Socialidade: a) Trabalho; b) Lazer; c) Família; d) Escola; e) Representações do rural-urbano.

- A partir do eixo Ritualidade: f) Hábitos de consumo; g) Representações midiáticas do rural-urbano.

1.3. UM BREVE RELATO ETNOGRÁFICO

De acordo com os dados levantados pelo IBGE⁷ no último Censo realizado (IBGE, 2010), o Maranhão é o estado com o maior número de pessoas vivendo em situação de extrema miséria no país. Segundo o instituto, o PIB per capita no estado chegou a patamares inferiores a R\$ 70,00 mensais. Em minha⁸ experiência profissional como *videomaker* deparei-me, em diferentes situações, com essa realidade devastadora ao realizar trabalhos em municípios como Anajatuba, Bacabal, Chapadinha e Cantanhede. Enquanto se fala de desenvolvimento tecnológico e “aceleração digital”, quem decide sair dos liames das regiões urbanizadas de São Luís não demora a ver famílias que sequer possuem acesso a energia elétrica! Segundo levantamento⁹ realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 2017, milhões de brasileiros ainda vivem sem energia elétrica em seus domicílios.

Embora sempre tenha testemunhado essa realidade de perto, a minha se difere em muitos aspectos daqueles a quem estou direcionando o olhar desta pesquisa. Meu foco de interesse - tanto pessoal quanto profissional - sempre esteve direcionado a um elemento que o senso comum associa ao “urbano” e ao “moderno”: *tecnologias*. Inicialmente, o projeto desta dissertação engrossava o corpo dominante de interesse acadêmico voltado aos jovens urbanos e uso de tecnologias. Embora o uso de tecnologias (de comunicação) continue sendo enfatizado, a experiência acadêmica, o contato com minha orientadora e com a teoria motivou-me a deslocar o olhar para uma realidade em alguns aspectos distinta (e em muitos outros não): a realidade da *juventude camponesa*. Na etnografia, esse “choque cultural” é tido como um ponto positivo (GERTZ, 1989).

Optei por direcionar empreender a etnografia no estado do Maranhão por ser lugar com o qual possuo vínculos (afetivos, familiares e culturais). Uma vez decidido que a pesquisa seria no Maranhão, entrei em contato com Cecília, uma grande amiga da família que reside no município de Trizidela do Vale (antigo bairro de Pedreiras) e cujo marido, Malvino, trabalha como veterinário atendendo alguns agricultores da região. Gentilmente, ela e o marido me ofereceram hospedagem em sua casa pelo tempo que eu precisasse. Desse modo, a pesquisa

⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

⁸ Excepcionalmente nesta seção, o texto é redigido em primeira pessoa porque se trata de uma autorreflexão sobre minha experiência em campo, nos moldes da Etnografia

⁹ Disponível em: <<https://idec.org.br/pesquisa-do-idec/brasil-tem-problema-grave-de-fornecimento-de-energia-eletrica>>

ocorreu ao longo de dois meses, entre janeiro e março do ano de 2019. Cabe ressaltar que, nestes dois meses, não fiquei o tempo todo em Pedreiras. Durante esse período fui cerca de três vezes a São Luís, capital do estado, onde continuei trabalhando com a organização dos dados já coletados ou em alterações nos roteiros de entrevista, conforme continuava com a pesquisa e revisão bibliográfica.

A busca por agricultores familiares iniciou-se com minha ida ao Sindicato de Agricultores de Pedreiras, onde Malvino me apresentou a um funcionário amigo dele para que eu explicasse o objetivo da pesquisa e o perfil de informantes ela demandava. Ele relatou não ter acesso ao cadastro dos agricultores associados ao sindicato, mas apresentou-me a Val, delegada do povoado de Santa Cantídia, pois ela provavelmente conheceria agricultores familiares do local. De fato, Val é prima uma agricultora que estava no sindicato para uma reunião naquele momento, Cris, que tem duas filhas que a ajudam na produção agrícola da família. Combinei com Cris uma visita ao povoado em outro dia da semana. No entanto, posteriormente tive a informação de que o acesso àquele povoado só era possível por moto e que carros não estavam passando pela estrada de terra devido às chuvas recorrentes naquele período.

Seria, portanto, necessário pedir carona para alguém que possuísse uma moto e que soubesse o trajeto para chegar até Santa Cantídia, pois não havia rotas traçadas em aplicativos de GPS ou em mapas rodoviários da região. Por conta desses empecilhos, priorizei a ida a lugares mais acessíveis até resolver essa questão. A casa de Cecília e Malvino, onde eu estava hospedado, situa-se em Trizidela do Vale, município vizinho de Pedreiras. Apesar de se tratarem de dois municípios distintos, eles são bastante próximos, separados apenas por uma ponte, portanto o deslocamento entre as zonas urbanizadas de ambos era prático.

A prefeitura de Pedreiras, assim como o Sindicato de Agricultores, situa-se no centro urbano do município, e alguns de seus povoados situados em áreas rurais são espacialmente próximos de lá. Por essa razão, quando recorri a Rodrigo, engenheiro agrônomo funcionário da prefeitura e tutor de um curso de extensão em agroecologia promovido por esta, ele se dispôs a me levar até o povoado de Trindade, localizado a 5 km de distância do centro de Pedreiras, com acesso via asfalto. Rodrigo apresentou-me a um casal de agricultores com quem tinha contato através do seu trabalho como tutor para que eu pudesse conversar com João, o filho jovem do casal. Após uma conversa introdutória, combinei de retornar no dia seguinte para observar a rotina de trabalho da família e entrevistar João.

Embora tenhamos combinado um horário para realização da entrevista, no dia seguinte João não estava lá. Como fui sozinho até lá e Rodrigo não estava disponível para me levar a

outras famílias, perguntei aos pais de João se eles conheciam outras famílias de agricultores que morassem nas proximidades e eles me responderam afirmativamente, indicando uma família que reside em um terreno do outro lado da rodovia, onde conheci os primeiros informantes dessa pesquisa.

Quando cheguei, sem aviso prévio, na propriedade compartilhada onde vivem Vitor, Igor, Kelma e Joílson, fui recebido com desconfiança pela avó/mãe desses jovens. Ela regava tranquilamente as plantas do belo jardim que envolve todas as quatro casas situadas na propriedade. Em um campinho de futebol improvisado sobre a grama, um grupo de crianças jogava bola. Expliquei a intenção da pesquisa, quem eu era, de qual instituição etc., mas ela se manteve desconfiada. Mesmo assim, permitiu que eu entrasse para conversar com sua nora, Kelma. Alguns dias depois, todos já estavam à vontade. A vó que me recebeu fazia questão que eu comesse de sua comida e ficou feliz porque aceitei experimentar um pouco de melancia com arroz e feijão. Na verdade, todos eles se mostraram contentes por eu ter comido da comida deles e repetido. Tanto que, em outros momentos, fui convidado por Kelma para jantar em sua casa e por Igor para almoçar na dele.

Eles depois me disseram que gostaram da minha maneira de interagir com eles. Não entendi muito bem, porque a única coisa que fiz foi agir com educação, como penso que se deve agir em qualquer situação, especialmente ao se pedir “favores” – pois eles já estavam “me fazendo o favor” de participarem da pesquisa. Um dia, ao questionar o que, na minha aproximação, despertou a confiança e a simpatia deles, Kelma, Joílson e Luana (mãe dos irmãos Igor e Vitor) me explicaram que foi o fato de eu não “tentar mostrar superioridade” por ser alguém da capital São Luís. Disseram que, mesmo quando pesquisadores de institutos de pesquisa batem à porta deles, a maneira mecânica pela qual eles se aproximam fica evidente e os incomoda. Mas, sobretudo, disseram que pessoas que vem da capital geralmente “se acham” e interagem com eles como se fossem “superiores”.

A família de Kelma e os demais tem o hábito de amarrar cheiro-verde quase que diariamente, ao anoitecer. Joílson traz o cheiro-verde que colhe ao longo do dia e quase todos da família se reúnem para amarrar. Eles amarram com pedacinhos de palha e transformam o cheiro-verde em peças unitárias para venderem. Enquanto amarram, no quintal da casa de Kelma, a televisão fica ligada na sala de estar e eles assistem do lado de fora. Joana (13 anos), a irmã caçula de Igor e Vitor, costuma ajudar, mas quando não está ajudando, em vez de assistir às telenovelas da Rede Globo que passam atualmente na televisão, procura assistir, pelo *YouTube*, telenovelas mais antigas do SBT. Em um destes finais de tarde, me ofereci para ajudar a amarrar o cheiro-verde, pois notei que todos cooperavam e conversavam descontraidamente

durante essa atividade. Esta família foi aquela com quem tive maior contato, por conta da sua proximidade com a casa de Cecília e Malvino, onde eu estava hospedado. A figura abaixo (Figura 3), trata-se de um registro de um momento de descontração que tive com a família, no mesmo quintal onde eles costumam amarrar cheiro-verde. Na imagem, sou o de camisa marrom. Atrás de mim, estão a mãe de Joílson e Kelma, sua esposa. À minha esquerda, encontra-se Joílson. A última mulher à minha esquerda é a mãe de Igor e Vitor.

Figura 3 – Momento de descontração com a família do povoado Trindade



Fonte: o próprio autor

Enfim, para não me alongar muito, pois não é o foco dessa pesquisa, ressalto que todas as famílias me receberam muito bem e se mostraram dispostas a colaborar com a pesquisa. Como acredito que aconteça em qualquer pesquisa de campo, houve dificuldades, me perdi várias vezes procurando povoados, recebi carona de moto para chegar em alguns locais intransitáveis para carros, contei com a ajuda de moradores, funcionários do Sindicato de Agricultores, da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Agricultura para encontrar lugares e receber informações. Me perdi um pouco nas anotações do caderno de campo, me reencontrei, voltei a me perder, tornei a me encontrar, até encontrar um caminho definitivo de organização. Alterei roteiros de entrevista, fui tirando perguntas, colocando outras. Enfim, tudo o que faz parte desse tipo de pesquisa.

Antes de considerar a ideia de “me inserir” na apresentação desta pesquisa, em uma pequena seção específica, a intenção era exclusivamente discutir os dados analisados em relação aos informantes, através das categorias de análise. Quando decidi que seria pertinente “me colocar” um pouco – embora a proposta da Etnografia crítica da recepção não seja mera reprodução da tradição antropológica da Etnografia, mas o emprego do método dentro de um conjunto de outros procedimentos – diversas possibilidades de apresentação da pesquisa me surgiram e diversas foram as alterações que decidi implementar em sua estrutura até que se chegasse na presente disposição. Segundo Geertz (1988, p. 9, tradução livre) a questão da assinatura do autor e de sua presença no texto “tem assombrado a etnografia desde muito cedo”, mas de uma maneira “disfarçada, porque ela não tem sido apontada como um problema narrativo, de como melhor contar uma história honesta, mas como um (problema) epistemológico, de como impedir que visões subjetivas coloreem fatos objetivos” (GEERTZ, 1988, p. 9, tradução livre). O dilema provocado pelo choque entre a realidade e a percepção narrada desta realidade não diz respeito apenas ao delicado gerenciamento entre objetividade e subjetividade, mas ainda à “tradução” de fatos vivenciados não-linearmente para uma narrativa compreensivamente linear.

Embora eu considerasse que, no fazer etnográfico, a pesquisa de campo fosse o momento mais complexo, reconheço que “enfrentar a página” (segundo os termos de Geertz) mostrou-se mais complexo para mim que “enfrentar os fatos”. Como ressalta Geertz (1988, p. 10, tradução livre) administrar os limites da inserção do autor no relato “demanda tanto o ‘olimpianismo’ não-autoral de um físico quanto a consciência soberana do romancista ‘hiper-autoral’, mas sem de fato permiti-los”. Por “olimpianismo” não-autoral, Geertz (1988, p. 10, tradução livre) refere-se à possibilidade de o etnógrafo ser insensível a ponto de “tratar pessoas como objetos, de ouvir as palavras, mas não a música e, é claro, o etnocentrismo”. Por outro extremo, o aspecto excessivamente autoral diz respeito a um “impressionismo, a tratar pessoas como marionetes, a ouvir música que não existe e, é claro, ao etnocentrismo” (GEERTZ, 1988, p. 10, tradução livre).

A autorreflexão do etnógrafo é, portanto, um exercício indispensável, e considero que seja nesse ponto que se dê a inserção do autor no relato escrito. Se não há uma fórmula preestabelecida para garantir o “bom senso” do etnógrafo em relação aos limites de sua inserção no relato, a explicitação dos seus processos internos ao “enfrentar a página” é, do meu ponto de vista, a maneira mais honesta de enfrentá-la.

2. A MODERNIZAÇÃO LATINO-AMERICANA

Neste capítulo, através da primeira seção procuramos demonstrar como o capitalismo procura ocultar as desigualdades que produz desde o período pós-abolicionista, que explicita a transição entre a coerção física da escravidão e a coerção voluntária baseada na naturalização cultural das práticas.

Na segunda seção, discutimos sobre como o Estado sempre foi um aliado do capital; como o sentido de massificação se modificou entre 1930 e a década de 1960, quando a mídia assume um papel central dentro de um contexto de modernização “atrasada” em relação ao ritmo do capitalismo dos países ditos “desenvolvidos”.

Na terceira seção, apresentamos os efeitos do capitalismo avançado do final do século XX e desse século XXI no meio rural.

2.1. O CAPITALISMO CHEGA AO CAMPO

Como ressalta Wanderley (2014), é comum que a representação socialmente construída da agricultura no Brasil a associe a grandes propriedades monocultoras que produzem para grandes mercados internacionais sob um padrão tecnológico moderno e sofisticado. De acordo com a autora, um dos exemplos mais expressivos desse tipo de representação, frequentemente veiculado pelos meios de comunicação, “é o das grandes plantações de soja nas antigas regiões de fronteira agrícola do País. Na monótona e monocolorida paisagem da planície, máquinas possantes vencem o tempo e o espaço e diluem da imagem qualquer presença humana” (WANDERLEY, 2014, p. 26). Para Wanderley (2014, p. 26), essa representação é fruto de uma “amnésia social” que marcou a história do campesinato no Brasil, negando o reconhecimento de sua contribuição para a sociedade.

A modernização latino-americana foi marcada pelo processo de massificação da sociedade: primeiro, uma massificação populacional em termos de uma concentração demográfica nas cidades em decorrência da migração rural-urbana; depois, a massificação operada pelos meios de comunicação a serviço de uma coesão ideológica (MARTÍN-BARBERO, 1997). Embora a massificação tenha desencadeado um processo de desarticulação política das classes sociais, a história do campesinato brasileiro está marcada por sua resistência enquanto protagonista das lutas sociais (WANDERLEY, 2014).

Antes de prosseguirmos com a discussão, cabe ressaltar que entre os estudiosos do campesinato não há um consenso sobre a definição conceitual dessa categoria, tampouco sobre uma possível reconfiguração ou uma desarticulação do campesinato enquanto classe com o advento do capitalismo na agricultura. De acordo com Shanin (2005, p. 1) um camponês não

existe em um sentido imediato ou estritamente específico, pois os "assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo", isto porque a designação de camponês varia conforme o período histórico ou localização geográfica. Mesmo dentro de um mesmo período histórico e em uma mesma localidade, argumenta Shanin (2005, p. 1), a noção de camponês pode designar "o rico e o pobre, o proprietário de terras e o arrendatário, o chefe do grupo doméstico e um 'braço' contratado". Para o autor, mesmo ainda em sentido a-histórico ou fora de um contexto específico, a noção de camponês costuma se transformar em reificação da realidade ou "em manipulações conscientes por políticos espertos ou acadêmicos caçadores de prestígio" (SHANIN, 2005, p. 2).

Em síntese, Shanin defende que o campesinato deve ser compreendido enquanto classe social, na relação com a estrutura societária mais ampla. Para o autor, a heterogeneidade do campesinato não é motivo suficiente para que este seja revogado enquanto modelo conceitual, pois todo conceito pressupõe uma generalização e uma formalização seletiva, logo "tem limitações e obscuridades necessárias" (SHANIN, 2005, p. 17).

Um camponês não é uma palavra vazia a refletir os preconceitos do *populus*, as frivolidades lingüísticas dos intelectuais ou, ainda, conspirações de adeptos de uma ideologia, embora às vezes isso possa ser verdadeiro. Se revogado, este conceito (ainda?) não pode ser facilmente substituído por algo de natureza semelhante. Ele tem (...) potenciais de reificação, isto é, pode ser enganoso, assim como pode ser usado para enganar, especialmente quando utilizado de maneira ingênua. Tem-se dito corretamente que 'o preço da utilização de modelos é a eterna vigilância'. É verdade também que sem tais construções teóricas não seria absolutamente possível qualquer progresso nas ciências sociais (SHANIN, 2005, p. 18).

Em concordância com Shanin, Martins (1981, p. 22) ressalta que camponês e campesinato são palavras políticas "que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses". No contexto brasileiro, trabalhadores já chamados de camponeses em países da Europa ou mesmo da América Latina recebiam diferentes atribuições, como *caipira*, *caiçara*, *caboclo* e *tabaréu*. De acordo com Martins (1981, p. 22) "desde tempos remotos" esses termos possuem duplo sentido:

Referem-se aos que vivem lá longe, no campo, fora das povoações e da cidade, e que, por isso, são também rústicos, atrasados ou, então, ingênuos, inacessíveis. Têm também o sentido de tolo, de tonto. Às vezes querem dizer também "preguiçoso", que não gosta do trabalho. No conjunto, são palavras depreciativas, ofensivas (MARTINS, 1981, p. 22)

Contudo, o crescimento das lutas camponesas e a introdução do debate nacional sobre a situação do campesinato contribuíram para que essas outras palavras se tornassem obsoletas

no vocabulário cotidiano, mas o emprego da categoria camponês ou camponês no Brasil está, para Martins (1981, p. 23), repleto de dificuldades inerentes à transposição de um termo utilizado para designar realidades históricas diferentes da brasileira, isto é, conceber o destino do camponês brasileiro a partir de um entendimento estrangeiro do destino do camponês, desconsiderando as contradições que ele vive e o “destino real que nasce de fato dessas contradições e não da imaginação política”.

Entre essas contradições estão as diferentes maneiras como o camponês é tratado no contexto de seu emprego no país, “às vezes encarado como perigo, outras como um incapaz (...) de definir e atuar no processo histórico” (MARTINS, 1981, p. 25), o que define modo como ele é colocado no debate político, seja ao preço de uma “conscientização” ou de sua subordinação às diretrizes da classe operária. Assim, o lugar do camponês no processo histórico é definido por sua exclusão, não somente política, mas ideológica, portanto a ausência de um conceito ou categoria que o defina de modo completo e uniforme é, para Martins (1981, p. 25), expressão da forma como tem sido a sua participação nesse processo: “alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando”.

Considerando a pertinência do camponês na análise de processos sociais mais amplos, o enfoque da nossa discussão dirige-se aos efeitos da modernização nessa forma social de produção, cuja especificidade pode ser atribuída ao seu caráter familiar, “tanto dos objetivos da atividade produtiva - voltados para a necessidade da família - quanto do modo de organização do trabalho - que supõe a cooperação entre os seus membros” (WANDERLEY, 2014, p. 26). Portanto, genericamente, corresponde a um modo de viver e trabalhar no campo, ou seja, uma forma de produção e um modo de vida.

A modernização da agricultura trouxe consigo divergências acerca do destino do camponês entre os estudiosos do assunto. De acordo com Carneiro (2009) esse debate está polarizado entre as perspectivas de Lênin e Chayanov. A vertente leninista considera que o camponês esteja fadado à extinção diante da incorporação do capitalismo na agricultura. Para Lênin (1985), a sofisticação das técnicas e otimização da produção agrícola pelos grandes estabelecimentos acabaria com os pequenos. O camponês seria, então, obrigado a se subordinar ao mercado, vendendo sua força de trabalho e se tornando assalariado. “O conjunto de contradições existentes no camponês constitui o que denominamos desintegração do camponês”, redundando “na destruição radical do antigo camponês patriarcal e na criação de novos tipos de população rural” (LÊNIN, 1985, p. 113).

Na outra via, a vertente chayanoviana defende a permanência e reprodução do camponês no interior do sistema capitalista. O argumento de Chayanov (1985) está

fundamentado em uma análise da produção agrícola a partir da força do trabalho. Nessa perspectiva, a lógica da racionalidade empresarial e da maximização do lucro atrelada ao capital se diferem da força de trabalho camponesa, que não é pautada pelo lucro, mas pela reprodução da familiar, isto é, a unidade econômica camponesa é caracterizada pela ausência de trabalho assalariado e de acumulação de capital, sendo simultaneamente unidade de produção e de consumo, e pela ausência de mão de obra terceirizada para além do núcleo familiar, exceto por curtos períodos de tempo.

A perspectiva de Chayanov, desde sua época, fornece as bases para os estudos contemporâneos sobre formas diferenciadas de reprodução do campesinato, como as recentes discussões sobre pluriatividade na agricultura. Alinhados a essa vertente, encontram-se autores contemporâneos como José de Souza Martins, Teodor Shanin, Bernardo Mançano Fernandes e Marta Inez Marques. Entre aqueles que se alinham à perspectiva leninista, que prenuncia a extinção do campesinato, encontram-se autores como Ricardo Abramovay e José Graziano da Silva (SILVA, 2019).

Ao passo que se pode afirmar que o avanço do capitalismo está relacionado às transformações que ocorreram no campo, essa relação não é de mera causa e efeito “entre o capital e os problemas que vão surgindo” (MARTINS, 1981, p. 152). A tendência do capital é a de tomar conta de todos os setores de produção, do campo à cidade, da agricultura à indústria. Para Martins (1981), quando se fala em expansão do capitalismo no campo as pessoas se referem a, pelo menos, duas questões complementares: a expulsão de lavradores autônomos de suas terras e a conseqüente transformação desses camponeses em uma massa de proletários rurais, de trabalhadores sem terra. O principal ponto da expansão capitalista é, portanto, o fato de os trabalhadores se transformarem em trabalhadores livres, “libertos de toda propriedade que não seja a propriedade da sua força de trabalho” (MARTINS, 1985, p. 152). Como já não são proprietários nem dos instrumentos e das matérias-primas empregadas no trabalho, “não têm outra alternativa senão a de vender a sua força de trabalho ao capitalista, ao patrão” (MARTINS, 1981, p. 152).

Tornam-se também livres no sentido de que não estão subjugados por ninguém, por um proprietário de terra ou por um senhor de escravos. Além de livres são, pois, *iguais* àqueles que são proprietários. É nessa relação de liberdade e de igualdade que se baseia a relação social capitalista (MARTINS, 1981, p. 152-153, grifo nosso).

Trata-se de uma igualdade jurídica, em termos de uma relação de compra e venda de serviços entre patrão e assalariado, pois só pessoas juridicamente iguais podem estabelecer contrato entre si. Um, o camponês expropriado, não mais dispõe dos meios para produzir. O

outro, o patrão, possui os meios mas não tem o trabalho. A igualdade, nesse sentido, refere-se à liberdade que ambas as partes têm para fazer ou desfazer esse contrato, diferentemente de uma relação escravocrata, formalmente desigual porque o trabalhador não podia vender sua força de trabalho a quem quisesse, pois esta era propriedade formal do seu senhor.

É fato que formalmente, juridicamente, há um princípio de igualdade no capitalismo, o de que “cada um tem que ser cada um, individualizado, livre e igual a todos os outros” (MARTINS, 1981, p. 153), razão pela qual a força de trabalho do trabalhador tem que ser trocada pelo salário pago pelo patrão. Mas nisto reside uma de suas grandes contradições: esse salário é determinado pela taxa de lucro do capital, ou seja, o valor da força de trabalho é determinado pela riqueza produzida pelo próprio trabalhador com o seu trabalho, mas somente parte desta riqueza a ele retorna, sob a forma de salário. Entre as duas partes da relação sai ganhando o capitalista.

Como é possível que sendo eles iguais entre si, igualdade essa que é indispensável a que se defrontem como homens livres que entre si trocam coisas diferentes e opostas (força de trabalho e capital sob forma de salário), se vejam no final das contas com resultados diferentes na suas mãos - o trabalhador com o salário que lhe permite reproduzir-se num dia exatamente como era no dia anterior e o capitalista com o lucro que lhe permite reproduzir-se num dia como o senhor de uma riqueza maior do que a que tinha no dia anterior? (MARTINS, 1981, p. 155).

A resposta a essa indagação é, para Martins (1981, p. 155), o fato de que a desigualdade econômica entre trabalhador e patrão, em benefício do segundo, só pode ocorrer "com base na igualdade jurídica sob a qual eles se defrontam". Em outros termos, para que a desigualdade econômica pudesse operar em benefício do capitalista diante do princípio formal de igualdade, ela deveria estar mascarada, para que o trabalhador, agora liberto do regime escravocrata, acreditasse em uma ilusão de igualdade e legitimasse sua própria sujeição ao capital. Se no regime escravocrata essa sujeição era principalmente física, através do uso da violência, no sistema capitalista ela passa a ser ideológica, no sentido de que o crescimento da riqueza seja concebido como produto da própria riqueza (MARTINS, 1990).

De acordo com Martins (1990, p. 146), o novo trabalhador livre, logo após a abolição da escravatura, também reconhecia que o trabalho era fonte de riqueza, o que abre caminho para que ele decida trabalhar para si mesmo, “ocupando a ampla faixa de terras livres que o país então possuía”. Para evitar que isso acontecesse, a burguesia agrária obtém a aprovação, no ano de 1850, da Lei nº 601, a chamada Lei de Terras, “que impedia o acesso às terras devolutas por outro meio que não fosse a compra” e consagrava “a terra como equivalente de capital” (MARTINS, 1990, p. 146-147). Sem a riqueza necessária para adquirir a terra, agora

monopolizada pelos proprietários e pelo Estado, o trabalhador deixa de poder trabalhar para si e se vê obrigado a trabalhar para um terceiro, o patrão. Assim, consagra-se a idéia de que o trabalho, aliado à ética que associa trabalho à privação e sofrimento, é a única maneira de produzir riqueza, representada pela terra.

A noção de igualdade que fundamenta o capitalismo é, portanto, nada mais que uma ilusão, pois só a força de trabalho é capaz de produzir riqueza, e o único a quem a força de trabalho pertence - o trabalhador - é aquele que menos desta riqueza usufrui. A riqueza, desse modo, aparece "não como produto do trabalho, mas como produto do próprio capital" (MARTINS, 1985, p. 155).

Um ponto, portanto, essencial para o entendimento do que é uma relação capitalista está no fato de que essa relação é uma relação de exploração baseada numa ilusão - a ilusão de que não há exploração alguma (MARTINS, 1985, p. 156).

A riqueza produzida pelo próprio trabalhador e que cresce sob forma de capital é, assim, dele alienada. Acreditando no princípio da igualdade e da liberdade, o trabalhador passa a acreditar que ele depende do capital quando, na verdade, o capital é que depende dele. O capital, portanto, apenas aparece como se fosse produto do próprio capital, mas na verdade "é produto do trabalho, é materialização do trabalho não pago, é mais-valia extraída do trabalhador" (MARTINS, 1985, p. 158), pois, como afirma Martins (1985, p. 159), a terra, instrumento fundamental para produção no campo, é erroneamente considerada capital, uma vez que o capital é produto do trabalho assalariado, enquanto a terra "não é produto nem do trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma de trabalho. É um bem natural, finito, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho", portanto não pode ser analisada em suas consequências sociais, políticas e econômicas como se fosse capital.

Com isso, o capital faz com a terra o mesmo que faz com o trabalho. Ao dominar os meios de produção, o capital os separa do trabalhador que, impedido de trabalhar por conta própria, tem que trabalhar para o capital. Assim, o capital cria as condições para se apropriar do seu trabalho e fazê-lo parecer parte do capital. Assim como precisa pagar um salário ao trabalhador para se apropriar da sua força de trabalho, o capital precisa pagar uma renda ao proprietário de terra. Essa renda é extraída da mais-valia originada do trabalho realizado pelo trabalhador, portanto o capital não produz essa renda, apenas a redistribui para pagar o proprietário. Quem a produz é o trabalhador (MARTINS, 1985).

É nesse ponto que, segundo Martins (1985), a agricultura capitalista se diferencia da pré-capitalista. Na pré-capitalista o próprio trabalhador, sem intermediários, paga um tributo ao

proprietário da terra para sua utilização, extraído da mais-valia de sua produção. Já na agricultura capitalista, "com a subjugação da terra pelo capital (...) o excedente que o trabalhador entrega (...) é tempo de trabalho; é isso que interessa ao capitalista, porque trabalho que cria valor" (MARTINS, 1985, p. 163).

Diante do exposto, consideramos que as proposições de Wanderley (2003; 2014) são pertinentes para abordarmos os rumos do campesinato brasileiro após a modernização latino-americana. Evitando advogar por uma das duas perspectivas sobre o destino da classe camponesa frente à incorporação da lógica econômica dominante na agricultura, a autora estabelece relações entre o campesinato em sua constituição tradicional e a chamada agricultura familiar, categoria institucionalizada pelo Estado para implementação de políticas às unidades familiares de produção agrícola e para a integração desta ao mercado.

Para Wanderley (2003), o fato de a modernização capitalista ainda estar em andamento no meio rural brasileiro e o fato de essa modernização não estar ocorrendo de maneira homogênea por todo o país são argumentos a favor da tese da permanência do campesinato no interior do sistema capitalista, uma vez que, para autora, os agricultores familiares tem raízes históricas com o campesinato, em sua grande maioria. Por seu vínculo com a tradição, no agricultor familiar "há um camponês adormecido" (WANDERLEY, 2003, p. 47).

De acordo com Wanderley (2014) desde os anos 1960 o setor agrícola e o meio rural brasileiro começam a sofrer grandes transformações devido ao processo de modernização da agricultura, que assume duas dimensões complementares:

Em primeiro lugar, a subordinação da atividade agrícola às exigências dos setores dominantes da indústria e do capital financeiro, que se traduziu, fundamentalmente, pela adoção de máquinas, equipamentos e insumos de origem industrial nos processos da produção agrícola. Em segundo lugar, a ocupação das fronteiras agrícolas por grandes empresas, que se beneficiaram de políticas públicas de incentivo a essa expansão (WANDERLEY, 2014, p. 28)

Esse processo repercute na expulsão dos trabalhadores que residiam no interior das grandes propriedades, uma vez que a mecanização do preparo da terra e dos cuidados com a plantação dispensavam a mão de obra manual, que se mantém necessária somente na fase da colheita. Aliada a isso, a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, que garante direitos trabalhistas aos camponeses que trabalhavam para os grandes proprietários, potencializa esse processo de expulsão.

Desprovidos do acesso a terras onde pudessem exercer a atividade agrícola para sua subsistência, esses camponeses migram massivamente para as periferias degradadas das

cidades. Nesse mesmo período, as primeiras organizações das Ligas Camponesas surgem em Pernambuco e se espalham por outras regiões do país, tendo como principal objetivo reivindicar suas demandas por uma reforma agrária para uma real e efetiva distribuição de terras. Seguindo essa contextualização histórica, Wanderley (2014, p. 29) aponta que a integração econômica das fronteiras agrícolas ao modelo capitalista "resultou na deflagração de conflitos pela terra e na também massiva desarticulação das tradicionais relações de posse".

Partindo do contexto histórico da migração rural-urbana e da politização do campesinato, prosseguimos, no próximo tópico, com a discussão sobre a modernização latino-americana.

2.2. O PROJETO NACIONALISTA DA MODERNIDADE

De acordo com Giddens e Sutton (2017), a teoria social define a modernidade como um período histórico situado entre meados do século XVIII até os anos 1980¹⁰, caracterizado pela secularização, racionalização, individualização e democratização. Segundo o autor, o termo é produto do ataque dos filósofos iluministas à tradição e as suas autoridades religiosas e dogmas. Para o Iluminismo, a racionalidade, o conhecimento científico e a liberdade individual seriam as únicas vias para o progresso da humanidade. Não se trata, portanto, da mera caracterização de um período histórico, mas de uma formação social produto das ideologias nele predominantes.

Ao discorrer sobre as transformações na socialização dos indivíduos no panorama da modernidade, Sennett (1988) aponta para uma dissolução de barreiras entre a esfera pública e a privada, marcada pela ascensão do individualismo, por uma dificuldade no estabelecimento de relações interpessoais entre estranhos, por um desengajamento político e por uma supervalorização da intimidade. Em relação a esta última, segundo o autor, mesmo em se tratando de representantes políticos a vida pessoal das personalidades públicas estaria provocando mais interesse nos indivíduos que os assuntos de interesse coletivo que elas tem por função representar. O autor exhibe uma postura favorável a aspectos da tradição como a cooperação entre vizinhos, a impossibilidade de se assumir *personas* diferentes em público, o estreitamento dos laços sociais e a imposição de limites aos desejos hedonistas.

Para Giddens e Sutton (2017), todos os aspectos particulares das sociedades pós-feudais podem ser definidos como modernos. Entre os atributos da modernidade, incluem-se a industrialização, o estabelecimento da democracia, o capitalismo, a urbanização e a urbanidade

¹⁰ Há divergências sobre esta data-fim da modernidade e sobre esse período ter-se encerrado ou não.

como modo de vida, a secularização, a aplicação da ciência aos métodos de produção e a busca pela igualdade em diferentes esferas da vida social.

Ao analisar a literatura inglesa produzida entre o século XVII e XIX, Williams (1989) percebe a recorrência de uma certa estrutura de sentimento no período que marca a transição da estrutura feudal e pós-feudal na Inglaterra para o capitalismo agrário. De acordo com o autor, junto à estrutura de sentimento que “se explicita, como parte de uma nova economia”, se faz presente uma “ética do melhoramento” (WILLIAMS, 1989, p. 87). A propriedade de terra deixa de ser uma herança que garante uma renda limitada e torna-se um tipo de investimento com potencial de lucro muito maior. “Assim, uma ideologia do melhoramento - da transformação e organização da terra - tornou-se importante e dominante. As relações que constituíam obstáculos a essa forma de modernização começaram a ser gradualmente destruídas, por vezes de forma impiedosa” (WILLIAMS, 1989, p. 88).

Em sua obra seminal *Culture and Society*, Williams (1960) constata essa transição de idéias e valores entre a tradição e a modernidade através da análise de palavras-chave presentes na literatura inglesa publicada entre as últimas décadas do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Dentre as palavras analisadas pelo autor, destacamos duas: *indústria* e *democracia*, pois tratam-se de dois aspectos marcantes da modernidade (GIDDENS, 2017). De acordo com Williams (1960), antes da Revolução Industrial o termo *indústria* referia-se a um atributo humano, a uma habilidade ou perseverança. Nas últimas décadas do século XVIII o termo passou também a referir-se às instituições de produção de bens de consumo e às suas atividades de manufatura em larga escala. Williams (1960) constata que, em relação à indústria, a produção mecânica e as relações sociais inerentes ao sistema fabril sofreram uma rejeição em um primeiro momento, seguido por um período de rejeição exclusivamente à mecanização. Por fim, a produção mecânica passou a ser aceita enquanto enfatizava-se o problema das relações sociais inerentes ao sistema de produção industrial.

O termo *democracia*, por sua vez, só passou a ser mais utilizado no sentido prático durante as Revoluções Americana e Francesa, em consequência das disputas por representação democrática, pois até então era utilizado apenas na literatura, em sentido abstrato. Em um primeiro momento, a noção de democracia associava-se a uma preocupação, pela minoria dominante, com uma possível supremacia popular através de um poderio das novas massas. Posteriormente, despontou-se uma tendência de apoio à idéia de comunidade, de uma sociedade orgânica, em contraposição ao individualismo vigente. Por fim, já no século XX, “os receios da primeira fase são fortemente renovados, no contexto particular do que veio a ser chamado de

democracia de massa no novo mundo da comunicação de massa" (WILLIAMS, 1960, p. 315, tradução livre).

É a partir desse contexto de massificação que Martín-Barbero (1997) analisa as particularidades da modernidade na América Latina. Analisando os processos sociais em que se constitui o massivo ele explicita “a situação latino-americana na dupla dimensão de sua diferença: a que produziu a dominação, historicamente, e a que, socialmente, constrói-se na mestiçagem das raças, dos tempos e das culturas” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 211-212). Para o autor, a articulação dessa dupla dimensão torna socialmente visível o sentido contraditório da modernidade na América Latina: “tempo de desenvolvimento atravessado pelo descompasso da diferença e da descontinuidade cultural” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 212).

2.2.1. A constituição do massivo

Em relação ao processo de formação das nações na América Latina, cada uma destas guardou particularidades, tomando rumos e ritmos diferentes. Entretanto, para Martín-Barbero (1997) pode-se dizer que essa diversidade sofre, desde a década de 1930, uma readequação de conjunto.

A possibilidade de "formar nações" no sentido moderno do termo passará pelo estabelecimento de mercados nacionais, e estes, por sua vez, serão possíveis em função de seu ajuste às necessidades e exigências do mercado internacional. Esse modo dependente de acesso à modernidade, contudo, tornará visível não só o "desenvolvimento desigual", a desigualdade em que se apóia o desenvolvimento do capitalismo, mas também a "descontinuidade simultânea" a partir da qual a América Latina vive e leva a cabo sua modernização (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 213)

De acordo com Martín-Barbero (1997) essa descontinuidade é marcada por três aspectos: o descompasso entre Estado e nação; o modo desviado pelo qual as classes populares se incorporam aos sistemas políticos e ao processo de formação dos estados nacionais; o papel político e não somente ideológico dos meios de comunicação na nacionalização das massas populares.

O descompasso entre Estado e nação é explicado por Martín-Barbero tomando como ponto de partida o contexto de reorganização econômica e reajuste de estruturas políticas da maioria dos países latino-americanos nos anos 1920, diante da explosão urbana provocada pelo crescimento demográfico somado à migração de populações do campo para a cidade. Em decorrência desse cenário, caminhou-se para a configuração de uma sociedade de massa que

iria se contrapor à configuração “‘normalizada’ em sua segregação de classes e grupos sociais” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 216).

Amparadas pela conjuntura econômica e pelo fortalecimento da idéia de que a incorporação dos países latino-americanos aos modos de vida das nações modernas os tiraria do atraso e da estagnação, as novas burguesias passam a controlar tanto o mundo dos negócios quanto o da política, em uma imbricação que torna possível “caminhar na direção do ‘mundo urbano europeizado’” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 216), ao preço da marginalização ou instrumentalização de setores inertes “e tudo o que constituísse impedimento ou obstáculo. Do contrário, a própria existência da nação estaria em perigo” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 216).

Como modo de sustentar a estrutura de poder interno dos países, as novas burguesias reciclam o velho projeto nacional elaborado pela classe *criolla* para consolidar um novo projeto de construção da nação moderna, o que repercute no surgimento de um novo nacionalismo baseado na idéia de uma cultura nacional que expressaria tanto uma generalidade política quanto as particularidades culturais de diferentes etnias e regiões. Assim, a nação incorpora o povo, com sua diversidade de desejos, ao desejo único de participar do sentimento nacional (MARTÍN-BARBERO, 1997).

A década de 1930 marca o processo de formação de uma nação também no Brasil. Como aponta Ortiz (2013, p. 618), no início do século XX o Brasil era um país agrário, “não integrado do ponto de vista geográfico”, suas vias de comunicação eram precárias, o índice de analfabetismo era elevado (84% em 1890, 75% em 1920), a herança da escravidão ainda se fazia presente e o país “ainda não tinha conhecido plenamente sua revolução industrial (ORTIZ, 2013, p. 618). Segundo Ortiz (2013), todos estes fatores contribuíram para a incapacidade de instituição, pela República Velha, de uma unidade centralizadora que conseguisse organizar a vida política como um todo. Essa configuração só começa a sofrer transformações a partir da Revolução de 30, que “inicia um processo de reestruturação do país, unifica a nação, pacifica os movimentos separatistas nos estados, implementando uma racionalização progressiva do aparelho de Estado (ORTIZ, 2013, p. 618-619).

Assim como o Brasil, a maioria dos países da América Latina se constitui como Estado-nação pautando-se por uma idéia de modernização. As novas nações, ao invés de se particularizarem, adaptam-se às demandas econômicas e culturais do exterior, uma vez que, paradoxalmente, o processo de obtenção de uma identidade nacional “implicava sua tradução para o discurso modernizador dos países hegemônicos, porque só nos termos desse discurso o

esforço e os êxitos eram avaliáveis e validados como tais” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 218).

Se a implementação de uma unidade centralizadora era fundamental à constituição das nações latino-americanas, o caráter que esse centralismo assume varia conforme a configuração econômica e cultural de cada país. Em alguns, a instauração da unidade administrativa baseia-se na ausência de mecanismos fundamentais a uma administração estatal; em outros, esta adquire um sentido de homogeneização da diversidade cultural, caso da maioria dos países da América Latina.

Onde a diferença não é tão “grande” a ponto de constituir-se como patrimônio nacional, ela será folclorizada, oferecida como curiosidade aos estrangeiros. Entretanto, nem a absorção nacional da diferença nem sua folclorização foram apenas uma estratégia funcionalizadora da política centralista; durante algum tempo foram também (...) modos de afirmação de uma identidade nacional ainda em fase de formação (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 218-219).

É também na década de 1930 que uma política populista passa a ser amplamente praticada nos países latino-americanos, impulsionada pelo crescimento demográfico das cidades em decorrência de um êxodo rural intenso e pela ausência de uma classe que governasse a sociedade. Produz-se, assim, um autoritarismo paternalista e um reformismo político representado pelas massas. A migração gera novos modos de trabalho, trazendo consigo a hibridização das classes populares. De acordo com Martín-Barbero (1997, p. 221), essa migração de habitantes do campo para a cidade resulta em uma recomposição dos grupos sociais, pois essa nova massa "não é definível a partir da estrutura social tradicional", estando desarticulada das formas tradicionais de participação e representação. Ao crescerem em quantidade, as classes populares deixam de ser oposição ao capitalismo para se tornarem uma só massa inerte em relação a uma possível transformação social.

Segundo Martín-Barbero (1997) esse processo de massificação incomoda mais as classes médias pequeno-burguesas que as classes altas e as classes populares. Enquanto as classes altas já sabiam como reagir a essa mudança, as classes médias não poderiam mais se distinguir socialmente através do consumo de serviços e do consumo cultural de bens simbólicos devido à integração social das classes populares. Derrubando hierarquias e possibilitando a expressão cultural das classes populares, a nova cultura de massa é feita da hibridização entre o nacional e o estrangeiro, o popular e o "economicamente distinto". "Uma cultura, enfim, essencialmente urbana, que 'corrige' seu mercado materialismo (...) com o transbordamento do sentimental e do passional" (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 223).

Dos palanques aos meios de comunicação de massa, da tradição popular ao imaginário nacional, a massificação permite ao populismo integrar as classes populares somente o suficiente para conter sua força subversiva, dissolvendo suas necessidades particulares em um discurso que apela à sociedade de massa. Em relação a esse aspecto, Martín-Barbero (1997, p. 228) chama atenção para a necessidade de se estudar o caráter político da comunicação dos meios massivos no contexto da modernização da América Latina, propondo um estudo das mediações “através das quais os meios adquiriram materialidade institucional e densidade cultural”. Ele critica a predominância de estudos históricos dedicados somente à análise da estrutura econômica ou do conteúdo ideológico dos meios, apontando que a história dos meios tem se limitado ora a um determinismo em relação à influência dos meios na dinâmica das mudanças históricas, ora à redução dos meios a “meros instrumentos passivos nas mãos de uma classe dotada de quase tanta autonomia quanto um sujeito kantiano” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 228).

Contudo, se não existem mediações políticas nem culturais na história dos meios, isto ocorre sem dúvida porque a maior parte da história escrita na América Latina continua deixando de fora o espaço cultural, ou reduzindo-o a seus registros cultos — a Arte, a Literatura — do mesmo modo como a vida política da Nação é quase sempre só a da “grande política”, a política dos grandes fatos e das grandes personalidades, e quase nunca a dos fatos e da cultura política das classes populares (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 229)

A partir dessa argumentação Martín-Barbero propõe que, no estudo dos meios de comunicação, se introduza uma análise do espaço cultural a partir do qual se articula o sentido que os processos econômicos e políticos tem para uma sociedade. Assim, o estudo dos meios deve partir dos processos culturais que articulam as práticas de comunicação hegemônicas e subalternas aos movimentos sociais. Para Martín-Barbero, o papel dos meios de comunicação no processo de nacionalização das massas populares deve ser compreendido em duas etapas distintas. Na primeira, que vai da década de 1930 até o final da década de 1950, a eficácia e o sentido social dos meios devem ser compreendidos a partir do modo de apropriação dos meios pelas massas populares, mais do que em termos da organização industrial dos meios e de seus conteúdos ideológicos, embora estes últimos não deixem de ser importantes.

Assim, Martín-Barbero (1997, p. 230) argumenta não há como o sentido da estrutura econômica dos meios e de seu conteúdo ideológico ficar restrito à lógica interna dos meios, uma vez que “o papel decisivo que os meios massivos desempenham nesse período residiu em sua capacidade de se apresentarem como porta-vozes da interpelação que a partir do populismo convertia as massas em povo e o povo em Nação”. A atenção, portanto, deve estar na negociação de sentidos entre massas e Estado, marcada pela tentativa do Estado de

instrumentalizar os meios para ressignificar as expressões e as demandas mais básicas das massas a favor de seu projeto nacionalista.

Isto não vale apenas para os países em que o populismo teve sua “dramatização”, mas também para os que, sob outras formas, com outros nomes e segundo outros ritmos, atravessaram nessa época a crise da hegemonia, o parto da nacionalidade e a entrada na modernidade. O cinema, em alguns países, e o rádio, em quase todos, proporcionaram aos moradores das regiões e províncias mais diversas uma primeira vivência cotidiana da Nação (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 230).

2.2.2. A fase desenvolvimentista

A segunda etapa da constituição do massivo na América Latina tem início na década de 1960, com o surgimento do paradigma do desenvolvimento, momento em que a comunicação dos meios passa a servir a interesses econômicos no lugar da ênfase essencialmente política, "e a ideologia se torna agora sim informadora de um discurso de massa, que tem como função fazer os pobres sonharem os mesmos sonhos que os ricos", transformando "as carências e as aspirações mais básicas do homem em desejo consumista" (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 231). Junto a um crescimento industrial nos países latino-americanos, despontam as contradições do desenvolvimentismo: acumulação capitalista em detrimento da mudança social e crescimento econômico em detrimento da democracia.

No contexto do desenvolvimento o massivo ganha outro significado, deixando de designar a explosão demográfica nas cidades e suas implicações políticas para designar apenas os meios de homogeneização e controle das massas. Assim, "a massificação será detectável mesmo onde não houver massas. E de mediadores, a seu modo, entre o Estado e as massas, entre o rural e o urbano, entre as tradições e a modernidade, os meios tenderão cada vez mais a constituírem-se no lugar da simulação e da desativação dessas relações" (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 249). A lógica dos meios (especialmente com a popularização da televisão nos lares) passa a consistir na produção da menor variedade possível de conteúdos para o maior número possível de pessoas. Gêneros narrativos e formatos de programas se consolidam, potencializando a coesão ideológica das sociedades latino-americanas. No entanto, esse processo de homogeneização está menos relacionado a um apagamento completo das distintas expressões culturais populares do que a uma continuação do processo (iniciado na década de 1930 com a explosão demográfica nas cidades) de despolitização dos grupos sociais em termos de uma consciência de classe.

2.3. PARA ENTENDER O “NOVO RURAL”

Ao longo da trajetória da Sociologia, a visão dualista do campo em oposição à cidade, a chamada abordagem dicotômica, vem sendo desconstruída através de diferentes perspectivas que procuram dar conta de uma série de transformações vivenciadas pelas sociedades ocidentais ao longo dos séculos XX e XXI. No meio rural, essas transformações consistem no aumento das atividades não agrícolas, na mecanização da agricultura, na expansão do setor terciário e a intensificação dos fluxos migratórios entre as áreas rurais e urbanas. De acordo com o IBGE (2017, p. 7) a relação entre o rural e o urbano no Brasil deve também considerar “as ligações urbano-rurais, que podem ser representadas pelos fluxos de bens, pessoas, recursos naturais, capital, trabalho, serviços, informação e tecnologia, conectando zonas rurais, peri-urbanas e urbanas”.

Como crítica à abordagem dicotômica, nos anos 1960 estabeleceu-se a chamada abordagem do *continuum*, segundo a qual existiriam gradações entre as polaridades urbano e rural, com entrelaçamentos e sobreposições entre eles.

Se a abordagem dicotômica era uma perspectiva dominante nos debates inaugurais do campo sociológico, isso atribui-se ao fato de que havia uma separação espacial bem demarcada entre os territórios de economia agrícola e os de economia industrial. No entanto, a reestruturação econômica que vem atravessando os países do ocidente e suas repercussões nos contextos rurais tem obrigado os estudiosos do meio rural a definir novas abordagens para apreendê-lo.

Por um lado, problematiza-se as repercussões do capitalismo avançado na agricultura, atividade que caracterizava o rural. Por outro, reivindica-se ao rural características que ultrapassam a questão de sua atividade econômica, de modo que “é cada vez mais aceito entre os estudiosos do mundo rural brasileiro que está em marcha um processo de diferenciação entre a agricultura e o espaço rural” (SCHNEIDER, 2003, p. 228).

Em relação às transformações da agricultura, Marsden et al. (1986) pontuam 4 consequências nucleares:

- Uma tendência em direção à concentração e centralização do capital nas mãos do agronegócio e de outras empresas da cadeia de alimentos, impulsionada pela superprodução de bens agrícolas e pela mecanização da agricultura visando ao atendimento de demandas contínuas.

- As questões ambientais decorrentes do avanço do agronegócio e da mecanização da agricultura, como as alterações nas paisagens e ecossistemas onde as indústrias de produção agrícola estão inseridas.

- O crescimento desproporcional de algumas poucas indústrias agrícolas em relação aos agricultores familiares, através do domínio dos subsídios estatais de produção por parte dos primeiros.

- A transformação do trabalho familiar agrícola face ao capitalismo avançado, através da adesão de agricultores familiares a trabalhos não-agrícolas para subsistirem em meio à marginalização da agricultura familiar na cadeia produtiva de alimentos.

Analisando essa dinâmica em relação ao rural brasileiro, Wanderley (2009) chama a atenção para algumas questões que permeiam a instalação de indústrias no campo. Em um sentido positivo, a chegada dessas indústrias oferece mais oportunidades de trabalho. Por outro lado, “fábricas poluidoras, ou cujo ramo de ação nada tenha de complementar com as potencialidades locais, terminam funcionando como enclaves, sem efeitos multiplicadores ou produzindo efeitos perversos sobre os frágeis equilíbrios sociais e ambientais” (WANDERLEY, 2009, p. 69).

Apontados por Marsden et al. (1986) como efeitos da reestruturação econômica global nos contextos rurais, o crescimento desproporcional e a concentração de riquezas nas mãos das agroindústrias também são problemáticas presentes na realidade rural brasileira. Segundo Wanderley (2009, p. 71) o que caracteriza esse processo no Brasil é a associação entre progresso e escala da propriedade, “segundo a qual apenas os grandes proprietários puderam beneficiar-se das somas consideráveis de recursos públicos a eles destinados”, o que terminou por reforçar a concentração da terra.

Por outra via, as transformações do rural em decorrência do capitalismo avançado são caracterizadas por suas novas funções, como o consumo de bens simbólicos e serviços. Marsden (1995), assim, reivindica que a análise deve ser reposicionada nos termos das relações de produção e consumo e da relação entre espaços locais e mutações globais. O autor aponta, ainda, elementos que contribuem para a revalorização dos espaços rurais como a pluriatividade, o turismo, o artesanato e os movimentos ambientalistas.

2.3.1. A juventude rural em questão

De acordo com Marin (2019), as problemáticas relacionadas à juventude adquiriram maior amplitude no debate público a partir da década de 1990, graças ao investimento de múltiplos agentes mediadores comprometidos com o reconhecimento social e profissional da

categoria agricultura familiar. Conceitualmente, a categoria juventude rural costuma ser compreendida por seu vínculo com a agricultura familiar, embora nem todos os jovens que vivam no campo efetivamente possuam esse vínculo.

Se hoje se discute, no debate político e acadêmico, a invisibilidade da juventude rural como categoria social dotada de direitos e a necessidade de políticas públicas voltadas a esta categoria, isto se deve à dimensão que a problemática da migração rural-urbana adquiriu ao longo do século XX, uma vez que as questões relacionadas ao esvaziamento, à masculinização e ao envelhecimento das populações do campo estavam estritamente relacionadas às dificuldades enfrentadas pelos jovens rurais em relação à consolidação dos seus projetos de vida. Estes debates começaram a ser introduzidos no país em meados dos anos 1950, período em que se travou uma disputa pela “conquista da juventude rural e propositura de diferenciados projetos de desenvolvimento rural, reduzindo o papel das famílias e das comunidades rurais na socialização das gerações juvenis” (MARIN, 2019, p. 29). Entre os fatores que historicamente contribuíram para a invisibilidade dos jovens de contextos rurais no Brasil inclui-se a incidência dos meios de comunicação de massa na consagração social de valores, comportamentos e modos de vida voltados a uma cultura tida como urbana (MARIN, 2019; CASTRO, 2005).

Embora, no século XXI, as fronteiras entre o rural e o urbano estejam mais difusas, a dicotomia entre estes dois universos permanece viva na esfera das representações sociais, portanto a juventude rural, ainda hoje, se confronta com preconceitos de representações “‘urbanas’ sobre o campo” (CASTRO, 2009, p. 183), promovidas pelas indústrias midiáticas dentro de um contexto mais amplo de práticas desenvolvimentistas em escala global que resultam “em substantivas interferências e transformações nas realidades sociais contemporâneas” (FROEHLICH, 2019, p. 53).

Na sociedade do século XXI, a práticas desenvolvimentistas articuladas às indústrias midiáticas operam através daquilo que Martín-Barbero (2009) chama de *entorno tecnocomunicativo*:

Essa ideia indica que, por um lado, o centro das mudanças da sociedade contemporânea está situado no papel das tecnologias de comunicação que passam a configurar um novo ecossistema comunicativo. Por outro, apesar da centralidade que adquire a tecnologia na atualidade, a vida social não fica reduzida às tecnologias que a constituem. Novamente, a proposta barberiana reitera que as tecnologias são intrinsecamente sociais, daí a relevância do protagonismo dos sujeitos (ESCOSTEGUY, 2019, p. 25)

Em nome de um desenvolvimento em meio a este entorno, “com pretensão de validade universal” (FROEHLICH, 2019, p. 53), a economia global passa por uma reestruturação em

direção à consolidação do capitalismo, que “derrotou todos aqueles que duvidavam do paradigma desenvolvimentista” (LYSON, 2006, p. 292, tradução livre).

Hoje, comunidades tradicionais e economias locais estão sendo interligadas a circuitos globais de produção e consumo de massa. À medida em que mais aspectos da vida em comunidade são mercantilizados, habitantes locais, cidadãos que historicamente desempenhavam um papel ativo na vida cívica de seus municípios e povoados, são transformados em consumidores cujo principal objetivo de vida é manter o mecanismo de acumulação global funcionando (LYSON, 2006, p. 292, tradução livre).

Nas realidades rurais, este rearranjo econômico remonta à expansão do agronegócio, repercutindo em uma modificação na força de trabalho agrícola, com a mecanização da agricultura, e no deslocamento entre as atividades geradoras de renda, através do rearranjo das ocupações de trabalho do setor primário para o secundário e terciário. Tendo em vista esse cenário, os jovens camponeses confrontam-se com incertezas em relação aos seus projetos de vida, os quais tendem a ser estruturados a partir da tradição geracional de reprodução familiar do campesinato. De acordo com Castro et al. (2019), a questão da sucessão familiar na agricultura continua sendo problemática até os dias de hoje, pois muitos jovens do campo continuam a migrar para as cidades em busca de renda e melhor qualidade de vida. Segundo os autores, essa questão tornou-se chave para a segurança e soberania alimentar do país, tendo em vista que a agricultura familiar é responsável pela produção de grande parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros, abarcando 84% dos estabelecimentos rurais e 74% das populações ocupadas no campo. Além de ameaçar a continuidade da produção agrícola familiar, o êxodo das populações juvenis no campo impacta diretamente as cidades, “com as consequências já conhecidas de inchaço dos centros e alteração das dinâmicas socioeconômicas e culturais dos territórios rurais” (CASTRO et al., 2019, p. 80).

Para além desses conflitos econômicos, esses jovens enfrentam preconceitos reforçados pelas representações estigmatizadas do rural em diferentes esferas de sua vida social. Desde meados da década de 2000, a percepção de que o rural possui potencialidades que vão além de sua dimensão econômica leva o Estado brasileiro a implementar políticas públicas destinadas às populações juvenis no campo, através de ações voltadas à categoria agricultura familiar. No entanto, Castro et al. (2019, p. 86) observam "fragilidades e limites que mostram que a juventude e, principalmente, a juventude rural seguem enfrentando fronteiras invisíveis". Segundo Froehlich (2019, p. 53), as "diversas expressões" desses jovens "vivenciaram processos de homogeneização cultural e identitária para atender às demandas necessárias à consolidação do modelo desenvolvimentista em escala global".

Esse modelo de desenvolvimento, sintoma de uma visão histórica “que se fixou no imaginário” (CASTRO et al., 2019, p. 82), colocando o urbano como o ideal a ser alcançado, em oposição ao rural, visto como ultrapassado, impôs obstáculos às já tardias políticas públicas destinadas à juventude rural, e é responsável pela perpetuação das desigualdades sociais no campo.

[...] quando falamos em *juventude rural*, *juventude do campo*, *juventude camponesa*, *juventude da agricultura familiar*, *juventude quilombola*, *juventude ribeirinha*, estamos tratando categorias que representam populações, mas também identidades políticas e sociais que vivenciam, de forma direta ou indireta, as disputas em curso no Brasil e no mundo sobre a relação entre desenvolvimento e segurança alimentar por exemplo. A juventude carrega, muitas vezes, a *herança da luta* ou o peso da expectativa geracional. Se envolvem com processos de disputa de significados e da concretude de suas vidas; ou escolhem não reproduzir a difícil vivência e históricos distanciamentos que hierarquizam direitos, de acordo com onde se vive. Isto é, historicamente, temos no Brasil um olhar de ‘atraso’ que subordina o campo à cidade (CASTRO, 2016, p. 98, grifos do autor).

De acordo com Castro et al. (2009), a invisibilidade da juventude rural como categoria formadora de identidades sociais é reflexo, também, de uma ideia segundo a qual os próprios jovens do campo estariam desinteressados pelo modo de vida rural e por esta razão estariam migrando para as cidades. Mas seria esse êxodo motivado por uma “aderência” da juventude rural ao modo de vida urbano ou simplesmente uma necessidade de renda e melhores condições de vida? Se a infraestrutura pública de bens e serviços básicos fosse melhor ou se a sucessão familiar na produção agrícola fosse mais valorizada e garantisse maior qualidade de vida, a migração ocorreria em igual escala? Estas são algumas questões que levamos em consideração durante a nossa pesquisa com os informantes.

É importante não resumirmos a questão da migração rural-urbana meramente à adesão, pelos jovens do campo, aos valores e à cultura urbana, embora as gerações atuais de jovens do campo, em geral, já com escolaridade mais elevada que a de gerações anteriores, tenham crescido “com uma cultura diferente da dos pais” e incorporado “parte do modo de vida urbano” (FELIPPI; GUERIN; OLIVEIRA, 2019, p. 159). As necessidades econômicas são um fator preponderante, mas é leviano afirmar que haja mesmo um desinteresse simbólico pelo modo de vida rural. Como apontam Felippi, Guerin e Oliveira (2019), alguns dos jovens que migram do campo para a cidade o fazem em busca de maiores conhecimentos para, possivelmente, aplicá-los de volta no campo quando retornarem. Outros se deslocam até os centros urbanos para irem à faculdade ou à escola, mas retornam para os seus lares todos os dias. Alguns trabalham com a agricultura, mas tem trabalhos paralelos nos centros urbanos (e algumas vezes no próprio

campo) para complementarem a renda. Trata-se de uma juventude marcada pela mobilidade espacial, pela convivência com uma heterogeneidade de culturas através das socializações mediadas pelas tecnologias de comunicação e pelo agenciamento da escola na educação para o uso destas tecnologias.

Se podemos falar de um rural plural, não restrito unicamente à atividade econômica que desempenha (a agricultura), diante das transformações que os espaços rurais brasileiros têm vivenciado, o ritmo de tais transformações não ocorre de maneira uniforme em todo o território nacional. Como pontuam Castro et al. (2019), o direcionamento de políticas públicas para as populações juvenis no campo é complexo. Tais políticas deveriam levar em conta o contexto territorial específico de cada juventude, as demandas sociais específicas de determinados espaços, mas a operacionalização de ações governamentais mais pontuais tem como obstáculo a própria definição de áreas rurais e urbanas no país, em termos da metodologia adotada.

De acordo com o Censo do IBGE de 2010, o rural representa apenas 16% da população total do país. O instituto considera como urbano ou rural os limites territoriais definidos em cada município. No entanto, os autores mencionam a pesquisa *Repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas* (MIRANDA; SILVA, 2013 apud CASTRO et al., 2019) desenvolveu um método de análise que “amplia os limites do rural, não como questionamento aos órgãos oficiais, mas como alargamento da visão sobre a complexidade do campo brasileiro” (CASTRO et al., 2019, p. 82). Segundo essa pesquisa, o rural brasileiro somaria 37% da população. A pesquisa demonstra, ainda, que os espaços rurais brasileiros apresentam distintas densidades demográficas e sofrem, dependendo do caso, maior ou menor influência geográfica, social e/ou político-econômica dos centros urbanos. “A pesquisa aponta o quão desafiador é pensar política pública num país com essa dimensão e contextos territoriais tão diversos e marcados por profundas desigualdades sociais e econômicas” (CASTRO et al. 2019, p. 83).

Por esta razão, em nossa pesquisa, levamos em consideração as particularidades históricas do estado do Maranhão e do município de Pedreiras em relação ao projeto de modernização capitalista no campo, que continua em andamento, em diferentes ritmos e intensidades, entre os espaços rurais do país (WANDERLEY, 2010). Através do nosso levantamento documental, cujos resultados serão discutidos mais detalhadamente no *Capítulo 4: Análise*, constatamos que a agricultura perdeu sua força econômica em Pedreira ao longo dos anos, devido a ações governamentais pontuais a nível municipal, visando ao beneficiamento das elites agropecuárias da região, nas mãos das quais a maior parte da área total de terrenos está concentrada. A agricultura familiar, enquanto categoria institucional, pouco contribui para

movimentar a economia do município, a despeito das potencialidades naturais de que ele dispõe. Esta é uma das razões pelas quais nos referimos aos nossos informantes e suas famílias como camponeses e não como agricultores familiares, uma vez que não há uma integração efetiva ao mercado.

Um dos principais aspectos da modernização do campo diz respeito ao uso de tecnologias para otimização da produção agrícola. O desenvolvimento tecnológico é símbolo da racionalidade moderna, do ideal de desenvolvimento capitalista, urbano-centrado. No contexto das ruralidades contemporâneas, a noção de expansão tecnológica não corresponde somente à atividade agrícola, mas também à expansão das tecnologias de comunicação, que interligam os diferentes territórios aos espaços virtuais das redes. A modernização da agricultura que o rural brasileiro vivencia, através da adoção de tecnologias para produção agrícola em larga escala pelos produtores mais abastados, contemplando o chamado *agronegócio*, ainda não é uma realidade em Pedreiras, como demonstraremos em nossa análise no capítulo 4. Já em relação às tecnologias de comunicação, de acordo com a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PNAD)¹¹ de 2017, realizada pelo IBGE, a internet era utilizada em 74,9% dos domicílios do país até aquele ano (apresentando um crescimento em relação a ano de 2016, que computou 69,3%). Nas áreas rurais do país, esse crescimento foi mais acentuado nos domicílios situados em áreas rurais que aqueles situados em áreas urbanas. Em áreas urbanas, o percentual de municípios em que a internet era utilizada estava em 75% em 2016, subindo para 80,1% em 2017. Nas áreas rurais, esse índice subiu de 33,6% em 2016 para 41% em 2017.

No entanto, tanto a região Nordeste quanto, especificamente, o estado do Maranhão, apresentam índices menores que a média nacional em termos de utilização de internet nos domicílios. Contra os 74,9% da média nacional em 2017, nos domicílios nordestinos a utilização da internet corresponde a 68,4%. No Maranhão, esse número cai para 56,1%. Enquanto a média nacional de domicílios situados em áreas rurais que utilizam internet corresponde a 40,1%, entre os municípios rurais do Nordeste esse índice cai para 35,8%. Não há dados sobre a utilização de internet em domicílios especificamente rurais do Maranhão, mas é sintomático constatar que número total, incluindo áreas urbanas e rurais do estado, corresponde a 56,1%, enquanto, somente em áreas rurais, a média nacional é 41%.

Em relação ao uso de microcomputadores, a média nacional foi de 43,4%, contra 29,9% na região Nordeste e apenas 18,6% no Maranhão. O estado do Maranhão é o último colocado

¹¹ Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf>

também em relação ao uso de celulares nos domicílios, computando 84% em 2017, contra a média de 89,7% no Nordeste e de 93,2% no país. Nacionalmente, o serviço de telefonia móvel celular funcionava em 88,6% dos domicílios em 2017, contra 83,8% no Nordeste e 77,4% no Maranhão, que apresentou o menor índice entre as unidades federativas do país. O Maranhão foi, ainda, a unidade federativa que apresentou o menor percentual de pessoas (de 10 anos de idade ou mais) que tinham telefone celular para uso pessoal (58,2%), enquanto o que apresentou a maior média foi o Distrito Federal, com 88,9%, seguido por Goiás (86,2%) e Rio Grande do Sul (85,2%).

Os dados supramencionados demonstram as assimetrias que marcam a expansão das tecnologias da comunicação, sintoma de uma modernização também assimétrica entre os espaços rurais brasileiros. Tendo isso em vista, no capítulo seguinte estabelecemos, através de revisão teórica, algumas relações entre a mídia, as estruturas de poder no contexto do capitalismo avançado e as desigualdades sociais que marcam o cenário contemporâneo de globalização.

3. AS FACES DA GLOBALIZAÇÃO

Em sentido empírico, a noção de convergência midiática pode se traduzir simplesmente nos usos de diferentes aparatos midiáticos por um mesmo consumidor. Entretanto, enquanto conceito, nos oferece uma interessante perspectiva sobre a relação entre mídia e globalização, mídia de massa e era digital, capitalismo e hegemonia, enfim, um olhar sobre o capital a partir das lógicas econômicas e culturais da convergência.

Na segunda seção, saímos da discussão sobre a relação entre “mídias tradicionais” e “novas mídias” para tratarmos dos mecanismos de exclusão que ocorrem na sociedade em rede, através de uma discussão sobre algumas de suas lógicas de funcionamento.

Por fim, na terceira seção, privilegiamos a dimensão cultural de toda essa discussão, através da noção de mundialização da cultura de Renato Ortiz.

3.1. UM OLHAR A PARTIR DA *CONVERGÊNCIA*

Segundo Couldry (2012), 2005 é o ano que marca uma ruptura nas lógicas da mídia e nos estudos de mídia, com a larga expansão da convergência midiática e, com ela, a possibilidade da auto comunicação (CASTELLS, 2009), de *muitos para muitos*. Qualquer um com acesso a um aparelho celular ou *notebook* conectado à internet passa a ser potencialmente um receptor, distribuidor e produtor de conteúdo midiático, a qualquer hora e em (quase) qualquer lugar. Mas, como alerta Couldry (2012), há de se ter cuidado para que todas essas mudanças não sejam atribuídas somente às tecnologias, pois qualquer mudança na infraestrutura da mídia sempre foi resultado de intersecções entre forças políticas, econômicas, sociais e tecnológicas.

Como recupera Couldry (2012), na era pré-digital, quando a mídia dizia respeito a alguns pólos específicos de produção e distribuição de conteúdo para uma massa grande de pessoas em âmbito nacional, demandava-se uma ampla estrutura, em menor ou maior escala, para sua execução, envolvendo profissionais da comunicação, empresários, engenheiros, administradores, consultores etc. Tudo isso demandava um alto capital financeiro e, por sua lógica centralizada envolvendo circulação e acúmulo intenso de capital, a mídia de massa se alinhava ao ascendente modelo centralizado de organização dos Estados modernos (COULDRY, 2012).

A ruptura que ocorre após 2005 traz um novo tipo de transformação, abrindo a possibilidade aos indivíduos de alcançar um público amplo ou de interagirem com as instituições de produção de mídia. A dúvida que paira a respeito de todo esse rearranjo é até que ponto isso prenuncia uma suposta dissolução da mídia de massa, pelo menos da forma como

ela tem sido até hoje articulada. Como aponta Couldry (2012), as maiores empresas de execução de mídia, hoje, são *Google* (proprietária do *YouTube*), *Facebook* e *Apple*. Elas produzem dispositivos, plataformas e mecanismos de busca que se interligam em um só todo. Enquanto essas corporações geram um universo próprio, a mídia de massa (em maior escala a televisão) permanece alcançando públicos consideráveis, embora em países como os Estados Unidos a audiência das emissoras esteja mais fragmentada. As emissoras "tradicionais" de televisão passaram a entrar na lógica digital, estendendo seus conteúdos às plataformas digitais, ou mesmo disponibilizando serviços próprios de *TV sob demanda*, como é o caso da *GloboPlay* no Brasil, produto da emissora Globo, que ainda concentra a maior fatia das audiências de televisão aberta no país.

Em relação a este aspecto, Couldry (2012) destaca que, mesmo que venha a haver um declínio da mídia de massa, isso não significará o declínio da centralidade da mídia. Pelo contrário, esta adquire crescente centralidade entre o final do século XX e início do século XXI, como descreve Hall (1997, p. 17):

Os meios de produção, circulação e troca cultural, em particular, têm se expandido, através das tecnologias e da revolução da informação. Uma proporção ainda maior de recursos humanos, materiais e tecnológicos no mundo inteiro são direcionados diretamente para estes setores. Ao mesmo tempo, indiretamente, as indústrias culturais têm se tomado elementos mediadores em muitos outros processos.

Essa centralidade se acentua porque, na era digital, a mídia passa a ser parte essencial da infraestrutura material das sociedades modernas, sustentando circuitos globais de trocas econômicas, possibilitando a formação de um mercado global de valores e de crédito, ao mesmo tempo em que é "um dos principais meios de circulação das idéias e imagens vigentes nestas sociedades" (HALL, 1997, p. 17).

Economicamente, o panorama da convergência também gera implicações pouco compreendidas. De acordo com Castells (2002, p. 141), a lógica da economia informacional se distingue mas não se opõe à lógica da economia industrial, pois "a primeira abrange a segunda mediante o aprofundamento tecnológico, incorporando conhecimentos e informação em todos os processos de produção material e distribuição". Para Couldry (2012), a crescente imprevisibilidade do público de mídia na era digital é um desafio quanto à capitalização a partir da publicidade, principal fonte de lucro da indústria de mídia na era pré-digital. "E se, através da convergência da mídia outrora separada, as trajetórias das pessoas ao longo do panorama midiático tornaram-se tão variadas que nem os produtores nem os anunciantes conseguem mais estabelecer um padrão?" (COULDRY, 2012, p. 21, tradução livre). De acordo com o autor, a

mudança de hábitos de consumo do público provocou impactos profundos na maneira pela qual “as indústrias de mídia (seja a televisão ou as novas plataformas convergentes) *entendem* o público” (COULDRY, 2012, p. 21, tradução livre, grifo do autor). O foco das indústrias agora está na pesquisa individualmente direcionada a consumidores de “alto valor”, através de um “rastreamento contínuo” de suas atividades online (COULDRY, 2012, p. 21, tradução livre). Públicos não específicos começam a perder valor para as indústrias, que passam a capitalizar sobre os públicos de nicho. Para Couldry (2012, p. 21, tradução livre), as incertezas acerca desse novo panorama permanecem, simplesmente porque “as preferências individuais dos consumidores, mesmo os mais abastados” se baseiam em estruturas sociais mais amplas.

De acordo com Jenkins (2009, p. 27) o termo convergência refere-se "ao fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam". Um dos seus aspectos fundamentais é o advento das tecnologias de comunicação digitais e o acesso facilitado à Internet, que possibilitam a integração de números, textos, sons e imagens em um único dispositivo, em convivência mútua com tecnologias mais antigas, como os aparelhos de televisão e rádio.

Como destaca Dwyer (2010), o impacto da convergência midiática não deve ser subestimado, pois envolve todos os aspectos da vida social, incluindo artes, governo, jornalismo, educação e saúde. Tendo em vista o impacto da mídia convergente em todos os aspectos da vida social, suas implicações devem ser repensadas pelos atores governamentais, legisladores e agências reguladoras.

Na discussão que acompanha essa definição do conceito, Jenkins (2009) deixa claro que discorda de qualquer determinismo tecnológico que reduza a convergência a mera aglomeração de aparatos e funções, pois ele compartilha do entendimento de que o termo "é agora utilizado para compreender a emergência de uma forma ativa de consumir cultura possibilitada pelas tecnologias digitais" (GARSON, 2019, p. 58). Haveria, assim, duas noções de convergência: uma ligada aos aparatos técnicos, em termos de suas funções, e outra ligada ao comportamento “proativo” dos consumidores de mídia que, ao “participarem” do processo de circulação (ou mesmo colaborarem na produção) dos produtos midiáticos que consomem, estariam reconfigurando todo o circuito comunicativo dos meios, caracterizando a chamada cultura da convergência.

No entanto, como pontua Garson (2019, p. 58), embora essa idéia tenha se tornado influente entre acadêmicos, ela é problemática, pois “traduz uma série de utopias caras às mídias digitais, ao mesmo tempo que legitima as assimetrias de poder entre produtores e consumidores

de cultura”. Segundo Garson (2019), a noção de cultura da convergência se dá na intersecção de duas matrizes teóricas: o estudo de fãs e a cibercultura. A diferença fundamental entre ambas é que, enquanto o estudo de fãs ressalta o caráter ativo dos consumidores de mídia, a cibercultura, além disso, enfatiza as dinâmicas inovadoras dos próprios meios. Tentando “se equilibrar nesses dois pólos”, Jenkins obtém como resultado “uma visão pouco crítica das relações de poder que governam o ciberespaço”, pois as relações entre os consumidores “parece ocorrer em um ambiente harmônico e livre de hierarquias” (GARSON, 2019, p. 65).

Cabe ressaltar, ainda, que o conceito de convergência não é novo. De acordo com Garson (2019), Nicholas Negroponte provavelmente foi um dos primeiros a aplicá-lo às mídias digitais. Então professor do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), onde Jenkins também viria a lecionar, em 1979 Negroponte organiza uma série de palestras pelos Estados Unidos no intuito de levantar fundos para um laboratório de pesquisas aplicadas, o *MIT Media Lab*, financiado largamente pelo capital privado. Nessas palestras, Negroponte já utilizava o termo convergência para se referir à intersecção entre telejornais/cinema, jornais/impresos e informática, que se tornaria tendência dominante até o final do século XX.

O que a princípio parece uma profecia que se realizou é, na verdade, uma forma de sinalizar em que medida a aliança entre universidade e capital privado foi capaz de conformar os destinos do setor de comunicações. Nos anos 1980 e 1990, “convergência” foi a palavra chave utilizada para promover a chamada “desregulamentação da mídia” nos Estados Unidos e Europa. Assim, fica clara a função ideológica de um termo que não somente descreveu, mas legitimou o processo de crescimento dos grandes conglomerados de informação (GARSON, 2019, p. 59).

Esse caráter ideológico da convergência midiática é corroborado por Dwyer (2010, p. 2, tradução livre), que a considera como "um constructo retórico" feito por "agentes específicos", de maneira que "o termo obscurece mudanças importantes nas práticas de trabalho, processos e estratégias editoriais". Assim, para Dwyer (2010, p. 2-3, tradução livre), a convergência é também uma ideologia das “novas mídias”, "um modo de pensar que facilita a operação dos mercados neoliberais globais", uma vez que os empresários de mídia do século XXI desejam constantemente expandir sua produção através das múltiplas plataformas midiáticas, favorecendo o atual cenário dos grandes conglomerados de mídia.

Consolidada através de representações midiáticas que reforçam a sua suposta inevitabilidade, a “ideologia da convergência” tem seus efeitos na maneira como as pessoas enxergam a desregulamentação e a concentração industrial da mídia (DWYER, 2010), mascarando por uma ilusão de neutralidade os interesses do capital. De acordo com Moraes (2004) essa construção ideológica se evidencia em mudanças propositais no sentido de algumas

palavras, como a própria noção de desregulamentação, que "foi ativamente promovida pelos ideólogos neoliberais para aludir a um processo pelo qual se suprimiam as intervenções governamentais na economia, a fim de restaurar a 'auto-regulação' natural dos processos econômicos" (MORAES, 2014, p. 17).

Como explica Castells (2009, p. 109, tradução livre), a Comunicação sempre foi considerada importante demais para ser assunto apenas do setor privado e, ao longo da história, tem sido um fator "crítico à asserção do controle governamental, às vezes em nome do interesse público, às vezes como expressão nua do poder estatal", ficando o mercado em segundo lugar nesse aspecto, até então. Por conta disso, ainda é padrão em países do mundo todo haver uma separação entre mídia e telecomunicações no que diz respeito à regulamentação. Enquanto a mídia de massa sempre serviu como instrumento de controle político e cultural, as telecomunicações eram tratadas como serviço de infraestrutura pública. No contexto da convergência, a integração entre esses dois setores torna fundamental que a regulamentação dos meios de comunicação seja repensada pelos atores governamentais junto à população, pois essa separação deixa de ter sentido.

No entanto, como não há um governo único para todos os países do planeta, cada país pratica a regulamentação à sua maneira. A Internet, elemento chave da convergência, envolve um fluxo de informações impossível de ser totalmente controlado, embora os governos do mundo todo a estejam supervisionando. Em 2005, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou o Fórum de Governança da Internet (IGF), a fim de consolidar políticas públicas para regulamentação da Internet. Castells (2009), entretanto, aponta uma razão para duvidar que tal controle seja mesmo eficaz - o fato de não estar direcionado às corporações ou organizações, mas à comunidade de usuários como um todo. Por ser "o meio de comunicação do nosso tempo", a Internet se submete, "como tudo mais em nosso mundo, à pressão implacável das duas fontes essenciais de dominação que ainda pairam sobre a nossa existência: o capital e o Estado" (CASTELLS, 2009, p. 115-116, tradução livre).

Para Castells (2009), a relação entre capital e Estado é a razão das políticas de liberalização e desregulamentação que propiciaram o avanço do capitalismo ao redor do mundo e a formação de redes globais multimídia. De acordo com Dwyer (2010, p. 28, tradução livre), é necessário que esse processo seja analisado em termos de sua relação ideológica e de produção com o neoliberalismo, que é baseado na idéia de que "o bem social será maximizado ao trazer toda a ação humana ao domínio do mercado". Para o autor, a busca incessante do neoliberalismo por tecnologias de informação e comunicação acontece porque o neoliberalismo precisa dessas tecnologias (e, junto a elas, um imenso banco de dados) para guiar suas decisões no contexto

do mercado global. Portanto, a legitimação do neoliberalismo “com a expansão irrestrita dos mercados livres” está estritamente associada às novas tecnologias de informação e comunicação e às “novas práticas das indústrias culturais” (DWYER, 2010, p. 28, tradução livre)

Essa "nova economia da mídia" se consolida tendo como base a lógica neoliberal, legitimada através de uma complexa construção de consenso social, guardadas as variáveis particulares a cada contexto geográfico e suas tensões e contradições específicas. O papel estratégico das corporações de informação e comunicação para a concretização desse processo, expresso por Moraes (2004, p. 16) como uma forma de "reprodução ampliada do capitalismo", diz respeito à "condição peculiar" dessas corporações enquanto "agentes operacionais da globalização, do ponto de vista da enunciação discursiva" (MORAES, 2004, p. 16). Desse modo, a legitimação da lógica neoliberal a serviço do capital está associada à legitimação do ideário global e de sua respectiva transformação em "discurso social hegemônico, propagando visões de mundo e de modos de vida que transferem para o mercado a regulação das demandas coletivas" (MORAES, 2004, p. 16).

A retórica da globalização enquadra o consumo como valor universal, capaz de converter necessidades, desejos e fantasias em bens integrados à esfera da produção. Como se somente o mercado pudesse atender os anseios do que se convencionou chamar de organização societária. Os aparatos de veiculação fabricam o consenso sobre a hipotética superioridade das “economias abertas”, insistindo que não há saída fora dos pressupostos neoliberais (MORAES, 2004, p. 16).

Por mais sedutora que possa ser a ideia reforçada pela lógica neoliberal de que a "cultura da convergência" é expressão de uma relação livre de hierarquias entre público e mídia, tendo em vista a descentralização da programação dos meios massivos e a maior oferta de conteúdos para diferentes nichos de mercado, ela também é uma ilusão que oculta as desigualdades sociais. A diferença é que, na era digital, os mecanismos através dos quais essa ocultação ocorre estão menos evidentes e, portanto, marcados por incertezas (COULDRY, 2012). Se, ao observarem os mecanismos de ocultação ideológica operados pelos meios em sua relação com a estrutura social, os estudos de audiência realizados a partir dos anos 1980 em certa medida revolucionaram os estudos de mídia, no contexto da "revolução digital" a relação entre meios e audiência não está mais restrita à lógica da comunicação de massa, da comunicação *de um para muitos*, de uma audiência que estava mais estritamente posicionada dentro de uma conjuntura majoritariamente nacional de ofertas midiáticas. Todo esse processo, para Couldry (2012), torna a análise muito mais complexa, pois a relação entre mídia e a distribuição de poder na

sociedade está marcada por incertezas, que não podem ser julgadas unicamente à luz do contexto pré-digital.

Um dos argumentos usados pelos defensores da ótica neoliberal da convergência se apóia no aspecto supramencionado da "descentralização" da comunicação entre meios e audiência, reforçando uma idéia de democracia e neutralidade nas redes digitais. Trata-se de uma falácia porque, embora haja uma maior variedade de oferta de conteúdos midiáticos para os diferentes nichos de consumidores e uma expansão horizontal das redes sociais digitais, toda essa oferta se origina dos mesmos conglomerados de mídia organizados verticalmente. Isso não quer dizer que expansão das redes digitais de comunicação não tenham aberto mais *possibilidades* de participação cidadã de caráter realmente emancipatório, isto é, quando os usuários estão conscientes de que as estruturas de poder também estão implicadas nessa maneira aparentemente desierarquizada ou descentralizada de comunicar.

Se a convergência midiática fornece as bases técnicas para que o capital construa uma globalização perversa, "essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos" que contemplem a mistura cada vez maior de povos, raças, gostos e culturas em todos os continentes, assim como a mistura de filosofias, que passam a tomar o lugar do racionalismo europeu (SANTOS, 2001, p. 20). Assim, as massas, aglomeradas em áreas cada vez menores, ganham outra qualidade à medida em que "uma verdadeira sociodiversidade" cresce em meio à também crescente aglomeração populacional (SANTOS, 2001, p. 21). Como a comunicação digital tem sido uma importante área de investimento do mercado, as políticas regulatórias têm sido propensas à "difusão global de novas formas de comunicação, incluindo a auto comunicação de massa" (CASTELLS, 2009, p. 116, tradução livre). Sob tais condições, os públicos dos meios são transformados em sujeitos comunicativos cada vez mais capazes de redefinir o processo pelo qual a comunicação social aborda a cultura da sociedade. Assim, "paradoxalmente, a submissão do Estado aos interesses do capital provoca a ascensão de uma nova forma de comunicar que pode aumentar o poder dos cidadãos sobre o capital e o Estado" (CASTELLS, 2009, p. 116, tradução livre).

Este aspecto é o que Santos (2001) chama de outra globalização, em termos de suas possibilidades. Porém, entre possibilidade e realidade há uma distância, conforme veremos na próxima seção.

3.2. NOVOS ESPAÇOS DE EXCLUSÃO

Como ressalta Couldry (2012), os meios de comunicação são processos no espaço. "As operações da mídia 'no espaço', por conta da organização de conteúdo e da comunicação que

propiciam, *criam* espaços 'na mídia', os quais Manuel Castells chama de 'espaço de fluxos'" (COULDRY, 2012, p. 24, tradução livre, grifo do autor). Ao possibilitar um exercício, pelo Estado e pelo capital, de um controle em escala global de processos sociais, econômicos e políticos por todo um entorno tecnocomunicativo, a mídia também produz desigualdades relacionadas a estes novos espaços, em termos da produção (e ocultação) de exclusões decorrentes do acesso desigual às tecnologias e das estruturas de poder que configuram as lógicas dos espaços dos fluxos.

Ao surgir uma nova família de técnicas, as outras não desaparecem. Continuam existindo, mas o novo conjunto de instrumentos passa a ser usado pelos novos atores hegemônicos, enquanto os não hegemônicos continuam utilizando conjuntos menos atuais e menos poderosos. Quando um determinado ator não tem as condições para mobilizar as técnicas consideradas mais avançadas, torna-se, por isso mesmo, um ator de menor importância no período atual (SANTOS, 2001, p. 25).

Como pontua Lefebvre (2013), o espaço é socialmente produzido, intervindo tanto no nível da infraestrutura social - forças produtivas, divisão de trabalho e relações com a propriedade - quanto no funcionamento das superestruturas, isto é, as instituições. (Para o autor a noção de espaço, portanto, escapa à separação marxista de base e superestrutura). Lefebvre (2013) acrescenta que ao intervir no modo de produção, o espaço social muda com este mesmo modo de produção, ou em outros termos, muda com as sociedades, portanto existe uma "história do espaço" (LEFEBVRE, 2013, p. 123). Assim, o conceito de espaço "liga o mental e o cultural, o social e o histórico" (LEFEBVRE, 2013, p. 123). A relação entre espaço social e modo de produção (sociedade), entretanto, não é transparente. Está cercada de ideologias que "se intercalam" e de ilusões "que se interpõem" (LEFEBVRE, 2013, p. 126), logo está marcada por lutas e conflitos. Portanto, para Lefebvre (2013, p. 128) o modo de produção produz e organiza o seu espaço e seu tempo, e "é assim que ele se realiza".

Através de sua teoria, Lefebvre (2013) analisa como o capitalismo conseguiu se estender através de espaços preexistentes e, posteriormente, através da *produção* de um novo espaço:

Não se pode dizer que o modo de produção capitalista tenha, desde o início, "ordenado", por inspiração ou inteligência, a sua extensão espacial, que devia se estender, em nosso tempo, ao planeta inteiro! Houve, primeiramente, a utilização do espaço existente, por exemplo, das vias hídricas (canais, rios, mares); depois, das estradas; em seguida, a construção das ferrovias, para continuar pelas autoestradas e aeródromos. Nenhum meio de transporte no espaço desapareceu inteiramente, nem a caminhada a pé, nem o cavalo, nem a bicicleta etc. No entanto, é um espaço novo que foi constituído no século XX, em escala mundial; a sua produção, inacabada, continua. O novo modo de produção (a sociedade nova) se apropria, isto é, arranja para seus fins o espaço preexistente, modelado anteriormente. Modificações lentas, penetrando em uma espacialidade já consolidada, mas perturbando-a às vezes

com brutalidade (caso dos campos e paisagens rurais no século XX) (LEFEBVRE, 2013, p. 128).

A análise de Lefebvre (2013) se estende até o ano de 1985, quando o texto supracitado foi escrito e publicado originalmente. Corroborando o pensamento de Lefebvre, Harvey (1991) enfatiza que a apropriação e a produção de espaços está atravessada por lutas e conflitos. Segundo o autor, o espaço abstrato criado pelo capitalismo só não homogeneizou mundialmente todas as diferenças devido aos conflitos de classes. “Somente a luta de classes tem a capacidade de diferenciar, de criar diferenças não intrínsecas ao crescimento econômico, isto é, diferenças que não são induzidas ou aceitáveis por este crescimento” (HARVEY, 1991, p. 237, tradução livre).

Com isso, Harvey (1991) conclui que as práticas articuladas ao espaço e tempo sociais nunca são neutras, uma vez que sempre expressam algum conflito de classe ou outro tipo de conteúdo social e, quando se leva em consideração a relação do espaço e do tempo com o dinheiro, isto fica muito mais evidente. À medida em que o capitalismo cresce, esta relação se torna mais estreita e mais organizada. Para explicar como o capitalismo está relacionado a uma profunda desintegração espaço-temporal no contexto da globalização, Harvey (1991) cunha a expressão *compressão espaço-tempo*, endossada por Hall (1997b) e Couldry (2012) dentro dessa discussão. “Eu uso a palavra ‘compressão’ porque possibilita a elaboração de um argumento convincente sobre como a história do capitalismo tem sido caracterizada por uma aceleração no ritmo da vida” (HARVEY, 1991, p. 240, tradução livre). Desse modo, na mais recente fase da globalização, tempo e espaço já não estão imbricados. Os “horizontes temporais” se encurtam, distâncias espaciais se estreitam, em um “presente perpétuo” (HARVEY, 1991, p. 240, tradução livre), “onde o que ocorre em um local pode estar acontecendo em qualquer parte” (DU GAY, 1994 apud HALL, 1997).

Isto não significa que as pessoas não tenham mais uma vida local - que não mais estejam situadas contextualmente no tempo e espaço. Significa apenas que a vida local é inerentemente deslocada - que o local não tem mais uma identidade "objetiva" fora de sua relação com o global (DU GAY, 1994 apud HALL, 1997b).

Na discussão sobre os mecanismos operados pelo modo de produção capitalista através da mídia em sua articulação com o espaço e o tempo socialmente construídos, Santos (2001) advoga que a noção de uma *aldeia global* isenta de exclusões sociais, é nada além de uma fábula (nos termos do autor) sustentada por uma máquina ideológica intrinsecamente articulada a esta noção de globalização.

É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado (SANTOS, 2001, p. 19).

Esse processo é o que Santos (2001) chama de lado *perverso* de globalização, um cenário avassalador através do qual o desemprego está se tornando crônico, a pobreza aumentando, as classes médias perdendo qualidade de vida, o salário mínimo tendendo a baixar, a fome e o desabrigo se generalizando em todos os continentes, doenças já extirpadas ressurgindo, a educação ficando cada vez mais inacessível, em meio ao aprofundamento dos "males espirituais e morais, como egoísmo, cinismo e corrupção" (SANTOS, 2001, p. 20). Para Martín-Barbero (2014), todas estas mazelas se devem, em grande medida, a uma espécie de divórcio crescente entre os interesses da sociedade e o Estado, característico da relativa perda de autonomia dos Estados-nação no contexto da criação global de valor (CASTELLS, 2009).

Pois ao estar hoje estreitamente moldado e vigiado pelas regras de jogo impostas pelas instituições da unificação econômica global – Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio e Banco Mundial – o Estado encontra uma enorme dificuldade em responder às necessidades, demandas e dinâmicas de sua própria sociedade (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 19)

De acordo com Castells (2009), a assimetria da chamada *sociedade em rede* é uma marca significativa da estrutura social da globalização no século XXI. Esta estrutura é construída em torno de redes digitais de comunicação, embora não seja determinada por elas. Castells (2009) advoga que o processo de formação e exercício das relações de poder sofre transformações decisivas no novo contexto tecnológico e organizacional decorrente da centralidade que as redes digitais globais de comunicação adquiriram ao se tornarem “o sistema de processamento de símbolos fundamental do nosso tempo” (CASTELLS, 2009, p. 4, tradução livre).

Desse modo, a análise das relações de poder requer um entendimento das especificidades das formas e processos de comunicação social, que na sociedade em rede consistem tanto na mídia de massa quanto nas redes horizontais interativas de comunicação construídas em torno da Internet e da comunicação *wireless* (CASTELLS, 2009, p. 4, tradução livre)

Segundo Castells (2009), a convivência entre uma sociedade em rede, enquanto estrutura global, com sociedades industriais, rurais e comunais, faz parte, em diferentes medidas e com diferentes graus de exclusão social, da realidade de todos os países. Para o autor, a

sociedade em rede é uma estrutura social na qual diferentes tipos de rede possuem diferentes lógicas de criação de valor, pois a definição do que constitui valor depende das especificidades destas redes. Assim, se o acúmulo de lucro é o valor supremo do capitalismo, o poder militar assegura o poder do Estado, o qual, por sua vez, tem poder de deliberação e regulação sobre as práticas comerciais. Ao mesmo tempo, segundo Castells (2009), o poder do Estado depende em grande parte das crenças da população e de sua capacidade de aceitar ou resistir às suas regras. Desse modo, o sistema de mídia, e outros meios de comunicação, como a Internet, podem preceder o poder estatal, recriando as lógicas de produção de lucro, substituindo o dinheiro como valor supremo. O valor é, portanto, uma expressão de poder: quem detém o poder decide o que tem valor. Nesse sentido, a sociedade em rede não inova (CASTELLS, 2009).

O que é novo em relação à sociedade em rede, de acordo com Castells (2009), é o seu alcance global e sua arquitetura interligada, o que significa que as relações de dominação entre as redes são críticas. Tais relações são caracterizadas por interações constantes e flexíveis entre processos geopolíticos, mercados financeiros globais e estratégias de mídia. Ao mesmo tempo, “como a lógica de criação de valor, enquanto expressão de dominação, é global, as instâncias que têm empecilhos estruturais para existirem globalmente estão em desvantagem em relação àquelas cuja lógica é inerentemente global” (CASTELLS, 2009, p. 28, tradução livre).

O Capital sempre aprovou a noção de “um mundo sem limites”, e saiu na frente no quesito definição/criação de valor ao estabelecer mercados financeiros globais no contexto da sociedade em rede (CASTELLS, 2009, p. 29, tradução livre). Contudo, para Castells (2009), o pensamento humano é provavelmente o elemento mais rapidamente propagável e influente de qualquer sistema social, desde que conte com um sistema de comunicação global/local em tempo real – e “é exatamente isso que surgiu agora, pela primeira vez na história” (CASTELLS, 2009, p. 29, tradução livre). Segundo Castells (2009, p. 29, tradução livre), é por esta razão que certas idéias podem se consolidar como “o verdadeiro valor supremo, como pré-requisito para todo o resto”. Assim, Castells (2009) conclui que a noção de valor não tem uma definição exata na sociedade global em rede, mas isso não significa que o capitalismo tenha se dissipado. Na verdade, ele está “mais pervasivo do que nunca” (CASTELLS, 2009, p. 29, tradução livre).

Trata-se de um novo tipo de capitalismo, cuja produtividade depende da inovação e dos mercados financeiros globais, e cujos critérios de criação de valor são influenciados por oscilações de informação. A força de trabalho, nesse contexto, deve ser flexível e adaptável. Castells (2009) ressalta que trabalhadores com funções mais executivas e menos criativas devem estar preparados para se adaptarem às necessidades do modelo de rede, caso contrário serão substituídos por máquinas ou por mãos-de-obra alternativas.

Neste sistema, além da persistente exploração em seu sentido tradicional, a questão chave da mão-de-obra é a sua segmentação em três categorias: aquelas que são fonte de inovação e valorização; aquelas que são meras executoras de instruções; e aquelas que são estruturalmente irrelevantes na perspectiva dos programas de criação de lucro do capitalismo global, seja enquanto trabalhadores (com educação inadequada e habitantes de áreas sem infraestrutura e ambiente institucional apropriados para a produção global), seja enquanto consumidores (pobres demais para fazerem parte do mercado), ou ambos (CASTELLS, 2009, p. 33, tradução livre).

O que constatamos a partir da nossa pesquisa de campo é que os nossos informantes correspondem à terceira categoria: uma mão-de-obra irrelevante ao sistema de criação de lucro do capitalismo global, tanto como trabalhadores quanto como consumidores. Se a categoria agricultura familiar é um fator chave para a produção alimentar no país e, portanto, para sua economia, no município de Pedreiras os agricultores familiares são desprezados pelo poder público, que ignora as potencialidades locais. Mesmo dispo de recursos naturais e da mão-de-obra de agricultores dispostos a fornecerem os alimentos que produzem para os supermercados e escolas do município, por exemplo, o poder público de Pedreiras dá preferência aos pecuaristas, classe mais abastada financeiramente, que representa a maior concentração das propriedades rurais formalmente cadastradas do município, de acordo com o Censo Agropecuário¹² do IBGE do ano de 2017.

Desse modo, os nossos informantes vivem em locais isolados de serviços públicos, como hospitais, escolas e transporte coletivo, e carentes de infraestrutura de serviços de telecomunicação, tendo como consequência um sinal instável de internet móvel (3G ou 4G). É nesse sentido que Castells (2009) fala de uma nova forma de exclusão: uma exclusão em relação aos espaços virtuais dos fluxos midiáticos, fundamentais à produção de valor na era digital.

Em síntese, o paradigma da sociedade em rede corresponde ao poder estrutural da comunicação, em termos de instituições midiáticas, tecnologias e valores simbólicos, nas sociedades capitalistas avançadas, isto é, o fato de a comunicação deixar de ser uma instância mediadora do poder, mas constitui-lo. Uma vez que o lugar de partida da nossa pesquisa é cultura, a experiência vivida dos jovens camponeses, a próxima seção privilegia a dimensão cultural do cenário até aqui exposto.

3.3. A MUNDIALIZAÇÃO DA CULTURA

Até aqui, demos ênfase aos aspectos políticos e econômicos da globalização, embora a dimensão cultural tenha um papel central em relação a estes outros processos. Entretanto, a

¹² Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/pedreiras/pesquisa/24/76693>>

cultura não é homogênea, não é única. A admissão de que o mundo moderno vai muito além da homogeneização cultural é o que precede a discussão de Ortiz (2015) sobre diversidade, um tema que emerge com mais força porque o mundo se globalizou. Enquanto se fala de *uma* comunidade global, não se deve esquecer das diversidades culturais. Assim, conceitualmente, ele estabelece uma distinção entre globalização e mundialização. O primeiro termo se refere ao mercado global tecido pelas tecnologias, à economia global, enquanto o segundo se refere à esfera cultural.

Há na idéia de globalização uma conotação que nos sugere uma certa unicidade. Quando falamos de uma economia global, nos referimos a uma estrutura única, subjacente a toda e qualquer economia. (...) A esfera cultural não pode ser considerada da mesma maneira. Uma cultura mundializada não implica o aniquilamento das outras manifestações culturais, ela coabita e se alimenta delas. Um exemplo: a língua (ORTIZ, 2007, p. 26-27).

Para Ortiz (2015), existiria uma assimetria entre a instância cultural, onde as diferenças se manifestam, e os níveis técnico e mercadológico. Se no Brasil dos anos 1960, as diretrizes do capital se traduzem na busca pela unicidade de valores e desejos, por uma identidade nacional que ignora as diversidades, hoje a diversidade, para Ortiz (2015), se torna um emblema no mundo contemporâneo.

À primeira vista, o cenário globalizado pode pressupor o apagamento das diferenças culturais, como parte de um processo de homogeneização cultural alinhado aos valores difundidos pela cultura da modernidade, como o individualismo, a competitividade, a racionalidade, o hedonismo e o consumismo. Nesse sentido, o projeto global engoliria as culturas minoritárias e as diferentes tradições locais. Indo de encontro a Martín-Barbero (2014), consideramos esta perspectiva reducionista. Se há uma cultura difundida pelo capital, deslocalizada em sua essência, mas geograficamente pervasiva, ela não apaga as diferenças culturais. O que ocorre é que, na relação com a cultura global, as culturas locais sofrem mutações. À medida em que a unificação planetária se concretiza, o lado perverso da mutação pela qual passamos, cujos traços detalhamos anteriormente, se evidencia. Se, como resultado deste processo, a sociedade latino-americana está, hoje, estruturalmente fraturada, as comunidades culturais estão se convertendo “em um âmbito crucial de recriação do sentido das coletividades, de reinvenção de suas identidades, de renovação dos usos de seus patrimônios, de sua reconversão em espaço de articulação produtiva entre o local e o global” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 19). Com isso, Martín-Barbero (2014, p. 19), não só refuta a idéia de uma homogeneização cultural decorrente do processo unificação planetária como ressalta a

possibilidade destas comunidades culturais realizarem uma “revanche sociocultural”, reivindicando suas alteridades culturais.

Se há uma cultura mundializada “cuja territorialidade se globalizou”, isto não significa que seu “traço comum seja sinônimo de homogeneidade” (ORTIZ, 2007, p. 31). Segundo Ortiz (2007), há de fato uma estandardização de diferentes aspectos da vida social moderna devido ao industrialismo que penetra a esfera cultural, uma vez que a fabricação de produtos culturais em escala industrial, junto à existência de um mercado mundial, exigem uma padronização dos produtos. A questão chave deste processo, no entanto, não repousa na noção de unicidade cultural, mas na compreensão dos modos através dos quais este processo se torna hegemônico (ORTIZ, 2007).

Como ressalta Martín-Barbero (2004), o processo de unificação planetária, com suas inclusões e exclusões sociais em escala global, está transformando a cultura em espaço estratégico para compreendermos as tensões que fraturam e reconstituem os nossos modos de "estar juntos". Trata-se, como ressalta Hall (1997), de pensarmos o local em sua relação com o global. Entre as culturas locais e a cultura mundializada não há resistência ou dominação absoluta, mas uma negociação (MARTÍN-BARBERO, 2004). A mundialização da cultura, nesse sentido, é uma nova maneira de estar no mundo, ligada à globalização econômica, mas não limitada a esta. Ela diz respeito à mundialização de imaginários ligados, por exemplo, a músicas, imagens e personagens que representam estilos e valores desterritorializados. Como aponta Hall (1997), a expansão dos conglomerados transnacionais de comunicação realmente tende a favorecer a circulação mundial de produtos culturais estandardizados, produzindo uma cultura mundial homogeneizada e desterritorializada. No entanto, as consequências desses processos, que Hall (1997, p. 18) chama de “revolução cultural”, não são uniformes e previsíveis. Uma das características desses processos é que eles sejam distribuídos de modo irregular, sujeitos à “geometria do poder”, e que “suas consequências sejam profundamente contraditórias”.

A noção de que os processos de distribuição dessa cultura mundializada ocorrem de maneira irregular, sujeitos às geometrias de poder, é fundamental para entendermos o lugar do Brasil nesse contexto. Até o final dos anos 1970, a hegemonia dos meios massivos estava mantida dentro do projeto nacionalista dos Estados-nação. No início da década de 1980, a globalização começa a entrar em uma nova fase, marcada pelo processo de transnacionalização decorrente da crise do capitalismo e pelo surgimento das chamadas “novas tecnologias”. Como ressalta Martín-Barbero (2004, p. 23), a entrada da América Latina nesse novo cenário de revolução digital é marcada pela “não contemporaneidade entre as tecnologias de informação e

seus modos de uso”. Nisto, inclui-se “a *assimetria* entre a sintaxe dos discursos midiáticos e a *gramática das mediações* desde a qual a gente os lê, os ouve e os vê” (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 23, grifos do autor).

Para demonstrarmos mais substantivamente como essa assimetria a que Martín-Barbero se refere se dá no contexto brasileiro, retomemos a noção de convergência midiática. Como pontuamos anteriormente, a convergência envolve a multiplicação de ofertas de conteúdo dos meios massivos que, embora dispersos através de diferentes emissoras de televisão, serviços de *streaming*, portais de notícias na internet, revistas impressas e digitais, enfim, através de múltiplas plataformas de mídia, são produzidos por alguns poucos conglomerados transnacionais, ou seja, descentralizados horizontalmente e, ao mesmo tempo, concentrados verticalmente.

Agora, tomemos como exemplo a televisão, meio mais potente dentro da lógica da comunicação de massa. No Brasil do século XXI, a televisão é relativamente mais centralizada, sua lógica é “mais massiva”, se a compararmos, por exemplo, com a televisão estadunidense. Por lá, os espaços de transmissão televisiva estão mais fragmentados em nichos de interesse e os meios “massivos” já estão mais reestruturados em torno da lógica da convergência midiática, isto é, os programas não são apenas distribuídos em plataformas diferentes do aparelho televisor, mas criados a partir de uma lógica de consumo fragmentado em múltiplas plataformas, o que envolve diferentes estratégias de produção e circulação, entre elas a criação de narrativas transmídia¹³. Na televisão de massa brasileira isso já ocorre, mas de maneira muito mais incipiente. As “gramáticas narrativas” dos produtos televisivos continuam assentadas no modelo de comunicação de massa, enquanto as tecnologias digitais servem, em maior medida, como reprodutoras desses conteúdos (PUCCI JUNIOR et al., 2015). Mais recentemente, algumas emissoras brasileiras, como a *Rede Globo*, têm procurado oferecer conteúdos exclusivos às suas plataformas de streaming, como o *GloboPlay*, mas, novamente, as estruturas narrativas dos produtos continuam as mesmas daquelas ofertadas na transmissão tradicional.

Enfim, essa discussão não tem o intuito de desconsiderar o papel fundamental das tecnologias de comunicação disseminação da cultura mundializada no Brasil, mas reforçar o argumento de que a cultura mundializada convive com a heterogeneidade cultural existente ao redor do globo. Desse modo, “assim como no Estado-nação, as culturas locais não

¹³ O termo se refere tanto à construção de uma narrativa concebida de maneira fragmentada, cujos “pedaços” ficam espalhados através de diferentes tipos de plataformas midiáticas, quanto à criação e distribuição fragmentada de conteúdos extra narrativos associados à uma narrativa central ancorada em uma plataforma principal (JENKINS, 2009)

desapareceram – embora suas condições de existência tenham mudado profundamente – tampouco com a globalização a heterogeneidade cultural desaparecerá” (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 21, tradução livre).

4. OS RESULTADOS DA PESQUISA

4.1. A RURALIDADE DE PEDREIRAS – MA

O município (Figura 4) recebeu o nome de Pedreiras por conta da existência de um grande bloco de pedras de 30 metros de altura situado à margem esquerda do rio Mearim, a 3km do centro. Este bloco é conhecido, hoje, como Pedra Grande. Do seu cume, pode-se observar toda a cidade.

Figura 4 – Vista panorâmica de Pedreiras



Fonte: Silva, Lopes e Silva (2018, p. 1)

O clima de Pedreiras é predominantemente tropical úmido, apresentando duas estações básicas: uma chuvosa, no primeiro semestre, e outra de estiagem, no segundo. Entre os meses de abril e maio costumam ocorrer as chuvas mais abundantes, elevando o nível do rio Mearim. As cheias decorrentes dessa elevação provocam enchentes em diversos pontos do município. Já a sua vegetação, hoje, encontra-se bastante comprometida em consequência “da ação predatória do homem que se utiliza do meio para introdução de pastagens e roças, fazendo estão surgir uma nova vegetação: a capoeira-vegetação secundária, surgida em função do desmatamento da vegetação nativa, o cerrado” (SILVA; LOPES; SILVA, 2018).

Até o ano de 1920, Pedreiras era considerada formalmente como vila. Em abril daquele ano, através da Lei n. 947, passa a ser considerada um município. Situada no centro do Estado do Maranhão, Pedreiras tem uma área de 261,7 km² e uma população de 39.229 habitantes.¹⁴ O município recebeu o apelido de *Princesa do Mearim* por ser o maior polo comercial,

¹⁴ De acordo com estimativas do IBGE em relação ao ano de 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/pedreiras/panorama>>

educacional e industrial da microrregião de planejamento do Médio Mearim, uma das 32 regiões de planejamento do estado do Maranhão.

A microrregião Médio Mearim é constituída por 09 (nove) municípios: Bernardo do Mearim, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Lima Campos, Pedreiras, Poção de Pedras, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto e Trizidela do Vale (RODRIGUES, 2013, p. 63).

4.1.1. Modernização, mas não da agricultura

Considerando que a modernização da agricultura não ocorreu de maneira homogênea em todo o país, neste tópico contextualizamos o papel da agricultura na economia de Pedreiras antes e depois da abolição da escravatura em 1888, período em que as bases do projeto de modernização do país começam a emergir. No Brasil, assim como na maioria dos países latino-americanos, a modernização capitalista repercutiu no êxodo rural-urbano e, conseqüentemente, na explosão demográfica das metrópoles. As bases do processo de industrialização são lançadas na década de 1930, durante o governo Getúlio Vargas, e sua consolidação se dá entre as décadas de 1950 e 1960, período em que os centros urbanos adquirem centralidade econômica no país. No Maranhão, entretanto, o processo de modernização ocorre em ritmo e natureza distintos (tanto em relação a outros estados federativos quanto entre diferentes municípios dentro do estado).

Após a abolição da escravatura, 70% dos engenhos de cana e 30% das fazendas produtoras de algodão no Maranhão vão à falência, pois o “modelo econômico latifundiário-escravista maranhense altamente concentrador de renda e monocultor, não estava preparado para enfrentar um mercado internacional cada vez mais competitivo” (ROLIM FILHO, 2016, p. 46), nem para abrir mão de uma mão de obra sub-humana de baixo custo. Enquanto os fazendeiros não aceitam que a antiga mão de obra se torne assalariada, os escravos libertos, buscando melhores condições de vida, sequer aceitam ser contratados, diante da lembrança ainda fresca da crueldade a eles infligida por seus ex-senhores, preferindo montar comunidades autônomas de subsistência a ficar nas fazendas ou indústrias, e assumindo, enquanto homens livres, a produção da agricultura de subsistência.

Os ex-escravos, novos homens livres, assumiram a produção da agricultura de subsistência em suas próprias roças desenvolvendo uma economia de pequenos lavradores dedicados a produção para autoconsumo, policultura e baseada no trabalho familiar. Ao contrário dos colonos do Sul, que puderam ter como objetivo produzir excedentes a serem vendidos gerando emprego e renda nas cidades (ROLIM FILHO, 2016, p. 47).

Assim, no período que compreende o final do século XIX e início do século XX, o Maranhão enfrenta graves problemas econômicos, pois sua economia era majoritariamente pelos senhores de engenho e grandes fazendeiros. Naquele período, grande parte do Estado do Maranhão atravessava uma crise econômica por não conseguir acompanhar o ritmo da modernização da agricultura de outros estados federativos do país, mantendo uma agricultura monocultora e latifundiária, o que elevava o valor dos produtos, tornando-os pouco competitivos em relação aos produtos de outros estados. Enquanto, em parte do Brasil, a “nova ordem comercial era determinada pelo café”, boa parte do Maranhão passava a não mais representar “uma força econômica” (SILVA; LOPES; SILVA, 2018). Na região do Mearim, no entanto, uma situação diferente se descortinava, como descrevem Silva, Lopes e Silva (2018, p. 30):

As primeiras décadas do século XX foram para o Alto-Mearim um período de grande apogeu econômico, fato este impulsionado pelo aproveitamento do rio Mearim como escoadouro natural das produções agrícolas. O rio desobstruído no final do século XIX deu um impulso substancial a esse desenvolvimento. A partir dessa nova realidade, a sociedade pedreirense passou aos poucos a ser constituída não apenas de fazendeiros e senhores de engenhos, mas a cada dia chegavam ao local comerciantes, funcionários públicos e pequenos industriais que foram progressivamente mudando o perfil da economia e da sociedade pedreirense.

De acordo com Rodrigues (2013), a região do Médio Mearim caracterizava-se, ao final do século XIX, como uma região com muitas águas, das chuvas e dos rios, com grande extensão de terras para o plantio. Era uma região com “muito trabalho na lavoura, no comércio, nas tropas de burro e nas usinas de beneficiamento de arroz e algodão” (RODRIGUES, 2013, p. 63). De acordo com Silva, Lopes e Silva (2018), a desobstrução do rio Mearim também contribuiu para o surgimento de povoados ribeirinhos, cujos sustentos eram tirados do rio. Pedreiras está entre as cidades maranhenses que apresentaram maior crescimento econômico nesse período. Por esta razão, além dos fazendeiros, emergem também as figuras dos pequenos industriais e comerciantes.

A partir da década de 1920, período em que Pedreiras se torna formalmente um município, levas de nordestinos passam a migrar para o município e para outros municípios da região do Médio Mearim. De acordo com Almeida e Mourão (1976, p. 11), o fluxo migratório de nordestinos para as terras do Médio Mearim durante a década de 1920 caracteriza-se como uma frente agrícola de ocupação de terras livres “com base na exploração familiar, transformando o arroz, seu produto comercial por excelência, em elemento de maior peso na economia estadual, já a partir dos anos 50”, destacando-se ainda na produção de algodão e no

extrativismo de babaçu, “produtos que dispunham de produção regular na região de Pedreiras” (BARBOSA, 2003, p. 9).

Citando Porro, Mesquita e Santos (2004, p. 23-24), Rodrigues (2013) pontua que a partir da segunda metade do século XX a região é ocupada por milhares de famílias fugitivas da seca do nordeste semiárido, predominantemente oriundas dos estados do Ceará e Piauí, e que a partir de 1932 o estado do Maranhão passa a realizar planos de desenvolvimento econômico para amparar os migrantes que chegam nas áreas fronteiriças do Médio Mearim.

Conforme aponta Gomes (2013, p. 43) citada por Ferreira (2015, p. 67), até o período de 1930 o país era visto como “uma sociedade tradicional, atrasada, um país rural, agrário-exportador, com poucas ‘gentes’ e muitos ‘vazios territoriais’ a desbravar e ocupar”. Todo esse movimento migratório marcado pela ocupação e exploração de terras livres faz parte de uma conjuntura nacional que, datando do período entre 1930 a 1964, caracteriza-se por uma utopia de modernização e de redefinição do conceito de nação, “tendo como horizonte de expectativa o nacionalismo, o desenvolvimentismo e a necessidade de ocupação dos ditos ‘espaços vazios’ do extenso território brasileiro” (FERREIRA, 2015, p. 67).

De acordo com Secreto (2007, p. 45) “a imigração nordestina é um fenômeno social recorrente na história do Brasil a partir da segunda metade do século XIX”, e um intenso fluxo de migrações leva as elites burguesas daquele período (oligarcas, autoridades imperiais e proprietários regionais) a adotarem medidas emergenciais e desenvolverem políticas de incentivo à migração (FERREIRA, 2015). “Provavelmente, foi o medo da multidão que levou a classe dominante cearense a abrir as comportas para a migração (SECRETO, 2007, p.41)”.

Essas condições fizeram com que no período de 53 a 63, a produção agrícola de Pedreiras, duplicasse a área plantada e o volume produzido, o que caracterizou a maior ocupação da fronteira agrícola. Em 1954, Pedreiras destacou-se ao alcançar a maior produção de arroz do Estado do Maranhão (BARBOSA, 2003, p. 9)

De acordo com Ferreira (2015), o município de Pedreiras consolida-se, nos anos 1950, como o maior produtor de arroz do estado do Maranhão, graças ao incremento da mão-de-obra disponível e de uma campanha de incentivo à produção agrícola realizada pela Associação Comercial de São Luís. Junto ao desenvolvimento agrícola, a população salta de 59.475 para 97.787 habitantes.

Porém, o crescimento econômico de Pedreiras, significativo nas décadas de 1940 e 1950, tendo como base principal a agricultura, “não permaneceria por muito tempo imune às investidas políticas que planejavam a emancipação dos principais povoados pertencentes a Pedreiras”, que ajudavam na “sustentação do seu progresso” (SILVA; LOPES; SILVA, 2018).

Na década 60 são desmembrados de uma só vez 4 (quatro) importantes baluartes da economia local, desacelerando dessa forma, a marcha para o desenvolvimento que Pedreiras vinha experimentando nas últimas décadas. Através das Leis nº. 2.179, 2.180, 2.181 e 2.184 de 30 de dezembro de 1961, foram separados os seguintes povoados do território pedreirense: Santo Antônio dos Lopes, Lima Campos, Poção de Pedras e Igarapé Grande, subtraindo 73,91% do município (SILVA; LOPES; SILVA, 2018).

Como consequência, o município tem sua área de, até então, 3.124 km², reduzida para 815 km². Sua produção econômica é reduzida para 70% do que produzia nos anos 1950, enquanto a população é reduzida para 30% dos 97.787 habitantes, ficando com um total de 33.054 habitantes na década de 1960. Em decorrência da economia em declínio, a cultura comercial de Pedreiras passa ser de subsistência, para abastecer somente o mercado interno. Este fato coincide com a introdução da pecuária na região, incentivada pelo então governador do estado em detrimento da produção de arroz, cujo declínio repercutiu no êxodo de trabalhadores rurais para a cidade. Já nos anos 1970, portanto, a região do Médio-Mearim torna-se propícia para a criação de gados leiteiros, mas a agricultura perde sua força. Como apontam Silva, Lopes e Silva (2018), uma característica fundamental desse fenômeno é a radical mudança de uma população que era predominantemente rural até o final da década de 1950, quando 86% dos seus moradores residiam em áreas rurais e apenas 14% em áreas urbanas, para uma população predominantemente urbana já na década de 1980, quando o percentual era de 65% de populações urbanas e apenas 35% de populações rurais.

Durante a segunda metade da década de 1960, concomitantemente ao regime militar instaurado no país, várias obras são realizadas em Pedreiras: a construção de uma rodoviária, o calçamento de parte da avenida principal do município, a Avenida Rio Branco, a construção de um estádio municipal, a implantação de energia elétrica, de um sistema de abastecimento de água, a abertura de bairros e a inauguração de ruas (SILVA; LOPES; SILVA, 2018).

Ao longo da década de 1970, Pedreiras recebe algumas obras importantes, como o Banco do Estado do Maranhão, o qual, segundo Silva, Lopes e Silva (2018, p. 53), “muito contribuiu para o desenvolvimento e o progresso da região do Médio Mearim, operando em linha de crédito rural, pessoa física, em empresas de micro, pequena, média e grande porte”. A fim de agilizar a máquina administrativa do governo do Maranhão, o então governador José Sarney cria vários órgãos de administração direta e indireta, entre eles a Companhia de Telecomunicações do Maranhão (TELMA), uma empresa operadora de telefonia do grupo TELEBRAS¹⁵. Com isso, o município ganha um posto da TELMA em 1975. Na segunda

¹⁵ Telecomunicações Brasileiras S/A é uma sociedade de economia mista que atua no ramo das telecomunicações em escala nacional no Brasil. Sua criação foi autorizada através da Lei nº 5.792, de 11 de julho de 1972, sendo

metade da década, Pedreiras recebe novos bairros, a construção de um Centro Social Urbano e a reconstrução da Rodoviária Municipal.

Durante os anos 1980, Pedreiras segue ampliando sua infraestrutura urbana, com o calçamento de ruas, melhoramento de estradas vicinais e a construção de escolas públicas. Nesse período, o comércio varejista já se destaca na região do Médio-Mearim. “Isto pode ser explicado pelo fato do município, desde os primórdios da sua história, ter-se constituído num verdadeiro polo de atração, influenciando e concentrando todas transações comerciais dos municípios vizinhos” (SILVA; LOPES; SILVA, 2018, p. 58). Embora sua economia tenha declinado a partir dos anos 1960, as relações comerciais com os municípios emancipados continuam preservadas. De acordo com Silva, Lopes e Silva (2018), é comum pessoas de municípios próximos irem até Pedreiras para fazerem compras ou operações bancárias.

Como aponta Barbosa (2003), a maioria dos municípios do nordeste caracteriza-se por apresentar um desenvolvimento cíclico, manifestando inicialmente um crescimento econômico resultante da exploração dos seus recursos naturais, cujos sistemas produtivos dispõem de baixo nível tecnológico. Em um segundo momento, o capital acumulado através desta produção resulta, segundo o autor, em uma dispersão de novos investimentos, repercutindo em um declínio das atividades economicamente produtivas, que tendem posteriormente a estabilizar-se após essa queda, embora apresentem um crescimento econômico tímido em relação ao momento inicial de exploração. De acordo com Barbosa (2003), Pedreiras não foge a esta tendência de desenvolvimento econômico cíclico. O município “teve seu *boom* econômico durante as décadas de 1950, 60 e 70. De 1980 até 1994 vivenciou o período de queda nas atividades produtivas; desde então, entrou na fase de estabilização da economia com pequeno crescimento econômico” (BARBOSA, 2003, p. 2).

Também no ano de 1994, o então bairro Trizidela do Vale é emancipado de Pedreiras, sendo elevado à categoria de município. Com isso, a área de Pedreiras perde cerca de 280 km², ficando com um total de aproximadamente 289,5 km².

Embora o crescimento econômico de Pedreiras tenha avançado até o início da década de 1980, a contribuição da agricultura para o acúmulo de capital do município declina a partir da segunda metade dos anos 1960 após extensiva exploração agrícola empreendida por indústrias processadoras de arroz, algodão e babaçu durante a década anterior, devido ao esgotamento da fronteira agrícola. O que mantém o movimento ascendente da economia do

instalada em 09 de novembro de 1972, “no auge do Regime Militar. Sua incumbência foi centralizar, padronizar e modernizar as diversas empresas de telecomunicações concessionárias de serviços públicos que existiam no Brasil” (SILVA; LOPES; SILVA, 2018).

município até o ano de 1994 é a pecuária, através principalmente da produção de leite. No entanto, a partir de 1995 a movimentação econômica oriunda do setor primário no município sofre um grande declínio e a economia de Pedreiras passa a ser predominantemente urbana, “devido a posição de liderança regional desfrutada pela cidade, em função da sua infraestrutura de comércio e de serviços, estabelecida com o apoio dos ciclos econômicos da agropecuária” (BARBOSA, 2003, p. 10). Segundo o autor, a diminuição do desempenho econômico do município repercute em uma queda da qualidade de vida de sua população.

Cabe ressaltar que não pretendemos estabelecer uma relação de causa e efeito entre as questões econômicas do município e os índices de pobreza da população, pois isto foge à nossa alçada, limitando-nos a contextualizar o papel de agricultura no desenvolvimento ou manutenção econômica da região. Tendo isso em vista, os índices de pobreza de fato se mostram alarmantes segundo o último Censo realizado pelo IBGE em 2010. De acordo com o instituto, a incidência de pobreza no município é de 51,21% e o percentual dos que estão abaixo do nível de pobreza é de 41,42%.

De acordo com Silva, Lopes e Silva (2018) a economia de Pedreiras é, atualmente, movimentada pelo comércio e pela indústria. O comércio formal é representado pelos estabelecimentos atacadistas, varejistas e lojistas. O informal, por ambulantes e camelôs.

O comércio teve um impulso significativo a partir das últimas décadas, pessoas de Poção de Pedras, São Luís Gonzaga, Joselândia, Esperantinópolis, Lago do Junco, Lago da Pedra, Independência, Lima Campos passaram diariamente a migrar para comércio local, fator que proporcionou certa autonomia econômica, constituindo-se um verdadeiro polo de atração financeira, influenciando e concentrando todas as transações comerciais dos municípios vizinhos. A atividade de comércio concentra a maioria dos estabelecimentos formais, representados pelo comércio varejista, logístico e atacadista. Pois, a localização geográfica da cidade facilita o escoamento da produção e potencializa a mesma como um grande centro em referência no comércio (SILVA; LOPES; SILVA, 2018, p. 70).

Hoje, a economia de Pedreiras é predominantemente urbana, devido à posição de liderança regional desfrutada pela cidade, em função de sua infraestrutura de comércio e serviços. Porém, de acordo com Correia Filho et al. (2011), além do comércio, a agricultura ainda é uma das fontes de recursos financeiros do município, junto à pecuária e o extrativismo vegetal. No entanto, os autores não especificam a proporção da renda de cada uma destas atividades na economia do município. Silva, Lopes e Silva (2018), por sua vez, descrevem a distribuição populacional entre áreas urbanas e rurais. Conforme mencionamos anteriormente, segundo as autoras, até a década de 1980 a população urbana do município representava 65% do total e a rural, 35%. Como as autoras não descrevem como está esta distribuição atualmente,

recorremos ao último Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, segundo o qual a população residente em áreas urbanas do município representa 83,5% do total (IBGE, 2010).

Conforme dados do IBGE Cidades¹⁶, coletados em 2017, somente 16,4% da população total de Pedreiras está formalmente ocupada (6.299 pessoas). O instituto não especifica quantas delas são habitantes de áreas urbanas e quantas habitam as áreas rurais. De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil¹⁷, no ano de 2010, 6.511 pessoas moravam no campo. Não encontramos informações sobre quantos destes 6.511 habitantes estão *formalmente* ocupados, isto é, quantos deles entram na conta das 6.299 pessoas, sejam de áreas urbanas ou rurais, que estão ocupadas formalmente. Tampouco encontramos dados que especifiquem a participação de agricultores familiares na contabilização de ocupações formais do município.

Durante a pesquisa de campo, tentamos obter mais informações estatísticas sobre a agricultura familiar no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pedreiras e na Prefeitura Municipal de Pedreiras, mas ninguém soube ou pelo menos conseguiu acessar tais informações. O mais próximo disso que conseguimos obter são os dados do Censo Agropecuário¹⁸ realizado pelo IBGE em 2017, porém o levantamento do instituto não é em termos populacionais, mas em termos de números de estabelecimentos. De acordo com o instituto, até o ano de 2017 havia 155 estabelecimentos dedicados a lavouras permanentes e 402 a lavouras temporárias. No total, incluindo estabelecimentos voltados à pecuária e sistemas agroflorestais, o município tem 602 estabelecimentos registrados. Em termos de implementos e máquinas, dentro desse total há apenas 3 unidades de tratores. Embora o número de estabelecimentos dedicados à pecuária seja inferior àqueles voltados à lavoura, a área total dos terrenos voltados à pecuária é muito maior. De um total de 9.372 hectares, apenas 1.137 são usados nas lavouras, contra 6.288 usados na pecuária (o restante da área total representa usos de outra natureza).

Cabe ressaltar que esse levantamento só contempla estabelecimentos formalmente cadastrados, portanto não inclui os produtores agrícolas informais ou a população não-ocupada do campo que, no entanto, produz alimentos para sobreviver. Os dados descritos acima demonstram que, pelo menos em termos de extensão territorial, a pecuária é o “carro-chefe” da economia rural de Pedreiras, embora seja menos central que os setores comercial e industrial. Demonstram, ainda, que a agricultura não está modernizada em termos de implementos e máquinas. Como apontam Silva, Lopes e Silva (2018, p. 82), a agricultura do município

¹⁶ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/pedreiras/panorama>

¹⁷ http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/pedreiras_ma

¹⁸ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/pedreiras/pesquisa/24/76693>

continua empregando técnicas rudimentares, que consistem na “derrubada da vegetação, depois vem a queimada, em seguida a coivara, a plantação e, finalmente, o cultivo”.

4.1.2. Cultura e lazer em Pedreiras

*Um dia desse eu fui dançar lá em Pedreiras
Na rua da Golada
Gostei da brincadeira
Zé Cachangá era o tocador
Mas só tocava pisa na fulô*

Os versos acima fazem parte da canção *Pisa na Fulô*, composta por João do Vale nascido na antiga rua da Golada, em Pedreiras, no estado do Maranhão. A rua, hoje, leva o nome do compositor cujas músicas já foram gravadas por Maria Bethânia, Chico Buarque (Carcará), Clara Nunes (Oricuri), Jackson do Pandeiro, Gilberto Gil (O Canto da Ema), Dolores Duran, Caetano Veloso (Na Asa do Vento), Luiz Gonzaga (De Teresina a São Luís), Fagner (Bom Vaqueiro), Alcione, Elba Ramalho (Pisa na Fulô), entre outros.

A repercussão nacional da obra do músico pedreirense rendeu, ainda, uma estátua¹⁹ sua (Figura 5) em tamanho natural logo na entrada do município.

Figura 5 – Estátua de João do Vale em Pedreiras



Fonte: Blog Carlinhos Filho²⁰

¹⁹ Esta é a imagem da versão anterior da estátua. Em 2018, a tradicional estátua do João do Vale foi trocada por outra escultura em homenagem ao compositor, por iniciativa de um grupo empresarial privado, o Grupo Mateus, como parte da campanha de inauguração de um supermercado pertencente ao grupo, o Mix Mateus.

²⁰ Disponível em: <<https://www.carlinhosfilho.com.br/2018/06/o-que-aconteceu-com-estatu-a-original-de.html>>

Como pode ser observado, sobre o ombro da escultura do compositor repousa a escultura de uma ave carcará, em homenagem a uma de suas composições mais conhecidas, a canção *Carcará*. Durante a nossa pesquisa de campo, o nome do compositor não surgiu espontaneamente entre os jovens que entrevistamos, nem houve qualquer menção a alguma de suas músicas. Alguns sequer conhecem o artista, outros já ouviram falar, mas não sabem indicar músicas que ele tenha cantado ou composto. Embora não haja uma identificação direta entre os jovens da nossa pesquisa e a obra de João do Vale, o fato é que, nos eventos locais, os músicos locais reproduzem algumas de suas canções. “Na música o mestre João do Vale deixou como legado cultural para o município uma influência que hoje se traduz num time de primeira linha” (SILVA; LOPES; SILVA, 2018, p. 69). No entanto, através do relatório do V Fórum Municipal de Políticas Culturais de Pedreiras/MA²¹, diversos representantes da cultura do município expressam que há uma desvalorização das atrações locais entre os habitantes. Chega-se a mencionar que investimentos em eventos com atrações musicais exclusivamente locais são arriscados financeiramente, pois a população se interessa mais por artistas externos.

Tivemos a oportunidade de ouvir um pouco da música local quando estivemos na primeira Feira da Agricultura Familiar (Figura 6) realizada no município, embora o nosso foco não tenha sido a apresentação musical.

²¹ Disponível em:

<http://snc.cultura.gov.br/media/regimentos/V_FORUM_MUNICIPAL_DE_CULTURA_E_ELEI%C3%87%C3%83O_DO_CONSELHO_MUNICIPAL_DE_POLITICAS_PUBLICAS_CULTURAIS_DO_MUNICIPIO_DE_PEDREIRAS.pdf>

Figura 6 – Feira da Agricultura Familiar em Pedreiras



Fonte: o próprio autor

Concebida pela Prefeitura Municipal de Pedreiras, através da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca com o intuito de incentivar a venda direta dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares, a feira já é um evento cultural que ocorre na última sexta feira de cada mês, servindo como espaço de lazer para o público consumidor, que além de comprar os produtos da agricultura, sai em busca de alimentos da culinária local, como geleias e bombons de buriti ou bacuri²², biscoitos e bolos feitos a partir da mandioca, entre outros, ou produtos do extrativismo vegetal como o óleo natural de babaçu e peças de artesanato. Um agricultor que estava vendendo no local nos informou que, para os próprios agricultores, a feira também é um espaço de lazer, pois é o momento que ele pode rever amigos.

Na feira, fizemos contato com alguns agricultores familiares, entre eles a dona Raimunda, mãe de Ruth, uma das nossas jovens informantes. Para Raimunda, a feira é a única oportunidade que ela tem para vender seus produtos. Tirando a venda realizada uma vez ao mês, ela só produz para consumo próprio da família.

Ao lado do local onde aconteceu a feira, está situado o Santuário de São Benedito, ponto turístico do município. A religião é um aspecto marcante da cultura de Pedreiras. Como

²² Frutos predominantes em estados do Norte e Nordeste do país

mencionamos anteriormente, o município recebeu este nome por conta da existência de um grande bloco de pedras, conhecido como Pedra Grande (Figura 7). No cume da Pedra Grande, há uma cruz fixada para representar a religiosidade da população pedreirense, traço marcante de sua cultura.

Figura 7 – Pedra Grande em Pedreiras



Fonte: Canal *Chico da TV* no *YouTube*²³

Entre os nossos informantes este aspecto religioso ficou, de fato, evidenciado em todos os casos. As atividades de lazer deles estão amplamente associadas à religião: idas a festejos religiosos, à missa ou mesmo consumo de programas religiosos na rádio e na TV. Este ponto será mais detalhado no capítulo de Análise.

Segundo Lopes, Silva e Lopes (2018), a religião predominante em Pedreiras é a católica, seguida pelas religiões protestantes (Batista, Batista Nacional, Assembleia de Deus, Presbiteriana, Testemunha de Jeová). Há, também, um pequeno percentual de terreiros de umbanda e centros espíritas.

Além dos festejos religiosos, outra marca forte no contexto cultural de Pedreiras (embora não exclusivamente no município, mas em todo o estado do Maranhão) são as danças folclóricas, como o cacuriá²⁴, a dança da mangaba²⁵ e o bumba-meu-boi. Embora as

²³ A figura é um *print* de um vídeo do canal. Disponível em:
< <https://www.youtube.com/watch?v=uwk20ZM2cpQ&t=50s>>

²⁴ Dança típica do estado do Maranhão, feita em pares com formação em círculo (o "cordão"), acompanhada por pequenos tambores chamados caixas do Divino, em referência às festividades do Divino Espírito Santo, de onde a dança se origina

²⁵ Também tipicamente maranhense, sua execução se dá ao som do batuque de instrumentos musicais rústicos (caixotes de madeira, tamboretas de couro e/ou tambores) e de cantigas de repente e improvisado que falam sobre o cotidiano do homem "interiorano" (da roça), seus costumes, os animais, a natureza e o convívio familiar e comunitário.

apresentações públicas destas expressões folclóricas geralmente aconteçam apenas no período junino, elas atraem grandes públicos anualmente, tanto em Pedreiras quanto em diversos municípios do estado. Já no mês de julho, ocorre a tradicional vaquejada no município vizinho, Trizidela do Vale, que atrai também públicos de Pedreiras e de outros municípios próximos. Este evento não se limita à vaquejada, mas envolve também apresentações musicais (locais ou de fora), vendas de alimentos etc. Alguns dos nossos informantes mencionaram estes eventos como parte das suas atividades de lazer, mas, por ocorrerem uma vez ao ano, não fazem parte da sua rotina. Entretanto, há vaquejadas de menor porte, chamadas de *bolãozinho*, disputadas por “vaqueiros pequenos”, que são frequentadas por alguns dos nossos informantes. Estas ocorrem, em média, a cada dois meses.

De acordo com Silva, Lopes e Silva (2018), o principal ponto de encontro da juventude do município é a Praça do Jardim, onde os jovens se reúnem para conversar, beber e ouvir músicas. Outra fonte de lazer é o Balneário da Caema, no rio Mearim, onde as famílias costumam ir aos fins de semana para tomarem banho no rio e consumir os produtos oferecidos nas barracas situadas no local. Entre os nossos informantes, o banho no rio é recorrentemente mencionado como atividade de lazer, mas em outras partes do rio Mearim, dentro dos próprios povoados. Em relação à Praça do Jardim, somente um dos informantes afirmou frequentar o local para se reunir com os amigos.

Além das praças, a população pedreirense frequenta restaurantes, clubes desportivos e casas de shows. No município não há *shopping centers* ou cinemas.

4.2. PERFIS DOS INFORMANTES

4.2.1. Igor

Igor tem 17 anos e é natural de Pedreiras, estado do Maranhão, onde vive até hoje, no povoado Trindade, a cerca de 5km do centro urbano de Pedreiras. O povoado fica em uma área rural do município. Apesar da distância relativamente curta entre o povoado Trindade e o centro urbano do município, não há transporte público que faça esse trajeto, que é asfaltado, porém em mau estado de conservação (há buracos ao longo de toda a via).

Ele mora com seus pais, o irmão mais velho (Vitor, 19 anos) e a irmã caçula. O terreno onde a família vive é compartilhado com outros familiares próximos, havendo 4 pequenas casas no total. A propriedade pertence aos avós de Igor, pais de sua mãe. Na mesma propriedade, tanto os pais de Igor quanto seus tios que ali vivem produzem alimentos para consumo próprio e para venda em pequena escala. Do núcleo familiar de Igor, quem cuida da plantação atualmente é seu pai, com ajuda esporádica de sua mãe. Embora tenha trabalhado ao lado do

pai desde a infância a até pouco tempo atrás, atualmente Igor trabalha como pedreiro em obras situadas nas proximidades do povoado.

De manhã Igor trabalha, durante a tarde ele tira folga e à noite vai à escola, onde cursa o primeiro ano do Ensino Médio. Entretanto, a única destas atividades com horário fixo de segunda à sexta são aulas da escola, que acontecem entre 19h às 23h. O trabalho nas obras depende da demanda, mas apesar da variação de demanda o seu salário é o mesmo, 1 mil reais por mês, trabalhando 5 dias na semana. Quem garante o sustento da família é seu pai e o seu salário é para uso pessoal. Durante suas folgas à tarde e também aos fins de semana, Igor costuma passar o tempo na casa da namorada.

Igor tem uma moto própria para se locomover até o trabalho e à casa da namorada. Ele não costuma passar o seu tempo livre na casa dos pais e afirma não ter muitos amigos, pois é de pouca conversa. De fato, durante as entrevistas ele não estendia as suas respostas, embora tenha se mostrado disposto a responder as perguntas. As entrevistas ocorreram sempre em sua casa, no quintal de entrada ou na sala de estar/jantar. Em uma das vezes, Igor me convidou para ir almoçar no dia seguinte. Apesar de ter sido convidado por Igor, quem “fez sala” para mim foram seus pais enquanto Igor almoçava de pé, do lado de fora do quintal, onde ele gosta de comer.

4.2.2. Vitor

Vitor tem 19 anos e é natural de Pedreiras – MA. Ele vive no povoado Trindade junto com o Igor, seu irmão, sua irmã caçula e seus pais. Ao contrário de Igor, Vitor gosta muito de conversar e ele tem facilidade para se expressar oralmente. Algo que chama atenção é sua preocupação minuciosa com o uso correto das palavras, o que às vezes fica refletido em suas falas, ora beirando a formalidade, ora mais coloquiais.

Vitor teve uma curta experiência com o trabalho na agricultura, pois de acordo com seu pai ele não “levava jeito”. Ele prefere estudar e por esta razão pretende investir em uma carreira de docente, no campo da Filosofia. Visando a este objetivo, ele frequenta um cursinho pré-vestibular e aproveita para estudar no trabalho, quando não tem nada para fazer. Ele trabalha informalmente em um pequeno comércio de um tio como vendedor, por meio período, de segunda à sexta. Sua renda é 400 reais, também para uso pessoal. Assim como o irmão, ele possui uma moto que usa para se locomover até o trabalho e até o centro urbano de Pedreiras, onde costuma ir para encontrar os amigos.

Durante suas folgas, Vitor não costuma ficar na casa dos pais. Ele gosta de passar o tempo livre com os amigos vendo filmes e conversando. Quando não está com os amigos, ele

se dedica às atividades da igreja perto de sua casa, onde é coroinha. Ele também coordena um grupo virtual no WhatsApp dedicado aos assuntos da igreja.

Vitor planeja se mudar para a área urbana de Pedreiras ou para outra cidade, pois se identifica mais com o estilo de vida urbano. Para ele, há mais atividades de seu interesse na região urbana do que na área rural, assim como mais oportunidades profissionais.

4.2.3. Ruth

Ruth tem 14 anos e é natural de Pedreiras – MA. Ela vive em Santa Cantídia, povoado afastado do centro urbano do município. Durante a pesquisa, o acesso ao povoado foi bastante problemático porque não há asfalto ou mesmo estrada de terra para chegar até lá.

Ela vive com a mãe e o irmão caçula em uma pequena casa recém adquirida pela mãe (com ajuda de parentes e amigos) através do programa *Minha Casa Minha Vida*. Ela e sua mãe trabalham como agricultoras e toda a produção é para consumo próprio, exceto quando é realizada a Feira do Agricultor, uma vez ao mês, onde sua mãe leva alguns alimentos para vender.

Ruth tem uma rotina bastante atarefada: anda vários km para chegar à sua escola pela manhã; à tarde, colabora com a mãe em algum serviço doméstico, seja limpando a casa ou na cozinha (Figura 8); é babá de um primo; durante cerca de 1h a 2h por dia também ajuda na roça; esporadicamente, quando acontecem festejos religiosos nas proximidades ela vende salgados com sua madrinha. Em meio a isso tudo, ela consegue ter tempo para ficar com o namorado e ir aos fins de semana jogar bola com as amigas e tomar banho de rio.

Figura 8 – Cozinha da casa de Ruth

Fonte: o próprio autor

Ruth é uma menina tímida, mas sua maturidade em relação ao que se espera da sua idade fica evidente. Além de se virar para fazer vários trabalhos e estudar, Ruth não recebe ajuda financeira do pai que abandonou sua mãe e hoje vive em Brasília ou, quando recebe, é um valor ínfimo mesmo para elas que precisam sobreviver com uma renda mensal média de 450 reais.

De todas as famílias que participaram da pesquisa, a de Ruth é a que está em situação socioeconômica mais desfavorável. Mesmo diante das dificuldades, Ruth planeja estender seus estudos visando a uma carreira como Veterinária. Ela não tem vontade de se desvincular do campo, mas gostaria de ter mais condições para que ela, sua mãe e irmão pudessem ter mais qualidade de vida.

4.2.4. Janaína

Janaína tem 19 anos, é natural de Pedreiras – MA e mora no povoado de Santa Cantídia, no mesmo município. Em sua casa, moram ela, seu pai (viúvo da mãe dela) e sua madrasta. De domingo a domingo, Janaína trabalha durante a noite como cuidadora de uma idosa, no centro urbano de Pedreiras, e como agricultora na horta da família durante as manhãs, quando ajuda o seu pai. Durante as tardes ela aproveita para descansar. A horta onde eles trabalham fica situada no mesmo terreno da casa. No total, a propriedade tem 2,5 hectares.

Para se locomover diariamente até a casa da patroa, ela possui uma moto, pois no povoado onde mora não há transporte público. Esse trabalho serve para que ela complemente a renda da família, pois a maior parte dessa renda é oriunda da agricultura.

Hoje em dia, Janaína não dispõe de muito tempo para usufruir de atividades de lazer, pois a rotina de trabalho consome todo o seu tempo e energia. Às vezes ela encontra uma prima para dar uma volta e conversar.

4.2.5. Leonardo

Leonardo tem 24 anos e é natural do município de Tridizela do Vale – MA. Ele mora com a namorada no povoado de Santa Maria do Ricardo, dentro do mesmo município. Seu núcleo familiar é composto por ele, seu pai e seu irmão mais velho. Todos eles residem na mesma propriedade, mas cada um vive em uma casa separada dentro do mesmo terreno. Em sua casa, Leonardo mora com a namorada, que estava grávida de oito meses durante o período em que foi realizada a pesquisa. Em outra casa, mora o irmão com a esposa e, em uma casa maior mora o seu pai. Nesta casa maior, Leonardo e seu irmão já moraram, mas desde que começaram a namorar, seu pai decidiu construir duas pequenas casas para que eles tivessem mais privacidade e constituíssem núcleo familiar próprio.

Leonardo depende da renda oriunda da agricultura familiar, capitaneada pelo pai. Tanto ele quanto o irmão trabalham na mesma unidade de produção do pai, mas cada um dos irmãos tira uma renda própria do total obtido na unidade de produção familiar. Leonardo tem uma renda média que varia entre 400 a 800 reais, dependendo do mês.

Apesar de gostar de trabalhar com a agricultura, Leonardo pretende mudar de ramo. Seu plano é fazer uma faculdade para graduar-se em Pedagogia, pois tem o plano de se tornar professor. Ele almeja mudar de profissão tanto por motivos financeiros, para que possa garantir um futuro melhor para sua filha e para sua futura esposa, quanto por acreditar gostar de dar aula.

4.2.6. Joílson

Joílson tem 29 anos e é natural de Pedreiras – MA, onde mora com a esposa e o filho de 5 anos de idade, no povoado de Trindade. Ele tem Ensino Fundamental incompleto. Dentro da propriedade onde mora há quatro casas: a que Joílson mora; outra onde reside a família da sua irmã; outra onde moram os seus pais; em outra mora um tio. A propriedade da família de Joílson é a maior dentre as que visitamos: 12 hectares.

Joílson trabalha seis dias por semana, descansando apenas aos domingos. Ele levanta antes das 6h da manhã e retorna quando está anoitecendo. No terreno, trabalha ele e um irmão mais velho que vive no mesmo povoado, mas em outra propriedade. Ele não tem pretensão de mudar de ramo de atividade. Pelo contrário, Joílson pretende expandir o seu negócio e acredita que conseguirá superar os obstáculos que a falta de capital financeiro impõe à sua produtividade e à sua integridade física durante o trabalho. Para este fim, Joílson procura se manter informado das notícias relacionadas à agricultura e realiza buscas no YouTube à procura de aprendizados técnicos para sua produtividade.

Aos domingos, Joílson gosta de passar seu tempo com a família, dentro de casa, ou no máximo receber parentes e vizinhos em sua própria casa, pois procura descansar ao máximo para revigorar as energias para a semana de trabalho que se inicia no dia seguinte. Antes de se tornar pai, ele costumava sair para jogar futebol com amigos da vizinhança, mas hoje em dia o seu contato com o futebol se dá apenas através da televisão, quando ele se reúne com parentes e amigos para assistir à transmissão de jogos.

4.2.7. Kelma

Kelma tem 31 anos e é natural de Pedreiras – MA, onde mora com o Joílson e o filho do casal, no povoado de Trindade. Sua principal função em relação às atividades da família é cuidar da casa e do filho deles. Esporadicamente, ela ajuda na produção agrícola do marido realizando atividades menos pesadas, como amarrar cheiro-verde.

Ao longo do dia, Kelma limpa a casa, cozinha, lava louças, cuida do filho, lava e passa roupas, enfim, realiza todas as atividades de manutenção doméstica. Sua escolaridade é incompleta, mas ela quase concluiu o Ensino Médio, faltando apenas o último ano. Ela afirma que pretende, um dia, retomar os estudos escolares, que foram interrompidos quando engravidou. A depender da situação financeira da família no futuro, ela considera a possibilidade de trabalhar como vendedora no comércio varejista, pois é um tipo de emprego que, na visão dela, sempre há demanda. No entanto, Kelma gostaria de trabalhar como dentista, mas não tem planos concretos de cursar uma faculdade por enquanto.

Kelma não costuma sair de casa, a não ser quando precisa resolver algum assunto familiar, como ir até a região urbana do município para comprar medicamentos na farmácia. Durante o dia, quando está em casa trabalhando, costuma ouvir programas religiosos no rádio ou ouvir músicas de outros gêneros.

A tabela abaixo (Tabela 1) reúne os dados básicos de todos os informantes mencionados:

Tabela 1 – Dados básicos dos informantes

1. IGOR	IDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE
	17	Masculino	Solteiro	Médio Incompleto
	OCUPAÇÃO	RELIGIÃO	FILHOS	RENDA ²⁶
	Não-agrícola ²⁷	Católico	Não	R\$ 1.500
2. VITOR	IDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE
	19	Masculino	Solteiro	Médio Completo
	OCUPAÇÃO	RELIGIÃO	FILHOS	RENDA
	Não-agrícola	Católico	Não	R\$ 1.500
3. RUTH	IDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE
	14	Feminino	Solteira	Fundamental Incompleto
	OCUPAÇÃO	RELIGIÃO	FILHOS	RENDA
	Pluriatividade	Católica	Não	R\$ 400
4. JANAÍNA	IDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE
	19	Feminino	Solteira	Médio Incompleto
	OCUPAÇÃO	RELIGIÃO	FILHOS	RENDA
	Pluriatividade	Evangélica	1	R\$ 1.500
	IDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE

²⁶ A renda do membro melhor situado da família, de acordo com os critérios de Quadros e Antunes (2001). Este critério aplica-se à todos os informantes.

²⁷ Refere-se à ocupação somente dos informantes. Todas as famílias são da agricultura familiar.

5. LEONARDO	24	Masculino	Solteiro	Médio Incompleto
	OCUPAÇÃO	RELIGIÃO	FILHOS	RENDA
	Agrícola	Católica	1	R\$ 800,00

6. JOILSON	IDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE
	29	Masculino	Casado	Fundamental Incompleto
	OCUPAÇÃO	RELIGIÃO	FILHOS	RENDA
	Agrícola	Católica	1	R\$ 1.900

7. KELMA	IDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE
	31	Feminino	Casada	Médio Incompleto
	OCUPAÇÃO	RELIGIÃO	FILHOS	RENDA
	Agrícola	Católica	1	R\$ 1.900

Fonte: o próprio autor

4.3. ANÁLISE

4.3.1. Sociabilidade

4.3.1.1. Trabalho

Iniciamos a discussão deste tópico com um fato que chamou nossa atenção por tratar-se de um consenso entre todos os informantes: nenhum deles gostaria que seu filho ou filha continuasse trabalhando com a agricultura familiar. Dos sete selecionados, três já tem filhos, mas os quatro demais (Igor, Vitor, Janaina e Ruth), caso venham a ser pais ou mãe, também desejam que seus respectivos filhos adotem outro ramo de atividade. Alguns fatores que despontaram nos relatos dos informantes justificam esse posicionamento: o trabalho agrícola é muito pesado e cansativo; a renda oriunda da produção familiar não é suficientemente satisfatória em relação ao projeto de futuro que eles vislumbram para os filhos. Há uma queixa

recorrente de que o trabalho é demasiadamente desgastante ao passo que o lucro mensal é instável devido às incertezas em relação à produtividade e à venda dos alimentos.

Um dos aspectos inerentes à agricultura é a susceptibilidade deste setor de atividade às leis da natureza, como as variações climáticas, o aparecimento de pragas, as condições do solo etc. Produtores de maior porte tentam driblar essas intempéries através do investimento do seu capital econômico em maquinários e outros recursos, como estufas, sistemas de irrigação mais sofisticados e variados tipos de agrotóxicos, muito embora não consigam ter o controle de todas as variáveis envolvidas no ciclo produtivo dos alimentos, fazendo valer, ainda hoje, o apontamento de Marx acerca do descompasso entre tempo de produção e tempo de trabalho como um dos principais obstáculos para a penetração total do capital na agricultura (SCHNEIDER, 2009, p. 43).

Se, mesmo para os grandes produtores, há empecilhos em certas esferas da agricultura, não é difícil constatar que as famílias dos nossos informantes, todas consideradas pequenas produtoras, enfrentam dificuldades rotineiras que impõem obstáculos à sua produtividade. Para além do sol penetrante e do calor intenso na maior parte do ano ou das fortes chuvas predominantes no inverno maranhense, nenhuma destas famílias dispõe de máquinas agrícolas, nem sistemas sofisticados de irrigação ou estufas. O trabalho é totalmente manual, sem contratação formal de terceiros e depende diretamente da disponibilidade deles para o trabalho, como aponta essa fala de Joilson: “Tem vez que o serviço é muito ruim de fazer (...) a gente fica cansado. Não tá podendo ir, tem que ir porque tem que fazer e não tem quem mande”.

Raimunda, mãe da nossa informante Ruth, expressa urgência em relatar as dificuldades que enfrentam em relação à produtividade na pequena horta situada aos fundos de sua residência. Além da falta de poder aquisitivo para comprar veneno, ela relata uma dificuldade em relação à fertilização do solo devido à falta de capital econômico para adquirir insumos e ao desgaste do solo em seu terreno:

O nosso terreninho que nós tem aqui já tá muito tempo. Desde quando a gente nasceu é muito tempo trabalhando nele então a terra tá cansada. Você planta, planta e não dá. Aí agora a gente tá fazendo assim, deixando um pedaço de trabalhar no local e deixa aquele outro descansar um pouco pra poder continuar de novo porque senão a gente não tira nada. (...) Meu pai tem setenta e cinco ano e eu já tenho quarenta e oito trabalhando nessa terra... desde os sete anos que eu me entendo por gente é trabalhando todo o tempo, e ele já trabalhava. Aí hoje o terreno tá muito cansado, então nós tamo fazendo assim, nós tamo deixando um pedaço ali descansar, botando uns remédio, botando uns estrume, levando uns estrume, espalhando nele, botando um calcário pra dar uma descansada pra gente poder cuidar, porque se ficar só plantando direto todo tempo, todo tempo, todo tempo só naquele lugar ali não tá dando (RAIMUNDA).

Além desses obstáculos, Joilson também fala de um descaso por parte dos representantes políticos do seu município e do estado federativo em relação às políticas públicas voltadas aos agricultores familiares locais, a despeito das potencialidades que ele afirma haver no município de Pedreiras em relação à produtividade agrícola. “É uma cidade boa de você vender tudo. Tudo que você tem no campo você leva pra Pedreiras você vende. É muito boa pra negócio. Falta mais mesmo só ajuda do prefeito, vereador, de tudo, pra fazer, ajudar”. Por outro lado, ele ressalta que, em gestão anterior, políticas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) eram mais acionadas para beneficiar os agricultores familiares locais.

O dinheiro da merenda escolar pro povo do campo já vem descontado na conta da prefeitura, já vem todinho, trezentos mil, mas cadê? Eles não chega a liberar esse dinheiro pro trabalhador. Isso daí eles comem lá eles mesmo, o prefeito, eles pega mais essas merendas mesmo que é bolacha, biscoito, essas coisas... Nescau... não investe tanto no campo, e essa merenda era pra vir o dinheiro pra nós produtor, lavrador (JOILSON).

Não procuramos investigar a exatidão dos dados mencionados por Joilson, mas cabe ressaltar que essa insatisfação em relação à gestão de políticas públicas para a agricultura familiar surgiu espontaneamente durante as entrevistas, reforçando a noção de que as políticas públicas voltadas aos agricultores familiares tem um alcance limitado no país (GRISA; PORTO, 2015) ou que tendem a não beneficiar efetivamente os pequenos agricultores (AQUINO; SCHNEIDER, 2015). Ao longo dos primeiros 9 anos desde a implantação do PAA no país, entre 2003 a 2012, a aplicação de recursos do programa, em geral, crescia anualmente, como analisam Grisa e Porto (2015). Mesmo assim, até aquele ano o programa só alcançava 4,2% dos agricultores familiares do país.

De todos os nossos informantes, somente Joilson e Leonardo pretendem continuar trabalhando com a agricultura no futuro. Ambos planejam expandir a sua produção, se possível. É interessante destacar que, entre os informantes que trabalham com a agricultura, as que desejam ou planejam mais concretamente trabalhar com outra atividade no futuro são mulheres. Nenhuma das mulheres pretende, por opção, continuar trabalhando com a agricultura, ao contrário dos homens. Essa divisão de tarefas entre homens e mulheres é uma característica marcante da tradição de reprodução familiar do campesinato. O trabalho braçal, pesado, geralmente é atribuição dos homens, enquanto as mulheres são mais estimuladas a cuidar do lar e dos filhos ou a estudar para seguir outra carreira. Para Kelma, por exemplo, seria mais provável que uma mulher vinda da cidade se adaptasse à vida no campo do que um homem na mesma situação, porque o homem vindo da cidade provavelmente não estaria acostumado a um

serviço tão exaustivo como o da agricultura e esta seria a opção de subsistência financeira para ele. Já para a mulher haveria a possibilidade de encontrar outro tipo de serviço ou ficar cuidando da casa. A visão de Ruth alinha-se à percepção de Kelma quando ela diz que o homem da cidade não se adaptaria ao campo porque “não teria costume de trabalhar no sol e não ia achar... ia achar mais ruim porque na cidade era só andando no asfaltozinho, de tênis, calça e sapato”.

Isso chamou nossa atenção porque reforça a idéia de que o campo é definido pela atividade agrícola e na cidade haveria outras possibilidades. Em nossa discussão teórica, concordamos com Schneider (2009) quando ele afirma que o rural não pode mais ser definido unicamente por sua atividade econômica agrícola. No entanto, entre os nossos informantes persiste a noção de que no campo só há a agricultura como opção, enquanto na cidade tem vários tipos de serviço, como reforça Igor: “As vantagens da cidade só é serviço mesmo. Tem serviço bom. (No campo) não tem muito não. Tem, mas é mais pesado o serviço daqui”.

Obviamente, não há como mensurar até que ponto essa ideia se trata da reprodução de uma representação simbólica dominante sobre o campo e até que ponto é reflexo da própria realidade material que eles vivenciam. De acordo com as informações que trouxemos acerca da economia de Pedreiras, os serviços primários não são os que mais movimentam a economia desses municípios. No entanto, nas imediações dos povoados que visitamos é rara a presença de comércios de outros tipos de bens e serviços, o que remete à discussão sobre as limitações dos critérios institucionais adotados para definir as áreas rurais e urbanas desses municípios (WANDERLEY, 2009). Os nossos informantes habitam povoados relativamente isolados, mas espacialmente pouco afastados dos centros urbanos dos municípios que visitamos, mas que ainda são considerados pertencentes aos mesmos dois municípios. No entanto, eles referem-se aos centros urbanos destes municípios como um outro lugar, a cidade, a “rua”, mesmo nos casos em que a distância física entre suas residências e o centro urbano do município seja menos de 5 km.

A falta de acesso a serviços públicos como hospitais, escolas, e a ausência de asfalto e de transporte público nesses povoados, muitas vezes menos distantes fisicamente dos centros urbanos de ambos os municípios do que certos bairros de áreas urbanas (os quais dispõem desses serviços) indica que estamos tratando de um isolamento muito mais social do que geográfico. Entretanto, como apontamos na discussão teórica, se o espaço é socialmente produzido (LEFEBVRE, 2013), ele está atravessado por relações de poder, por hierarquias sociais. Assim, se a dominação capitalista opera através da produção ou apropriação de espaços sociais, as exclusões sociais decorrentes dessa dominação podem também ser entendidas em termos do acesso (ou da falta de acesso) a estes espaços. Em um mesmo território socialmente

demarcado, podem haver diversos espaços (LOPES, 2018). Na realidade dos nossos informantes, os espaços onde são oferecidos certos bens básicos de consumo (como medicamentos e roupas) e de serviço (atendimento hospitalar, transporte público, ensino escolar) se situam, quase que exclusivamente, nas áreas urbanas de Pedreiras, conforme observamos ao longo da pesquisa de campo.

Como já demonstramos, a economia de Pedreiras não depende mais da agricultura. Ela é majoritariamente movimentada pelo setor comercial urbano e pelo setor industrial, enquanto o papel da agricultura é secundário. Quando fomos à sede da prefeitura para pedirmos indicações de agricultores familiares fomos muito bem recebidos e, quando Rodrigo, o engenheiro agrônomo que trabalha lá, nos levou até um dos povoados e nos introduziu a uma das famílias, pudemos notar que havia um certo grau de intimidade entre Rodrigo e as pessoas daquela família, devido ao seu trabalho como instrutor de agroecologia nesses povoados. No entanto, entre os nossos informantes foram recorrentes queixas sobre a periodicidade em que estas visitas são feitas, o que mostra que há um interesse, entre eles, em aprender maneiras de melhorar sua produtividade, de forma ecológica. Em relação a uma das famílias do povoado de Trindade, Rodrigo nos explicou que há maneiras de melhorar a fertilidade do solo com pouco custo financeiro, por exemplo, mas eles não sabiam como fazê-lo.

Como a história do capitalismo nos demonstra, aquilo que não serve aos interesses do Estado e do capital é simplesmente ignorado. Se a força de trabalho dos agricultores camponeses não tem serventia para o poder público de Pedreiras, pois sua economia depende majoritariamente do setor comercial urbano e industrial, a tendência é que essa força de trabalho não seja fomentada ou incorporada devidamente ao sistema econômico do município. Isso explica porque os nossos informantes reclamam da ausência de aconselhamento técnico, da ausência da destinação de verbas para otimização da produção e da falta de execução das políticas públicas já existentes. Isso também demonstra porque os espaços valorizados pelo poder público municipal e pelo capital, estão situados nas áreas urbanas de Pedreiras.

Sabendo das potencialidades educativas das tecnologias digitais de comunicação, procuramos investigar se os nossos informantes faziam uso de *smartphones*, computadores ou outros dispositivos de acesso à Internet para aprenderem técnicas para melhorar sua produtividade, seja através de pesquisas em sites de busca ou de vídeos no YouTube. Com exceção de Joilson, nenhum deles as utiliza para este fim, mas o exemplo de Joilson demonstra o *potencial* que a mídia tem nesse sentido:

Eu gosto de pesquisar também, quando eu tô à noite, é no celular pela internet... a plantação de alface, de algum canteiro, na hora que a gente bota

vem tudo, né? O adubo que eles usam. Eles usam mais é o esterco de galinha, esterco de gado. É o caro que eles bota, pra misturar com a terra (JOILSON).

Uma das potencialidades da globalização é a auto-comunicação, termo que Castells (2009) usa para se referir à possibilidade de grupos socialmente excluídos se apropriarem das tecnologias visando à reparação dos danos sociais a eles infligidos. A

Dos informantes selecionados, 3 trabalham exclusivamente com agricultura: Kelma, Joilson (marido de Kelma) e Leonardo. Kelma, no entanto, não trabalha na lavoura o dia inteiro, pois dedica-se ao filho pequeno do casal e aos cuidados domésticos. Ela contribui amarrando cheiro-verde e faz serviços mais leves na roça, sendo o tempo total dedicado à agricultura cerca de 2 horas por dia. Joilson, por sua vez, acorda antes de o sol raiar, por volta das 5h, e passa o dia na lavoura, até o anoitecer. O terreno onde ele trabalha não é o mesmo que fica no quintal da casa deles, mas fica a uma distância próxima para ir a pé. Neste terreno ele trabalha com um irmão e eles plantam cheiro-verde, coentro, cebola, alface, milho, macaxeira e banana tanto para consumo próprio quanto para venda a um supermercado.

Assim como Kelma e Joilson em relação aos pais, Leonardo também mora com a esposa no mesmo terreno, mas em uma casinha à parte. O terreno onde Leonardo mora é dividido com o irmão e respectiva esposa e com o pai. São três casas dispostas lado a lado e todos trabalham juntos na lavoura da família, onde plantam legumes, hortaliças e frutas. Assim como os demais informantes, Leonardo associa o campo à atividade agrícola. Para ele, torna-se mais fácil trabalhar com a agricultura quanto maior for a condição financeira da pessoa. “Depende dela ter dinheiro pra investir, aí ela ajeitaria ligeiro. O cara ajeita bem a terra pra ele conseguir morar mesmo. Investir em máquina, essas coisas” (LEONARDO). Para ele, alguém com menos condição financeira que fosse começar a trabalhar com a agricultura demoraria mais para adaptar-se, mas conseguiria, mesmo considerando o serviço difícil no sentido de cansativo e pesado, mas fácil de aprender.

Ruth e Janaína trabalham com serviços agrícolas e não-agrícolas, caracterizando a presença da pluriatividade na agricultura familiar. Schneider (2009) defende que, para que uma família possa ser colocada na categoria agricultura familiar, a sua renda principal deve advir da produção agrícola, mesmo que alguns de seus membros trabalhem em serviços não-agrícolas, o que é o caso dessas duas informantes.

Janaína trabalha na área urbana de Pedreiras como cuidadora de uma idosa, durante o turno da noite, de domingo a domingo. Ela começa no início da noite, dorme no mesmo quarto que a idosa e, pela manhã, ajuda o pai na horta quando chega em sua casa. Todos os dias ela faz o traslado entre sua casa e a casa da patroa com uma moto própria, pois o povoado de Santa

Cantídia é inacessível a ônibus e impróprio para carros, especialmente em períodos chuvosos, uma vez que não há asfalto e a estrada de terra é extremamente irregular e improvisada sobre uma areia fofa. No turno da tarde, após a ajudar o pai, ela descansa para estar pronta para o trabalho novamente à noite.

Embora não trabalhe exclusivamente com a agricultura e planeje outro tipo de atividade no futuro, Ruth não desvincula-se totalmente da tradição da família quando diz que sonha em seguir uma carreira de médica veterinária, comprar uma fazenda e permanecer no campo. Ela afirma ainda que, caso tenha filhos, proporcionará uma experiência tanto em relação ao trabalho da família na agricultura quanto em relação aos “trabalhos da cidade”, para que eles mesmos escolham qual caminho seguir. Ao chegar da escola à tarde, Ruth ajuda sua mãe a “aguar plantas” diariamente durante 1 hora, além de dividir com ela as tarefas domésticas. Ruth afirma gostar do trabalho na roça, apesar de ter outras ambições profissionais. Para dar conta de suas despesas pessoais e diminuir os gastos da mãe, ela também trabalha informalmente para um tio como babá do seu primo ao longo da semana e, esporadicamente, sai com a madrinha para vender caldos.

Entre os informantes que selecionamos, somente 2 trabalham em serviços exclusivamente não-agrícolas: os irmãos Vitor e Igor. Eles no, entanto, compõem a categoria agricultura familiar porque a renda principal de suas famílias origina-se desta atividade. Igor trabalha como ajudante de pedreiro em obras dentro do povoado de Trindade, onde reside, no município de Pedreiras. Por não ser um trabalho fixo, quando está sem serviço ele ainda ajuda o pai a roçar juquirá, capinar, fazer cercas etc. Essa ajuda, no entanto, é esporádica, por isso não consideramos que Igor esteja trabalhando com a agricultura. Ele, no entanto, ajudava o pai desde a infância na produção agrícola da família, ao contrário de seu irmão, Vitor. Além de trabalhar como ajudante de pedreiro, durante à noite Igor vai à escola em uma turma voltada para alunos que trabalham durante o dia.

Vitor é o único dos nossos informantes que teve pouco contato com a agricultura. Durante a sua infância, o pai tentou ensiná-lo, mas afirma ter perdido a paciência porque ele “não levava jeito”. Em troca de não precisar trabalhar, o pai de Vitor exigiu que ele se dedicasse mais aos estudos, porque para isso ele tinha facilidade. Ainda hoje, seus planos estão estruturados a partir dos estudos, pois ele pretende seguir carreira como professor de Filosofia e planeja, ainda, se mudar para uma “cidade grande”, não só porque vislumbra mais oportunidades de trabalho como tem preferência pessoal por lugares mais urbanizados. Atualmente Vitor, em dias úteis, trabalha informalmente como atendente em uma loja do seu

tio na área urbana de Pedreiras, em jornada integral. Quando o movimento da loja está fraco, durante o expediente ele aproveita para estudar para o vestibular.

Outro ponto a ser destacado é o fato de os informantes afirmarem que a maior concorrência que suas famílias tem são outras famílias de pequenos produtores. De acordo com eles, o agronegócio ainda não se instalou nos municípios e eles, em geral, encaram uma possível vinda de grandes produtores como algo negativo. Apenas Joílson menciona que há, atualmente, uma concorrência entre agricultores familiares e grandes produtores, embora Raimunda, mãe de Ruth, faça uma crítica à possibilidade de instalação de grandes produtores futuramente na região. No caso mencionado por Joilson, trata-se de um dono de um grande supermercado na região que possui grandes propriedades perto da capital São Luís e, como produz em larga escala, fornece ao próprio supermercado e a outros supermercados do município de Pedreiras. Joílson menciona, ainda, que há supermercados que recebem cargas vindas de outros estados, como o Ceará, e que acabam vendendo a preços menores por fornecerem em larga escala.

Tanto Ruth quanto sua mãe, Raimunda, associam o termo *modernização* a melhorias das condições de trabalho, produtividade e implementação de políticas públicas. No entanto, quando Raimunda é questionada diretamente, sem associação com o termo, sobre um dos aspectos da modernização da agricultura, a instalação de grandes produtores e indústrias do agronegócio no campo (SCHNEIDER, 2003), ela diz enxergá-lo de maneira negativa.

Pra nós aqui seria ruim. Porque nós tem nosso (rio) Mearim bem aí e a gente banha, bebe tudo dele. Aí se esses grande produtor vierem plantar soja aqui, eles não derrama esses venenos não é de avião? Ia matar nosso rio e nós também. Se vier isso pra cá vai ficar muito perigoso... pra nós, porque todo mundo aqui sobrevive aqui desse rio (RAIMUNDA).

Ela mostra-se aliviada pelo fato de não haver planos para instalação de indústrias agrícolas em sua região. Baseando-se nas experiências de algumas colegas agricultoras de outras regiões, ela enxerga negativamente esse processo:

Nas redondezas aí já tem, mas a gente aqui ainda não ouviu falar nenhum com esses projetos doido pra vir pra cá. Graças a Deus ainda não. Mas tem muitos interior... a gente teve um encontro de mulheres agora em novembro lá em São Luís (capital do estado) e tem muitos lá que já tão chegando. Aí derrubando palmeira, derrubando tudo, tirando o povo que mora nas terra, botando todo mundo pra sair. Tomando as terra tudo dos apossado e derrubando e fazendo grandes plantações. Teve muito relato disso. Muito, muito mesmo, as mulherada falando. Nessas região. Muito, muito relato. Derrubando as palmeira, derrubando tudo. Não respeitam ninguém (RAIMUNDA).

Essa preocupação com os agrotóxicos não foi expressa somente por Raimunda. Janaína nos informa que, na Feira do Agricultor que acontece mensalmente no município de Pedreiras,

os clientes interessam-se em saber se os alimentos vendidos tem agrotóxico e que há uma conscientização grande entre a população do município a este respeito. Ela menciona, ainda, que algumas famílias vindas da capital São Luis, preocupadas em ter uma alimentação mais natural, compram terrenos em Pedreiras a fim de cultivarem os seus alimentos para consumo próprio.

Como pontua Wanderley (2003), o campesinato tradicional precisou se adaptar à modernização das condições de produção agrícola dentro do sistema capitalista, portanto o agricultor familiar não é um ator inventado pelo Estado capitalista moderno. Enquanto esse agricultor herda das gerações passadas o conhecimento acerca da produção, ele precisa se atualizar em relação às novas técnicas de produção, ou seja, precisa de um instrutor habilitado para que possa acompanhar as demandas de produção dentro da lógica de mercado. Durante o período em que realizamos a pesquisa de campo, vimos isso acontecer timidamente. Como pontuamos anteriormente, um engenheiro agrônomo da Prefeitura Municipal de Pedreiras nos ofereceu ajuda para encontrarmos jovens com o perfil que procurávamos. No município, este profissional recebeu a atribuição de ensinar técnicas para otimização da produção sob as condições climáticas específicas do município: em relação ao uso de agrotóxicos, otimização da fertilização do solo etc.

Entretanto, nossos informantes reclamaram da baixa frequência em que esses cursos ocorrem. O próprio profissional da prefeitura nos contou que não visitava essas famílias há mais de dois meses, devido à quantidade de atribuições que recebe enquanto funcionário da Prefeitura, portanto não tinha tempo para realizar as visitas.

Como apontado na revisão bibliográfica que realizamos para contextualizar o papel da agricultura na economia de Pedreiras, a economia do município é, hoje, predominantemente urbana (BARBOSA, 2003). No entanto, a lavoura permanente e a lavoura temporária ainda são fundamentais para a economia do município, de acordo com

4.3.1.2. Lazer

Um apontamento que se mostrou marcante foi o fato de 4 dos 7 jovens acreditarem que as pessoas que vivem no campo têm mais tempo livre que as que vivem na cidade. Isso, para eles, justifica-se porque quem vive no campo geralmente trabalha com a agricultura e faz seus próprios horários, e quem vive na cidade geralmente trabalha com carteira assinada e deve cumprir jornadas integrais mais rígidas, além de perderem tempo no trânsito. Há, ainda, uma divergência de idéias em relação a um aspecto: 4 deles acreditam que a cidade oferece mais

opções de lazer e 3 acham que no campo há mais opções. Mesmo assim, o motivo pelo qual 6 deles costumam ir à cidade não é em função do lazer, com exceção de Vitor.

Outro aspecto comum a quase todos é o fato de 6 dos 7 jovens frequentarem a igreja, com exceção é Janaína, que afirma que só não frequenta atualmente porque as missas acontecem durante à noite quando ela está trabalhando. A religião, portanto, é ainda bastante presente na vida desses jovens, especialmente na de Vitor, que é coroinha de uma igreja católica do povoado. Vitor gasta o tempo livre assistindo a filmes com os amigos, através da plataforma de *streaming* Netflix, cuja conta de assinatura é conjunta entre eles. Como não há cinema em seu município, ele e os amigos realizam essas sessões de filmes cerca de duas vezes ao mês. Quando não assistem a filmes, eles vão aos “festejos dos padroeiros” que acontecem em diferentes comunidades da região, de duas a três vezes ao mês.

Ruth utiliza o tempo livre para ir com o namorado a um bar situado no bairro onde moram, jogar futebol com as amigas do povoado aos sábados e domingos e tomar banho de rio também aos fins de semana. Além dela, mais 4 dos 7 jovens costumam realizar atividades de lazer com vizinhos, com exceção dos irmãos Igor, que passa a maior parte do tempo livre assistindo a filmes e séries com a namorada e Vitor, que vai para a cidade encontrar os amigos. É interessante ressaltar que é frequente que muitos dos vizinhos desses jovens tem algum grau de parentesco com eles.

Janaína afirma que hoje em dia não tem mais tempo livre para lazer, pois o único período em que não está trabalhando, à tarde, ela usa para descansar. Quando tinha mais tempo livre ela gostava de sair com parentes (que são seus vizinhos) para ir comer.

Leonardo usa o tempo livre para jogar futebol e ir ao bar com amigos da vizinhança no povoado. Ele conta que, antes, ia uma vez ao mês à cidade para ir à balada com os amigos, mas hoje vai em uma média de uma vez a cada quatro meses, pois tem mais responsabilidades.

Joílson e Kelma costumam passar o tempo livre com o filho em casa, seja conversando no quintal com os familiares que moram no mesmo terreno e vizinhos, ou assistindo à televisão juntos. Joílson gosta de jogar futebol e Kelma gosta de ir assistir. Aos domingos, Joílson gosta de receber amigos em casa para assistirem ao jogo de futebol na televisão e comerem juntos. Ambos são os únicos entre os nossos informantes que fazem mais atividades de lazer com a família que com os amigos. Os demais usufruem do lazer mais com amigos e namoradas ou namorados.

4.3.1.3. Família

Segundo Silverstone (2005), a família pode ser analisada a partir da dinâmica das interações entre seus membros. Essa dinâmica é expressa através dos objetivos em comum, das “regras e rotinas, conflitos e tensões” (SILVERSTONE, 2005, p. 104, tradução livre). Para o autor, a maneira como os sujeitos se relacionam com as tecnologias domésticas e explicam o papel delas em suas vidas é reflexo das dinâmicas da família. Por esta razão, procuramos entender como funcionam as dinâmicas familiares dos informantes.

Igor passa pouco tempo em casa. Nas vezes em que estivemos lá durante o dia, ele e seu irmão tinham ido ao trabalho. Eles costumam chegar em horários parecidos, por volta das 18:30h. Cada um tem uma moto para se locomover. Durante o horário do almoço, o pai de Igor, Leonidas, gosta de assistir a desenhos animados para relaxar. Ao contrário do filho, ele gosta muito de conversar e, em uma conversa que tivemos com ele, comentou que desde quando os meninos (Igor e Vitor) eram crianças ensinou-os a ganhar o próprio dinheiro incentivando-os a se oferecerem para ajudar o tio em algo em troca de dois reais, por exemplo, para não se acostumarem a ficar pedindo ao pai. Ele revelou, ainda, que gostaria que um dos seus filhos tocasse o negócio da família, mas que nem sempre é isso o que acontece,

porque hoje os pais facilita muito pros filho. Vamo supor que hoje eu tenho condição pra ta toda hora dando o que ele quer. Não posso. Eu trabalho pra manter a casa, dá pra vestir, comer, tem um dinheirinho pra uma merenda, mas eu vou dar toda hora pra tu “esfarrear”? Não! (LEONIDAS)

Seguindo a tradição de reprodução familiar na agricultura, Leonidas procurou ensinar o trabalho aos filhos desde quando eles eram crianças, mas conta que teve problemas com Vitor nesse sentido.

Comecei com ele no campo, aí eu levava pro campo aí ele fazia mais raiva do que trabalhava, aí eu disse "não, não vai dar certo não". Eu disse "não, fica em casa mesmo. Tu é melhor em casa do que perto de mim". E lá ele ia ficar sem fazer nada, fazendo serviço mal feito. Aí eu disse "vai estudar. Agora também se no final do ano você não passar você tá no castigo". Você quer estudar você estude, agora se você não passar no final do ano você pode ter certeza que vai ter castigo (LEONIDAS).

Ele explica que sempre se preocupou em ensinar aos filhos o serviço na agricultura porque muitas vezes, mesmo quem estuda e faz faculdade, por exemplo, fica desempregado. Para ele, quem não tem capital social e econômico para montar um negócio não consegue e acaba tendo que voltar ao campo para trabalhar na agricultura porque não conseguiu emprego.

Se você mora aqui no campo você tem que aprender no campo também, porque mesmo que você se forme você pode fazer uma faculdade, aí você fica aqui ó, aí pra você conseguir... hoje o nível de emprego tá muito pouco. Você

sabe que hoje é milhões de desempregados, o cara tá desempregado, formado, com faculdade e não tem emprego. E pra aquele que tá chegando? Hoje não adianta você fazer uma faculdade se o seu pai não tiver gabarito pra montar um escritório pra você, dependendo caso. Um advogado, um consultório médico, veterinário... se o pai não tiver ele vai ficar batendo na porta caçando emprego, que nem muitos que tem aqui. Eu conheço é muito pessoa que termina os estudos, se forma e tá aqui também do mesmo jeito no interior (LEONIDAS)

Vitor, no entanto, mostra-se confiante que vai conseguir obter sua subsistência financeira como professor de Filosofia. No caso de todos os informantes, seus pais os incentivaram a estudar para terem outra opção, ao mesmo tempo em que ensinaram como trabalhar na agricultura como forma de garantia. Há, entre as famílias, uma noção de que a agricultura é o alicerce sobre o qual seus projetos de vida serão construídos, tanto em termos de subsistência quanto como um “quesito obrigatório” que só torna-se opcional quando os jovens forem adolescentes ou adultos.

Como afirma Bourdieu (2008, p. 55), “o poder econômico é, antes de tudo, o poder de colocar a necessidade econômica à distância”. Para as famílias desses jovens esse poder é minado pelas necessidades econômicas, que são a “ordem do dia”.

Quando se trata das atividades escolares, Raimunda, mãe de Ruth, é categórica quanto à importância dos estudos e a pilha de livros usados na sala de estar/refeições, os quais ela faz questão que seus filhos leiam, demonstra isso. Ruth reitera a colocação de Raimunda ao comentar que o assunto recorrente nas conversas com sua mãe é “mais sobre a escola” e que o conselho mais frequente de sua mãe é que ela “estude bastante. (...) Estudar muito pra mim ser alguma coisa na vida”.

Assim como Igor, Vitor e Ruth, Janaína também menciona que os assuntos mais recorrentes entre ela e seu pai são em torno de projetos profissionais e, quando ela estudava, da escola. Ela se diz arrependida de não ter ouvido os conselhos do pai quando frequentava a escola, mas explica que na época só pensava em namorar e não queria ouvir o pai. Os 3 demais informantes não chegaram a detalhar o teor dos diálogos que costumam ou costumavam ter com seus pais.

A centralidade das questões de ordem pragmática no relacionamento entre é exemplo do que Bourdieu (1983) define como a expressão, através de preferências sistemáticas, das condições de existência e necessidades objetivas que são produtos do *habitus*. O *habitus* não é apenas expressão do capital econômico, mas também dos capitais cultural e social, pois os capitais são interdependentes, exercendo pressões uns sobre os outros. A prioridade em relação à carreira dos dois jovens está associada a uma preocupação com a manutenção das

necessidades econômicas necessárias à sua sobrevivência, mas isso é mais uma expressão de sua posição de classe enquanto conjunto dos três capitais do que produto específico de sua condição financeira, pois como pontua Williams (2013), não há como separar as estruturas sociais inscritas nas práticas dos sujeitos.

Para Williams (2013) a hegemonia das forças dominantes nas sociedades capitalistas é também (mas não exclusivamente) operada através da cultura e pode ser observada nas práticas reproduzidas pré-reflexivamente a partir do *habitus* (BOURDIEU, 1983). Essa concepção não desconsidera a capacidade de reflexão dos indivíduos, mas enfatiza a dimensão de sua sujeição à lógica da igualdade de oportunidades estimulada pelo sistema capitalista. Enquanto, por exemplo, os pais de Vitor consideram natural e até fundamental a tradição de casar, constituir família e estabelecer raízes em uma localidade, o jovem demonstra dar menos prioridade a isso ao contar que, para os seus pais, ele tem:

...em primeiro lugar, que me fincar em algum lugar. No caso, formar, constituir família, namorar, casar, essas coisas assim. Eles acham que é fundamental. Pra mim já não é tanto. Seria 50%. Caso aconteça eu aceito, mas não é minha perspectiva de vida.

A princípio essa divergência entre Vitor e seus pais poderia ser explicada pela diferença geracional entre eles, mas esse argumento por si só não dá conta de explicar porque Igor, irmão de Vitor, não só compartilha dessa idéia dos pais como planeja colocá-la em prática. Uma inferência mais evidente reside na relação entre esse posicionamento de Vitor e seu capital cultural acumulado. Diferentemente dos irmãos e dos pais, Vitor foi o único membro da família que concluiu o Ensino Médio e continua estudando para o vestibular desde então, enquanto a escolaridade dos demais vai até o Ensino Fundamental. Enquanto essa provável relação pode ser estabelecida, não podemos desconsiderar outros possíveis fatores como a socialização de Vitor com os amigos fora da escola ou sua relação com os meios de comunicação, por exemplo.

Joilson e Kelma moram em uma casinha com seu filho pequeno no terreno compartilhado com outros membros da família. É interessante que, quase todas as noites, vários membros da família reúnem-se para amarrar cheiro-verde na casa do casal: a irmã de Joilson (mãe de Vitor e Igor), sua mãe, seu pai, a sobrinha e um casal de tios que moram no mesmo terreno.

4.3.1.4. Escola

No período em que realizamos a pesquisa de campo os nossos informantes que ainda frequentam a escola estavam de férias, portanto a observação não foi realizada *in loco* para esta

categoria empírica. Através das entrevistas, procuramos compreender: até que ponto os estudos escolares desses jovens desdobraram-se em seus projetos de vida profissional; como eles qualificam a experiência escolar em relação ao ensino, aos professores e aos colegas; quais suas percepções sobre o sistema público escolar em termos de acesso, infraestrutura e de qualidade de ensino; que possíveis diferenças (se houver) eles enxergam entre o campo e a cidade em relação aos aspectos mencionados.

Como consta nos perfis apresentados, apenas 1 dos nossos informantes (Vitor) concluiu o Ensino Médio, enquanto outros 4 (Janaína, Leonardo, Joilson e Kelma) abandonaram os estudos. 2 deles ainda estão em fase escolar com a pretensão de concluírem (Ruth e Igor). De acordo com Laís, professora de uma escola pública situada no povoado de Santa Cantídia, município de Pedreiras, há um marcante desinteresse por parte dos alunos e dos seus pais em relação aos estudos e, para ela, isto se deve à falta de infraestrutura das escolas públicas da região.

Ela relata que, mesmo estando na quinta série do Ensino Fundamental, a maioria dos alunos ainda não sabia ler, devido ao que ela atribui a um ensino primário deficiente. Por conta disso, ela relata ser impossível dar conta do conteúdo proposto pelo Ministério da Educação (MEC) para as séries nas quais ela dá aula. Outro fator apontado pela professora é o fato de os pais incentivarem esses jovens mais a trabalhar nas atividades agrícolas da família do que a ir à escola. Entretanto, pelo menos nos relatos dos nossos informantes e dos pais que foram entrevistados, esse desinteresse dos pais pelos estudos dos filhos não foi explicitado. Todos os jovens afirmam terem tido incentivo dos pais e que o motivo do abandono escolar se deve a um desinteresse deles próprios.

Vitor demonstra estar em concordância com a professora Laís quando descreve as escolas da região: “As escolas tão caindo, os forros tão caindo, quando tem forro. Quando não, só é aquele ventiladorzinho de teto, então é péssimo as escolas municipais”.

Seja quais forem os motivos do abandono escolar, uma dificuldade que se observou diz respeito ao acesso de alguns desses jovens às escolas em termos de deslocamento espacial. Ruth relata que a distância até sua escola é grande e que não há uma estrada pavimentada sobre a qual ela possa andar para chegar até lá. “Lá (na cidade) tem mais acesso. Na região só tem uma escola”, ela diz. Mesmo assim, a jovem ressalta que pretende ir adiante com os estudos até obter sua formação escolar. Nas palavras dela, os estudos são importantes porque “são a única herança que os pais da gente tem pra deixar pra gente e se a gente não tiver o estudo não tem nada, porque agora até pra varrer rua tem que ter o Ensino Médio completo. Se não tiver não varre rua”.

Quanto à socialização com os colegas fora do ambiente da escola, todos os informantes demonstram desinteresse em relação aos colegas de turma, embora Vitor seja amigo de alunos de outras turmas que também frequentam a igreja onde ele é coroinha. Já as amizades de Ruth, Leonardo, Janaína, Igor, Joilson e Kelma restringem-se à sua vizinhança. Enquanto a distância em relação à sua escola é apontada por Ruth como principal motivo para que ela não encontre seus colegas fora do horário de aulas, para Vitor isso se deve ao fato de que a maioria de seus colegas de turma o discriminava devido, de acordo com ele, ao fato de ele não ter “expectativas de casar e estabelecer vínculos”. Ele conta que tal desinteresse levou os colegas a apelida-lo de “viado” em tom de provocação, associando falta de interesse em relacionamentos conjugais a uma orientação sexual homossexual, vista negativamente por eles, mas Vitor ao mesmo tempo diz não ter sido afetado pela discriminação dos colegas: “eu nunca levei em consideração porque eu me conheço bem. Sei o que eu quero e o que eu não quero”.

Leonardo também afirma ter sido alvo de discriminação quando frequentava a escola, mas no seu caso o motivo era outro: simplesmente por ser do campo (a escola situava-se em área urbana). “Eles ficavam só criticando mesmo porque a gente é do ‘centro’²⁸ mesmo. Tu é mais bruto que os outros porque tu é do ‘centro’”.

Entretanto, apesar da má infraestrutura e das provocações dos colegas, Vitor considera positiva sua experiência escolar e destaca como marcante um momento que vivenciou com sua professora de Espanhol:

que mudou a forma como eu pensava foi a Festa dos Mortos promovida pela professora de Espanhol, que é uma festa que acontece na Espanha. No caso porque eu tinha muito preconceito com essa questão por causa do *Halloween*, porque eu havia lido o livro do papa Pio que abominava essas questões de bruxaria e tudo mais. Depois com essa celebração que a professora nos fez assistir filmes, documentários que falavam eu fui entender que era cultura. Não se tratava de bruxaria e satanismo como o papa tratava no seu livro.

Martín-Barbero (2014) discorre sobre as mudanças que a comunicação propicia para a educação, sendo hoje a transmissão de saberes agenciada pela mídia. Ele aponta um descentramento cultural do saber em relação ao livro, que abre espaço para os meios audiovisuais e as tecnologias de comunicação, e reivindica que as escolas aprendam a trabalhar com esses diferentes aparatos, linguagens e narrativas ao invés de estigmatizá-los. O relato de Vitor demonstra essa potencialidade dos meios no ensino escolar, embora venha de uma iniciativa específica de sua professora e não haja, ainda, uma regulamentação institucional para sua incorporação nas escolas.

²⁸ Por contraditório que possa parecer, quando falam “centro” os informantes referem-se ao campo ou área rural.

Quando se trata do acesso a computadores pelas populações rurais de baixa renda, as escolas mostram-se fundamentais tanto em relação à educação para o uso quanto ao acesso em si, uma vez que, de todos os informantes, somente Vitor tem contato com essa tecnologia. Todos eles reconhecem que, apesar de os aparelhos celulares realizarem algumas das mesmas funções do computador, este último ainda é importante, mas 6 entre os 7 não sabe usá-lo ou nunca teve acesso, mesmo na escola. Ruth, no entanto, conta que sua escola possui computador, mas ela não se interessou em usá-lo porque não sabe mexer nele e não foi ensinada a usá-lo. Portanto, ela se mantém apenas como espectadora dos profissionais que o manuseiam para, por exemplo, exibir filmes baixados da internet aos alunos.

4.3.1.5. Representações do rural-urbano

Nesta seção pretendemos compreender as representações que os nossos informantes expressam acerca das noções de rural e de urbano enquanto espaço físico e enquanto modo de vida. É interessante constatar que, ao contrário de estudos clássicos sobre a problemática da migração rural-urbana na juventude, 6 dos nossos 7 informantes expressam maior preferência pela vida no campo, mas todos eles almejam por transformações em diversos aspectos de seu cotidiano no espaço que habitam. Todos os 7 consideram que a vida no campo tem como vantagem a relação à cidade a tranquilidade. Por tranquilidade, eles referem-se à baixa incidência de violência (assaltos ou roubos) e ao fato de o campo ter muito menos barulho que na cidade.

Aqui no campo tem mais tranquilidade, tem mais lazer. Na vida da cidade não tem. As pessoas não podem se comunicar. O roubo na vida na cidade tá demais. O barulho na cidade também. Na “rua” a pessoa não pode nem andar com uma bolsa do lado. Aqui a pessoa vai pra onde quer, sai na hora que quer. Na “rua” não. Eles não podem nem sair. Sair já tá correndo perigo (RUTH).

O termo “rua” está destacado entre aspas porque trata-se do modo como eles se referem à cidade. Como vantagem do campo sobre a cidade, Joilson e Kelma acrescentam o fato de eles produzirem os próprios alimentos e, portanto, terem uma alimentação mais natural e saudável com menos agrotóxicos. Outra vantagem, apontada por Joilson e Vitor, é a maior proximidade com a natureza.

Quando falam das desvantagens do campo em relação à cidade, 4 dos 7 informantes reclamam do afastamento espacial entre o campo e os bens, serviços e infraestrutura presentes no perímetro urbano e da dificuldade de acesso ao campo devido à ausência de asfalto nas estradas e de transporte público que atenda os povoados onde moram, como ressalta Vitor: “às vezes você tem que resolver alguma coisa na cidade, mas você não tem transporte ou então tá

chovendo. Aconteceu alguma coisa, pra se deslocar é um pouco complicado”. No povoado onde Ruth mora, Santa Cantídia, a situação é mais precária nesse sentido. O acesso ao povoado só é possível através de uma estrada de terra improvisada, de superfície extremamente irregular e vulnerável à chuva. Ao longo do caminho, há trechos com mata relativamente alta, pedras e poças de água. Uma ponte de madeira que faz a ligação entre duas partes da estrada separadas por um lago estava “caída” durante o período da pesquisa. Mesmo assim, ainda se passava de moto por ela. Para quem está de carro, resta enveredar por um desvio improvisado sobre a areia fofa, contra indicado aos veículos que não tenham tração nas quatro rodas sob risco de atolamento.

Joilson, Kelma e Ruth acrescentam, ainda, que o campo tem como desvantagem em relação à cidade a ausência de serviços públicos, como escolas e hospitais.

Como vantagens da cidade em relação ao campo, 3 dos 7 informantes apontam que há mais opções de trabalhos remunerados na cidade. Joilson, Kelma e Ruth acrescentam que a cidade tem como vantagem a oferta de serviços públicos, como escolas, hospitais e farmácias. Ainda, Leonardo aponta que há mais comércios e restaurantes; Janaína menciona o asfalto nas vias públicas; Ruth diz que as tecnologias na cidade são mais avançadas; Vitor fala que há mais opções de lazer e mais pessoas novas para conhecer.

Como desvantagens da cidade em relação ao campo, 4 deles afirmam que há muita violência na cidade, 3 deles apontam que tem muito barulho, 2 mencionam que é muito agitado. Joilson acrescenta que a alimentação oferecida na cidade é pouco natural e com muito agrotóxico e Kelma acrescenta que na cidade é muito quente.

Ruth conta que a primeira coisa que traria da cidade para o campo, se pudesse, seria um hospital e uma escola. Quando questionada sobre o que, a partir de sua experiência vivida, ela poderia ensinar aos jovens da cidade, ela diz: “Trabalhar, porque lá eles não trabalham. Só vida boa”. Igor concorda com Ruth ao dizer que os jovens da cidade, em sua maioria, “não sabem o que é trabalhar”. Vitor, por sua vez, responde que ensinaria a eles os “valores religiosos”.

Ao referir-se aos jovens da cidade, Ruth conta que gostaria de aprender com eles a “mexer na tecnologia”. Vitor, por sua vez, afirma que os jovens urbanos tem mais desenvoltura nas comunicações interpessoais,

porque os jovens do “interior”, eles têm muita dificuldade em interagir com outras pessoas. Na comunicação costumam ser sempre aqueles franzinos que sentam nos últimos lugares. Se sentem as piores pessoas e eu acho isso deplorável (VITOR).

Essa colocação de Vitor é corroborada por Leonardo ao referir-se a alguns “jovens urbanos” com quem conviveu ou convive. Ele conta que já foi discriminado em sala de aula simplesmente pelo fato de residir em área rural. Igor relata que já testemunhou uma situação de exibicionismo por parte de um jovem da cidade que, de acordo com ele, tentou se mostrar superior através de manobras executadas enquanto pilotava uma moto na estrada em frente à sua casa.

Um estudo realizado por Branco e Biasus (2013) investiga as representações sociais expressadas por uma população jovem do campo acerca do meio rural e do meio urbano:

Trata-se de pesquisa quali-quantitativa, cujo objetivo foi identificar as representações sociais de meio urbano e rural de jovens residentes no meio rural na tentativa de compreender o fenômeno da migração. O estudo foi desenvolvido em 4 municípios da região do Alto Uruguai e contou com a participação de 40 jovens. A coleta de dados deu-se através da evocação de palavras e questionário de caracterização. A análise dos dados contou com auxílio dos softwares EVOC e Microsoft Excel. Entre os jovens foram caracterizados conteúdos em relação ao meio rural e urbano que evidenciaram a organização da representação social, enfatizando as preocupações em relação ao futuro, sendo as de meio urbano voltadas para atividades de lazer e, de certa forma, com uma visão mais positiva ao passo que a de meio rural estava mais voltada para incerteza e para a característica do trabalho no campo (BRANCO; BIASUS, 2013, p. 27)

A partir desse estudo, apresentamos aos nossos informantes as 41 palavras elencadas pelos autores e pedimos que eles escolhessem as três que consideram mais representativas da cidade e do campo. O resultado é demonstrado na tabela abaixo (Tabela 2):

Tabela 2 – Termos escolhidos pelos informantes

	CAMPO	CIDADE
1. Igor	Agricultura Fazenda Trabalho	Poluição Carros Agitada
2. Vitor	Fazenda Agricultura Pecuária	Oportunidade Poluição Violência
3. Ruth	Tranquilidade Agricultura Vaca	Tecnologia Oportunidade Violência
4. Janaína	Tranquilidade Agricultura Roça	Agitação Oportunidade Poluição
5. Leonardo	Animais Agricultura Lavoura	Carros Prédios Pessoas

6. Kelma	Animais Agricultura Natureza	Carros Escolas Comércio
----------	------------------------------------	-------------------------------

Fonte: o próprio autor

Nota-se que, para definir o campo, a palavra mais recorrente é *agricultura*, escolhida por todos os informantes. Outras palavras que se repetem são *tranquilidade*, *animais* e *fazenda*. Em geral, as palavras escolhidas pelos informantes remetem à natureza e aquilo que está associado a ela, como a agricultura e elementos que ela envolve (lavoura, roça) e a pecuária (vaca, animais, fazenda). Ambos designam um tipo de trabalho, do setor primário, o que mais uma vez remete à centralidade do trabalho na vida deles. Apesar da presença de termos negativos na lista de palavras mostrada a eles, como *desvalorização*, *pouco dinheiro* e *sofrimento*, nenhum dos informantes escolheu termos negativos para definir o campo.

Por outro lado, 4 deles atribuíram pelo menos um termo negativo à cidade, sendo *violência* e *poluição* os mais recorrentes. Ao mesmo tempo, o termo mais recorrente entre eles para definir a cidade é positivo: *oportunidade* (escolhido por 3 deles). A outra palavra mais recorrente foi *carros* (escolhida por 3 deles). Em linhas gerais, as expressões escolhidas por eles remetem à industrialização, à oferta de elementos dos setores secundário e terciário (carros, escolas, tecnologia) e a uma maior densidade populacional (agitada, prédios).

É interessante notar que, mesmo enxergando a cidade como um lugar de oportunidades, esses jovens não pretendem tentar a vida lá e não mostram apreço pelo estilo de vida urbano.

Embora, evidentemente, a nossa pesquisa de campo não tenha valor estatístico, é interessante ressaltarmos que um dos motivos pelos quais 6 dos nossos 7 informantes afirmam preferirem morar no campo é o fato de poderem produzir o que consomem, portanto, mesmo quando houver pouco dinheiro, terão o que comer, ao contrário do que, na visão deles, acontece nas áreas urbanas, onde quem não tem trabalho ou alguma outra fonte de renda passa fome.

4.3.2. Ritualidade

4.3.2.1. Hábitos de consumo

Ao descrever o teor de suas atividades no celular, Vitor conta ter participado de grupos de discussão no *WhatsApp* entre coroinhas da igreja que frequentava. Ele também costuma fazer publicações no *Facebook* relacionadas às atividades da igreja. No *Instagram* ele procura observar os posicionamentos políticos dos moradores de Pedreiras:

Eu uso o *Instagram* porque no caso eu sigo tanto a esquerda de Pedreiras quanto a direita, então quando há alguma coisa que eu sei que tá errado eu já

busco corrigir no comentário lá. Às vezes a gente discute, mas é uma discussão produtiva, não briga sem nenhum fundamento.

Vitor não demonstra interesse em fazer publicações de caráter pessoal em nenhuma das três redes sociais citadas. Seu interesse concentra-se mais nas atividades da igreja ou em questões políticas. Embora, entre os 7 informantes, Vitor seja o que utiliza uma maior variedade de redes sociais e o único com acesso regular a um notebook, o teor de suas atividades concentra-se mais em assuntos de interesse coletivo do que individuais.

Entre os informantes da pesquisa, o uso de tecnologias de comunicação associado a assuntos de interesse coletivo só é evidenciado no caso de Vitor. No entanto, nenhum dos outros 6 jovens que tem acesso à internet em suas casas e que fazem uso de redes sociais virtuais como *Facebook* ou *Instagram* mostra-se confortável em relação à idéia de terem sua vida pessoal exposta em publicações a pessoas com quem tem pouca intimidade ou a desconhecidos. Quando questionados se já conversaram na Internet com alguém que não conhecem pessoalmente, nenhum deles deu uma resposta afirmativa, com exceção de Vitor, que afirma ter tentado interagir em grupos no *WhatsApp* com coroinhas de outros países para debater assuntos religiosos, mas desistiu devido às barreiras de idioma. Os demais informantes costumam conversar no *WhatsApp* somente com parentes que vivem no mesmo município, amigos e parentes que vivem em outros municípios.

Embora os 7 informantes assistam a algum produto de ficção audiovisual *mainstream* como telenovelas, filmes ou séries, nenhum demonstra particular interesse em relação à vida pessoal das celebridades que atuam nessas produções. Mesmo quando mencionam uma telenovela favorita, por exemplo, não se recordam facilmente dos nomes dos artistas que trabalharam nelas e demonstram um vínculo afetivo maior com os personagens que eles interpretaram do que por suas vidas privadas.

Dos 7 informantes, somente Ruth não possui aparelho celular. O aparelho que pertencia a ela deixou de funcionar e ela não o levou ao conserto por falta de condições financeiras. A jovem costumava usar o *Facebook* somente para ver fotos dos amigos e parentes ou publicar esporadicamente fotos de atividades suas para eles. Em sua casa há somente um aparelho televisor de tubo. Devido à transição, no Brasil, do sistema analógico de transmissão para o digital, Ruth e sua família só tem acesso à Rede Globo e ao SBT. A mãe da jovem, Raimunda, afirma ter conhecimento de que representantes da Rede Globo estariam oferecendo aos beneficiários do Bolsa Família um aparelho conversor que pode ser acoplado ao televisor analógico, situado na sala de estar da família (Figura 9 e Figura 10) para que este possa receber

o sinal digital, mediante requisição via ligação telefônica, mas ela não expressa urgência em tomar essa providência.

Figura 9 - Sala de estar e refeições da casa de Ruth



Fonte: o próprio autor

Figura 10 – Santuário próximo à televisão da família de Ruth



Fonte: o próprio autor

Ruth e sua família fazem parte de uma pequena (porém expressiva) parcela da população brasileira que ainda não possui acesso ao sinal digital. Segundo pesquisa do IBGE²⁹, em 2017 esse público representava 6,2% da população do Brasil (4,22 milhões de habitantes). Nas regiões Norte e Nordeste essa falta de acesso ao sinal digital é maior do que a média geral do país, onde esse público representava respectivamente 11,3% e 8,1% da população total dessas regiões.

O mesmo levantamento do IBGE constata que 74,9% dos domicílios brasileiros dispunham de acesso à internet em 2017. Na região Nordeste essa proporção caía para 64%. A maior discrepância apresenta-se quando são comparadas as populações rurais e urbanas do país. Enquanto 80,1% dos domicílios situados em áreas urbanas possuíam acesso à internet, esse índice caía para 41% nas áreas rurais do país e era ainda menor nas áreas rurais do Nordeste, onde caía para 35,8%.

De fato, ao longo da observação participante percebeu-se que todos os informantes enfrentam dificuldades em relação à recepção de sinal de internet móvel em seus celulares. Das 7 famílias, somente uma (a de Leonardo) possui serviço de assinatura de banda larga em seus domicílios, e o acesso à internet se dá através da contratação de pacotes de dados 3G ou 4G oferecidos por operadoras telefônicas. O sinal, no entanto, é instável nos domicílios e os jovens precisam locomover-se, algumas vezes, até outros pontos do terreno.

Devido à instabilidade do sinal, Janaína e Ruth relatam não conseguirem assistir a vídeos longos no *YouTube*, plataforma mais acessada por todos os 7 devido à gratuidade do serviço. Leonardo, que dispõe de banda larga, afirma assistir a filmes inteiros transmitidos naquela plataforma, mas não sabe fazer *download* para assistência *offline*. O conteúdo mais assistido por eles no *YouTube* consiste em vídeos curtos de humor ou resumos de capítulos de novelas.

Ruth tem como emissora favorita a Rede Globo. Nos dias úteis ela vai à escola no turno matutino, almoça com a mãe e o irmão e, após o almoço, ajuda a mãe na roça durante cerca de uma hora. Do meio para o fim da tarde, assiste à sua telenovela preferida, *Cordel Encantado*, que durante a pesquisa estava sendo reprisada no programa *Vale a Pena Ver de Novo* da Rede Globo. Ela também assiste ao programa *Malhação* que é exibido na sequência. Ocasionalmente, ela diz assistir à novela das nove da mesma emissora que era então exibida, *Sétimo Guardião*, mas relata ser difícil conseguir manter-se acordada para acompanhá-la, uma vez que acorda levanta antes das seis horas da manhã e, por isso, vai dormir cedo. Ela diz assistir sozinha aos

²⁹ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf>

dois primeiros programas. A assistência só é compartilhada com outro membro da família nas vezes em que a jovem consegue ficar acordada para ver a novela das nove. Aos fins de semana, Ruth prefere fazer atividades com as amigas do bairro do que assistir à televisão.

Quando seu celular estava funcionando, Ruth tinha o hábito de assistir a vídeos de resumos de capítulos da novela *Sétimo Guardião* através do website da plataforma *Globo Play*, pois eram disponibilizados gratuitamente. Ela também assistia aos resumos do programa *Malhação* quando perdia algum capítulo.

Por sua vez, Vitor diz não assistir a telenovelas e raramente assiste à televisão pelo aparelho televisor situado na sala de estar de sua residência, com exceção das vezes em que decide assistir ao *Jornal Nacional* da Rede Globo. Ele diz que raramente assiste a algum programa ao lado de algum membro da família. O seu consumo de produtos audiovisuais se dá através do seu notebook, dentro do seu quarto. Entre os conteúdos que consome ele diz preferir os filmes *hollywoodianos* e algumas séries estadunidenses e britânicas como *Game of Thrones* e *As Aventuras de Merlin*. Entre as séries e os filmes, prefere os filmes porque não precisa “sentir a ansiedade” de esperar por um desfecho das tramas. No *YouTube*, ele conta que tem preferência em assistir aos vídeos do Canal Senado e da Câmara dos Deputados.

Quanto ao uso do notebook, ele afirma que utiliza bastante tanto para o lazer quanto para a resolução de questões práticas do dia a dia, como expressa na seguinte fala:

(Antes do acesso ao computador) eu tinha bastante dificuldade porque eu trabalho com a coordenação do grupo de coroinhas. Eu tinha que apresentar mensalmente relatórios e fichas de chamada. E eu tinha que pedir pra alguns amigos fazer e às vezes eles não faziam porque tinham outras atividades. Tinha que pagar pra fazer. Depois que eu consegui já ficou bem mais fácil. Eu mesmo faço no tempo que eu tenho disponível e não tenho mais dificuldade.

O seu uso de celular está mais direcionado às atividades no *Instagram*, à interação com amigos no *WhatsApp* e à assistência de vídeos curtos no *YouTube*. Para ele, o aparelho tem um lado ruim: a desvalorização, por grande parte dos seus usuários, do emprego correto e coerente do português devido, de acordo com ele, ao hábito de supressão de palavras através do *WhatsApp*. “Quando a gente vai perguntar alguma coisa que tá acontecendo na sociedade, alguma coisa que mexeu, não sei porque lá eles se focam só naquele ‘oi, tudo bem? Tudo’, não sei o que... já parte para outra pessoa e seguem”.

Esse incômodo expressado por Vitor vai de encontro ao que Bauman (2001), ao refletir sobre a “modernidade líquida”, aponta como a erosão das bases possíveis para a consolidação de compromissos, marcada pela fluidez das relações e por uma mentalidade de curto prazo.

4.3.2.2. *Representações midiáticas do rural-urbano*

Nesta seção, não pretendemos fazer uma análise narrativa do rural e do urbano representados na mídia. Aqui, buscamos analisar os sentidos que os nossos informantes atribuem aos produtos midiáticos que consomem, sem especificarmos previamente algum conteúdo específico, porém delimitando a obras de ficção audiovisual (telenovelas, filmes e séries).

As perguntas sobre as representações do rural-urbano na mídia foram organizadas em dois eixos: perguntas voltadas às representações da cidade e do campo (enquanto espaço e modo de vida) em obras de ficção audiovisual e perguntas direcionadas aos jovens urbanos representados na ficção audiovisual.

Dos 7 informantes, 5 preferem assistir a obras ambientadas no campo. Os motivos pelos quais há esse preferência são variados: porque mostram paisagens bonitas; porque não dão (ou dão menos) maus exemplos; porque as pessoas que não conhecem o campo vão entender como é a vida no campo e as suas dificuldades. Esse segundo motivo é interessante porque há uma associação entre espaço socialmente ocupado (campo) a uma certa conduta moral, tida como mais correta. Essa conduta é percebida pelos informantes através do jeito que os personagens se vestem (roupas mais comportadas) e ao próprio teor das tramas ambientadas no campo, que envolvem menos violência, menos personagens promíscuos ou drogados. No entanto, quando tentam lembrar de telenovelas que se passem no campo, por exemplo, os informantes em geral só conseguem recordar-se de novelas de época, salvo exceções.

O fato de alguns dos informantes preferirem as obras ambientadas no campo porque mais pessoas vão conhecer esta realidade as dificuldades que eles passam aponta para uma carência de representações do modo de vida desses jovens. 6 deles acreditam que a vida no campo é menos retratada que a vida na cidade e para eles isso acontece porque a vida no campo é menos interessante para o público em geral, pelo fato de o campo ser desvalorizado, como pontua Kelma: “O pessoal, nem todo mundo valoriza os interiores. Muita gente fica assim: ‘ah, não sei o que, fulano mora no interior’, já tipo assim rebaixando. Acontece muito, né? A gente vê muito assim, não tem? ‘Ah, só podia ser lá no interior mesmo’. Acontece isso”. Ela defende que o campo deveria ser mais valorizado e mais retratado na mídia, “porque tipo assim, de onde é que vem a comida? Não é do interior? Mas o pessoal não pensa nisso. O pessoal pensa só na cidade, assim... Eles (o povo do interior) que roçam, que plantam, que colhem pra poder ir pro comércio, né?”.

Ruth e Leonardo acrescentam que o difícil acesso ao campo, em geral, é um obstáculo para as gravações dessas tramas e, portanto, para o campo ser mais representado. Enquanto os outros informantes recordam-se de uma ou outra obra ambientada no campo, Ruth e Leonardo sequer conseguem lembrar de algum exemplo.

A vontade demonstrada por alguns deles que mais pessoas conheçam seu modo de vida reflete a importância da autoidentificação no processo de construção de identidades. Sem representatividade, esse modo de vida fica cada vez mais apagado e desvalorizado, como os próprios informantes percebem. Não percebemos incômodos por parte dos informantes sobre o modo como o campo é representado, mas sobre a ausência de representações. Se representar o campo e as pessoas que nele habitam de uma maneira distorcida poderia contribuir para a estigmatização do rural, não representá-lo denota o seu apagamento perante a sociedade. O fato de as poucas telenovelas retratadas no campo mencionadas pelos informantes serem de época reforça uma idéia do rural como ultrapassado, característico de uma outra época já superada.

Mas esta realidade tanto não está ultrapassada que 5 dos 7 jovens ainda preferem vê-la na televisão, pois representa um modo de vida que eles endossam e com o qual se identificam. Inicialmente, defendíamos a hipótese de que, se houvesse algum incômodo entre os informantes, com a representação do rural na mídia, ele estaria mais ligado a algum tipo de distorção do seu modo de vida. O que pudemos perceber, na verdade, é que a forma como o rural é representado não os incomoda porque, para eles, não destoa muito da realidade que eles vivenciam. O que mais os incomoda é, mesmo, a falta de representação.

Mesmo consumindo narrativas majoritariamente urbanas, esses jovens não demonstram desejar aderir a este modo de vida. A única exceção que eles mesmos apontam é uma tendência a querer “imitar” as roupas usadas por personagens da ficção televisiva, especialmente da telenovela. Para eles, as representações do modo de vida urbano não são atrativas e são, em alguns aspectos, repudiadas. Mesmo Janaína, que prefere consumir obras retratadas na cidade, prefere-as porque gostaria de conhecer essas cidades, não porque identifica-se com os valores e modo de vida urbano. O único que, parcialmente, identifica-se com o modo de vida urbano é Vitor. Parcialmente porque, mesmo preferindo “obras urbanas”, ele endossa certos valores defendidos pelos outros informantes e associados por eles ao campo:

Se for novela de época eu assisto, agora se for essas novelas que não tem nada a ver com meu padrão, meu gosto, eu não assisto não. Porque eu admiro como as pessoas viviam antigamente. Mesmo na simplicidade, sempre felizes, e cobriam seu corpo, que é uma coisa que eu admiro... as pessoas se vestirem bem, com aquelas roupas mais tradicionais (VITOR)

Por outro lado, ele diz não gostar de obras que retratem o campo porque as pessoas do campo, em geral, reproduzem valores que ele considera ultrapassados e isso se refletiria na ficção. Para ele, as pessoas na cidade estão mais desprendidas desses valores e tem uma mente mais aberta em relação à tradição de, por exemplo, casar, ter filhos e constituir família, algo que ele não prioriza mais do que a sua carreira, embora diga que sofre uma certa pressão dos pais nesse sentido.

Janaína prefere consumir obras que retratem a cidade porque tem interesse em conhecer novos lugares. Ela diz que tem vontade de viajar e conhecê-los pessoalmente, mas como não sabe se isso vai ser possível um dia, aprecia esses lugares através de telenovelas, filmes e séries.

Igor e Ruth consideram que as obras ambientadas na cidade trazem mais cenas de violência e de personagens praticando atos que chamam de “imorais”, como uso de drogas e comportamento promíscuo. Para Joilson, o aspecto negativo do comportamento dos personagens de tramas urbanas é a arrogância em relação ao poder e o dinheiro em detrimento da simplicidade: “É porque tem cenas que tem cabra que é assim arrogante e tudo mais, né? Não sou muito dessas pessoas. Eu gosto da simplicidade. O cabra ser simples é bom. Eu conheço, eu tenho muitos amigos ricos que são simples, são bem de vida”. Kelma, por sua vez, destaca a correria do dia a dia retratada nas obras ambientadas na cidade.

A fim de compreender se os nossos informantes se sentem representados ou endossam o modo de vida dos jovens que aparecem nesses produtos midiáticos, os quais são majoritariamente de contextos urbanos, conversamos com eles sobre os jovens urbanos retratados na ficção audiovisual. Duas noções destacaram-se entre os nossos informantes: a de que os jovens urbanos da ficção, em geral, dão mau exemplo e a de que o jeito de vestir-se desses jovens é parecido com o deles. A primeira noção foi compartilhada por 4 dos nossos 7 informantes. Para Igor, a telenovela “mostra muita imoralidade”. Para Joilson, o comportamento dos jovens do campo ou da cidade que ele conhece é parecido, mas ele não se inclui entre eles:

Rapaz, é quase o mesmo comportamento hoje em dia. Tá sendo quase do mesmo jeito. Isso hoje a televisão ela ensina o que é bom e o que é ruim. Tem gente que não quer seguir, mas tem vezes que ensinam muito, né? Negócio de violência, negócio de usar droga. Tanta coisa hoje aparece muito, ensinam muito. (...) Essa novela o pessoal querem fazer que nem tá acontecendo (JOILSON).

Uma segunda noção muito recorrente entre eles (5 entre os 7) refere-se ao potencial que as telenovelas tem de estabelecer tendências da moda: “Quando aparece uma coisa nova na TV, né, sempre os jovens querem acompanhar” (KELMA). Para Vitor, essa tendência de reproduzir

a maneira que os personagens das telenovelas se vestem é mais marcante entre as mulheres: “As mulheres elas se vestem muito parecidas, até mesmo porque eu acredito que as mulheres elas tem essa tendência de copiar o estilo da atualidade. As novelas da Rede Globo, com mais frequência, elas costumam gerenciar a moda no Brasil”.

Para Vitor, Igor e Ruth, a vida dos jovens da ficção parece muito mais fácil que a realidade deles, seja porque há muitos personagens de classes mais abastadas em capital econômico, pois mesmo que deparem-se com dificuldades, “acabam sempre conseguindo tudo o que querem, ou com ajuda de uma pessoa ou ganhando alguma fortuna, alguma coisa assim. Na vida real é completamente diferente” (VITOR). Enquanto hipótese, essa fala de Vitor foi corroborada em uma pesquisa empírica realizada por Ronsini (2012) acerca do ideal da meritocracia reforçado em telenovelas brasileiras do horário das oito, na Rede Globo. A autora constatou que há uma tendência, entre o público dessas telenovelas, em acreditar que a superação de desigualdades sociais depende do esforço individual, baseando-se em uma noção de meritocracia que não leva em conta a dominação simbólica inscrita nas estruturas sociais, o que leva-os a crer na superação através do esforço individual.

Para Gramsci, esse movimento de ocultação ideológica promovido pelas classes dominantes tem por objetivo a organização de um consenso entre as diferentes classes sociais como forma de exercer sua hegemonia. Como indica a pesquisa de Ronsini (2012) as indústrias midiáticas, enquanto classes dominantes, tendem a promover os interesses destas classes ou assegurar a manutenção de sua hegemonia econômica, social e cultural. A fala de Vitor vai de encontro à tese *gramsciana* de que, mesmo subordinada ao capital, a classe trabalhadora não tem uma falsa consciência, mas uma consciência acrítica, pois reconhece a precariedade à qual, através de um controle ideológico, está submetida, mas não sabe como essa ideologia opera exatamente, portanto não sabe como transformá-la (BURAWOY, 2010). A “violência simbólica”, no sentido *bourdeusiano* do termo, é muito mais complexa de ser reconhecida e combatida que o controle dos meios de produção exercido na era industrial.

Um ponto interessante que Ruth, Janaína e Vitor mencionaram diz respeito à impressão que eles tem de que os laços de amizade entre os personagens jovens da ficção tendem a ser mais estreitos que na realidade deles, mas ao mesmo tempo esses personagens mostram-se menos ligados às suas famílias do que os jovens do campo, de acordo com Vitor e Janaína.

A impressão de que os jovens urbanos da ficção tem uma vida fácil está expressa nas percepções de Ruth e Janaína: “tem mais oportunidade de se formar” (RUTH); “tem mais liberdade e são mimados” (JANAÍNA); “tem menos preocupações financeiras” (RUTH e JANAÍNA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde que começamos a tecer a problemática desta pesquisa, sabíamos que estávamos lidando com uma questão complexa e até controversa: a questão de classe. Para os pós-modernos, não cabe mais falarmos de classe social na nossa atual configuração societária. Para os mais radicais, a produção de conhecimento científico é pretensamente neutra, portanto incompatível com a abordagem de classe, uma vez que ela pressupõe um posicionamento político, como se a Universidade fosse um universo à parte, absorto em si mesmo.

Os Estudos Culturais britânicos, assim como as pesquisas de recepção latino-americanas são, grosso modo, fruto da inquietação de pesquisadores em relação aos contextos políticos das sociedades onde estavam inseridos. A tradição latino-americana de estudos de recepção se consolidou durante a década de 1980, antes da "revolução digital" que, agora, obriga os pesquisadores a repensarem paradigmas, teorias e metodologias. A problemática da nossa pesquisa é fruto de reflexões sobre as transformações que, daquele período até hoje, trazem a comunicação e a cultura para uma posição central na infraestrutura da nossa sociedade.

Se muita coisa mudou "de lá pra cá", o velho capitalismo permanece, porém através de mecanismos cujos desdobramentos nem o próprio Capital tem mais controle absoluto. Eis, então, a razão que instiga a nossa pesquisa: as *possibilidades* da globalização, mencionando a discussão de Milton Santos (2001), e o potencial transformador da comunicação (CASTELLS, 2009).

Tendo isso em vista, nosso problema de pesquisa visou a compreender em que medida as estruturas de poder no contexto do capitalismo avançado estão implicadas nas práticas dos jovens camponeses associadas ao consumo de mídia. Por que os "jovens camponeses"? Porque a juventude rural segue invisível, tanto na academia quanto na política. Porque a transformação capitalista no campo tem no campesinato uma demonstração marcante do poder do capital, das assimetrias e desigualdades que ele produz.

Ao longo da nossa discussão teórica, procuramos demonstrar como o capitalismo opera através de novos espaços de exclusão, os espaços dos fluxos, desterritorializados e distribuídos irregularmente ao redor do globo. Discutimos, também, sobre como a produção de consenso pelo capital segue baseada no mesmo princípio de igualdade, de neutralidade que marcou o processo de expropriação dos camponeses de suas terras e transformou, com ajuda do Estado, terra livre em capital, convencendo-os a serem explorados através da venda de sua força de trabalho. Hoje, essa mesma força de trabalho é desprezada e excluída de espaços virtuais de produção de valor criados pelo capital, e ocultada através da mesma ilusão de outrora: a de que

não há desigualdade alguma, como demonstramos na discussão sobre o cenário da convergência midiática.

Ao tensionarmos a discussão teórica com a realidade empírica dos jovens camponeses de Pedreiras - MA que participaram da nossa pesquisa, percebemos que, de fato, como afirma Wanderley (2003), a agricultura não se modernizou de maneira homogênea no Brasil. A produção agrícola em Pedreiras ainda é rudimentar e a agricultura familiar local não é estimulada pelo poder público do município porque sua economia é predominantemente centrada nos setores comercial urbano e industrial. Essa exclusão também acaba sendo simbólica, tendo em vista que, em intervalos relativamente curtos de espaços físicos (de povoados rurais a áreas urbanas praticamente "encostadas" nestes povoados), há um distanciamento cultural entre os nossos informantes e os jovens que residem nas áreas urbanas. Eles se referem a esta outra realidade como um universo à parte, um universo que se aproxima dos valores da modernidade: aceleração do ritmo de vida, competitividade, hedonismo, individualismo, tecnologias. Eles afirmam, quase unanimemente (com exceção de um deles) que preferem viver no campo, mas sentem falta de uma oferta de bens e serviços, presentes nas áreas urbanas de Pedreiras, nos povoados rurais onde moram.

Entre os nossos informantes, há um predomínio de valores tradicionais, como o respeito à hierarquia patriarcal, a importância da família, a religiosidade e o cooperativismo.

Em relação às representações do rural-urbano na mídia, eles tendem a reverberar aquilo que dizem a respeito da realidade do centro urbano de Pedreiras, mas atribuem uma influência demasiada e totalizante da televisão, em especial as telenovelas, no comportamento do público. Para eles, há uma tendência de que crianças e jovens que vivem na cidade imitem o comportamento de personagens da ficção televisiva, enquanto as pessoas do campo parecem estar mais imunes, pois, para eles, a realidade, as preocupações e valores das pessoas do campo são outras. Cabe ressaltar, ainda, que foi raro algum dos jovens lembrar de representações do rural na mídia. Em se tratando de telenovelas, eles conseguem mencionar várias que são ambientadas na cidade, mas em geral não lembram de telenovelas retratadas no campo, com exceção de telenovelas "de época", como se a vida no campo pertencesse ao passado, a outra temporalidade.

Se há um distanciamento cultural demarcado territorialmente entre os espaços físicos rural e urbano de Pedreiras, há também um distanciamento entre a lógica dos usos das tecnologias digitais de comunicação dos nossos jovens e o que a lógica da convergência midiática promove. Enquanto os ideólogos da convergência vendem uma ideia de igualdade de possibilidades em relação às apropriações dos espaços virtuais da internet, onde consumidores

se tornam produtores em uma cultura da convergência, nossos informantes mal conseguem carregar vídeos no YouTube devido à lentidão da velocidade da Internet 3G dos seus celulares. Mesmo assim, eles consomem conteúdos no YouTube, mas esse consumo tende a se restringir a vídeos curtos de humor ou a resumos em vídeo de capítulos perdidos de novelas transmitidas na TV aberta.

Para além das limitações de infraestrutura, inferimos que o capital cultural contribui largamente para a natureza dos usos destas tecnologias, como explica Martín-Barbero ao falar sobre o descompasso entre a sintaxe dos discursos e a gramática das mediações. Entre os nossos informantes, apenas um concluiu o Ensino Médio escolar. Ele é o único entre os demais que ultrapassa virtualmente o círculo social de pessoas que conhece fisicamente, isto é, o único que conversa com pessoas desconhecidas. Os demais mantêm contato somente com quem já conhecem pessoalmente. Ele é, também, o único entre eles que se apropria dos espaços virtuais para se engajar civicamente em alguma causa - aquilo que Castells (2009) chama de auto comunicação de massa.

Tudo o que pontuamos até aqui nos sugere que, na análise de temporalidades e espacialidades dentro da problemática que expusemos aqui, a noção de categoria social realizada proposta por Carneiro (2008) é um caminho promissor, pois parte da perspectiva dos atores sociais, tendo em vista que as diferenças sociais no espaço e no tempo não podem ser definidas, sequer, a partir dos limites territoriais entre municípios, talvez nem entre bairros.

A teoria nos mostra que entorno tecnocomunicativo pode potencializar a aproximação de culturas e dissolver fronteiras. No entanto, o que a nossa realidade empírica nos mostra, também em concordância com a teoria aqui apresentada, é que a heterogeneidade cultural convive com a cultura mundializada do capital e que ela se difunde de maneira assimétrica, sujeita à multiplicidade de tempos e espaços sociais.

Para finalizar, um último apontamento. Considerando o exposto acerca da convergência tecnológica e da televisão de massa na realidade empírica por nós observada, inferimos que a lógica da comunicação de massa, através da produção simbólica de consenso a partir de representações sociais promovidas pela mídia, é predominante entre esses jovens. A consagração de valores urbano-centrados, no entanto, parece reverberar entre eles somente no que diz respeito à velha ideia de que a cidade é um lugar de oportunidades de trabalho. Mesmo assim, eles não se mostram imbuídos a migrarem para a cidade, preferindo a segurança de poderem produzir o que comem, seguindo seu próprio ritmo de trabalho, mesmo que, para poderem usufruir minimamente de ofertas de bens e serviços básicos de subsistência, dependam de uma venda instável de alimentos, quase sem o suporte do poder público, com exceção da

Feira do Agricultor Familiar que ocorre uma vez por mês e comporta uma parcela ínfima dos agricultores familiares da região. Se, na lógica capitalista, tempo é dinheiro, para os nossos jovens, tempo não tem preço.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena; SPOSITO, Marília; FREITAS, Maria Virgínia de. Juventude em debate. Cortez: 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC, 1992.

_____. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma agrária**, v. 28, n. 1, p. 2, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. 1998.

ABRAMOVAY Ricardo. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003

AGROSINO, Michel. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009

AQUINO, Joacir Rufino de.; SCHNEIDER, Sergio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015

ALMEIDA, Jalcione. **A modernização da Agricultura**. PLAGEDER, 2011.

ALMEIDA, Alfredo W. Berno de; MOURÃO, Laís. **Questões agrárias no Maranhão contemporâneo**. Pesquisa Antropológica. Brasília, 1976.

ALVES, ER de A.; MARRA, Renner. A persistente migração rural-urbana. Área de Informação da Sede-Artigo em periódico indexado (ALICE), 2009.

BARASUOL, Aline; DOULA, Sheila Maria; BOESSIO, Amábile Tolio. **Jovens e juventudes em contextos rurais**: produções científicas da pós-graduação brasileira (2010-2015). Revista Linhas. Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 239-262, maio/ago. 2017.

BARBOSA, F.B.C. **Desenvolvimento sustentável de Pedreiras**: possibilidade que depende da sociedade local. Pedreiras: Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Pedreiras, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

_____. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Zahar, 2003.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.

BIAZZO, Pedro Paulo. Considerações sobre as categorias rural e ruralidade em suas dimensões de conhecimento. **Geo Uerj**, v. 1, n. 18, p. 104-119, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, p. 82-121, 1983.

_____. **Coisas ditas**. Editora Brasiliense, 1990.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008

BIASUS, F.; BRANCO, S. Representação social de meio urbano e meio rural de jovens residentes no meio rural. **Revista Perspectiva**, p. 27-37, 2013.

BRUMER, Anita et al. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 35-51, 2007.

BURKE, Peter. Modernidade, cultura e estilos de vida. In: BUENO, Maria L.; CAMARGO, Luiz O. de Lima. Cultura e consumo. **Estilos de vida na contemporaneidade**. São Paulo: Senac, 2008, p. 24-40

CAMARANO, Ana Amélia (org.) Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição? IPEA, 2006.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. IPEA, 1999.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

_____. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade**: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 11, p. 53-75, 1998.

_____. **Agricultores familiares e pluriatividade**: tipologias e políticas. Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro: Mauad, p. 323-344, 1999.

CARNEIRO, Maria José; DE CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

CARNEIRO, Maria José. "Rural" como categoria de pensamento. **RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP**, v. 2, n. 1, 2008.

CARNEIRO, Patrício AS. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. **Campo – território**: revista de geografia agrária, v. 4, n. 8, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 2002.

_____. **Communication power**. OUP Oxford, 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção da categoria Jovem rural. **Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS**, 2005.

_____. **Juventude rural no Brasil**: processos de exclusão e a construção de um ator político. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná de; BARCELOS, Sérgio Botton. Políticas públicas para a juventude rural brasileira. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015

CASTRO, Elisa Guaraná de. Fronteiras invisíveis: aproximações e distâncias entre ser jovem no campo e nas cidades no Brasil. In: PINHEIRO, Diógenes; RIBEIRO, Eliane; VENTURI, Gustavo; NOVAES, Regina (orgs.). **Agenda juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2016

CASTRO, Elisa Guaraná de; ROCHA, Ana Tereza Ferreira; LEMOS, Leonardo Taveira; MACEDO, Severine Carmem. Desenvolvimento territorial no Brasil e o papel estratégico das juventudes rurais. In: MARIN, José Orlando Belivaqua; FROEHLICH, José Marcos (orgs.). **Juventude rural e desenvolvimento territorial**. Santa Maria: UFSM, 2019.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHAYANOV, Alexander. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Vision, 1985.

CLASSIFICAÇÃO, IBGE. Caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil-uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

CORREIA FILHO, Francisco Lages et al. Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado do Maranhão: relatório diagnóstico do município de Pedreiras. Teresina: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2011.

COULDRY, Nick. **Media, society, world: Social theory and digital media practice**. Polity, 2012.

DURKHEIM, Emile. **Las reglas del método sociológico**. Ediciones Akal, 1997.

DWYER, Tim. **Media convergence**. McGraw-Hill Education. Londres, 2010.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; JACKS, Nilda. **Comunicação e recepção**. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana**. Ed. on-line. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina (coord.). **As tecnologias de comunicação no cotidiano de famílias rurais: reconfigurações de uma ruralidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2019

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan; GUERIN, Yhevelin Serrano; OLIVEIRA, Vinícios Gonchoroski de. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina (coord.). **As tecnologias de comunicação no cotidiano de famílias rurais: reconfigurações de uma ruralidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2019

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 11-27, 2003.

_____. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. **Reforma Agrária**, v. 34, n. 2, p. 77-94, 2007.

FECHINE, Yvana; FIGUEIRÔA, Alexandre; CIRNE, Livia. Transmídiação: explorações conceituais a partir da telenovela brasileira. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Ficção televisiva transmidiática no Brasil: plataformas, convergência, comunidades virtuais**. Porto Alegre: Sulina, p. 17-59, 2011.

FERREIRA, Marcia Milena Galdez. Construção do eldorado maranhense: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim – MA (1930-1970). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 337. 2015.

FROEHLICH, José Marcos. Juventudes (rurais): construções identitárias e abordagem territorial do desenvolvimento. In: MARIN, José Orlando Belivaqua; FROEHLICH, José Marcos (orgs.). **Juventude rural e desenvolvimento territorial**. Santa Maria: UFSM, 2019.

GARSON, Marcelo. O conceito de convergência e suas armadilhas. **Galáxia**, n. 40, 2019.

GUERRA, Isabel et al. **Modos de vida: novos percursos e novos conceitos**. 1993.

GEERTZ, Clifford. **Works and lives: The anthropologist as author**. Stanford University Press, 1988.

_____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da sociologia**. SciELO-Editora UNESP, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira. São Paulo: UNESP, 2008.

GIRARDI JR., L. A sociologia de Pierre Bourdieu e o campo da comunicação. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2004.

GOMES, Itania Maria Mota et al. Temporalidades Múltiplas: análise cultural dos vídeos e da performance de Figueras a partir dos mapas das mediações e das mutações culturais. **Contracampo Niterói**, v. 36, n. 03, 2017.

GOMES, Itania Maria Mota. Raymond Williams e a hipótese cultural da estrutura de sentimento. In: GOMES, Itania Maria Mota; JUNIOR, Jeder Janotti (org.). **Comunicação e estudos culturais**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2011.

GRISA, Catia; PORTO, Silvio Isopo. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, v. 1, p. 155-182, 2015.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**, IPHAN, Rio de Janeiro, n. 24, p. 68-75, 1996.

_____. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997

_____. **Representation**: Cultural representations and signifying practices. Sage, 1997

_____. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/UNESCO, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**, Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **The condition of postmodernity**. Oxford: Blackwell, 3.ed. 1991.

HAYASHI, Maria Cristina; HAYASHI, Carlos Roberto; MARTINEZ, Claudia Maria. Estudos sobre jovens e juventude: diferentes percursos refletidos na produção científica brasileira. **Educação, Sociedade & Culturas**, v. 27, p. 131-154, 2008.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

JODELET, D. **Representações sociais**: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). As representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru:: Edusc, 2001

KUMMER, Rodrigo; COLOGNESE, Silvio Antônio. **Juventude rural no Brasil**: entre ficar e partir. Tempo da Ciência, v. 20, n. 39, p. 201-220, 2013.

LEFEBVRE, Henri. Prefácio: a produção do espaço. **Estudos avançados**, v. 27, n. 79, p. 123-132, 2013.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; BORELLI, Silvia Helena Simões; RESENDE, Vera da Rocha. **Vivendo com a telenovela: mediações, recepção, teleficcionalidade**. Summus Editorial, 2002.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Mediação e recepção. Algumas conexões teóricas e metodológicas nos estudos latino-americanos de comunicação. **Matrizes**, v. 8, n. 1, p. 65-80, 2014.

_____. Jesús Martín-Barbero e os mapas essenciais para compreender a comunicação. **Intexto**, n. 43, p. 14-23, 2018.

LOWE, Philip et al. **Regulating the new rural spaces**: the uneven development of land. *Journal of rural studies*, v. 9, n. 3, p. 205-222, 1993.

MARIN, José Orlando Belivaqua. Juventudes rurais: processos sociais e temáticas de pesquisa. In: MARIN, José Orlando Belivaqua; FROEHLICH, José Marcos (orgs.). **Juventude rural e desenvolvimento territorial**. Santa Maria: UFSM, 2019.

MARSDEN, Terry et al. The restructuring process and economic centrality in capitalist agriculture. **Journal of Rural Studies**, London, v.2, n.4, p.271-280, 1986.

MARSDEN, Terry. Beyond Agriculture? Regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**, London, v.11, n.3, p.285-296, 1995

MARSDEN, Terry; CLOKE, Paul; MOONEY, Patrick (orgs.). **Handbook of rural studies**. Sage, 2006.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra livre**, v. 2, n. 19, 2015.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. **Ofício de cartógrafo**: travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Edições Loyola. 2004.

_____. **Tecnicidades, identidades, alteridades**: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Dênis de (org.). *A sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

_____. Cuando la tecnología deja de ser una ayuda didáctica para convertirse en mediación cultural. **Teoría de la Educación. Educación y Cultura en la Sociedad de la Información**, v. 10, n. 1, p. 19-31, 2009.

_____. Convergência digital e diversidade cultural. In: MORAES, Denis de. **Mutações do Visível**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

_____. A comunicação na educação. São Paulo: **Contexto**, p. 7-42, 2014.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

MILIBAND, Ralph. Análise de classes. **GIDDENS, A.; TURNER, J. Teoria social hoje**. São, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MORAES, Dênis de. A lógica do mídia no sistema de poder mundial. **Revista Eptic**, n. 2, p. 16-36, 2004.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. The phenomenon of social representations. In: FARR, R.; MOSCOVICI, Serge (orgs.). **Social representations**. Cambridge: Cambridge University City Press, p. 3-69, 1984.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, p. 7-29, 1983.

_____. **Identidade nacional e cultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Mundialização, cultura e política. **Desafios da globalização**, v. 5, 1997.

_____. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. Imagens do Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 3, p. 609-633, 2013.

_____. **Universalismo e diversidade: contradições da modernidade-mundo**. São Paulo: Boitempo, 2015.

PRENDERGAST, Christopher. Introduction: groundings and emergings. In: PRENDERGAST, Cristopher (org.). **Cultural materialism: on Raymond Williams**. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 1995

PUCCI JUNIOR, Renato Luiz et al. Televisão brasileira frente à problemática da cultura participativa: os casos de A Teia e O Rebu. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). **Por uma teoria de fãs da ficção televisiva brasileira**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.

QUADROS, Waldir; ANTUNES, Davi. Classe social e distribuição de renda no Brasil dos anos 90. **Cadernos do CESIT**. Campinas, n. 30. 2001.

QUADROS, Waldir; Antunes, Davi. GIMENEZ, Denis. Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000. 2013.

RODRIGUES, Leonan Pereira. Quilombo Bom Jesus dos Pretos: reminiscências e alterações nas práticas de geração de renda e consumo. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, p. 142. 2013.

RODRIGUES, João Freire. **O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação dos municípios**. *Análise Social*, n. 211, p. 430-456, 2014.

ROLIM FILHO, Claudiomar Matias. Formação econômica do Maranhão: de província próspera a estado mais pobre da federação. O que deu tão errado?. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Universidade de Brasília. Brasília, p. 104. 2016.

RONSINI, Vanessa Mayora. A etnografia crítica da recepção: miniaturistas em campo. **Comunicação & Sociedade**, v. 24, n. 39, p. 33-50, 2003.

RONSINI, Veneza Mayora; ROSSATO, Alexania. O popular e a leitura radiofônica: um estudo de recepção entre jovens camponeses. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 10, n. 1, p. 5-13, 2008.

RONSINI, Veneza Mayora. A perspectiva das mediações de Jesús Martín-Barbero (ou como sujar as mãos na cozinha da pesquisa empírica de recepção). In: GOMES, Itania; JANOTTI Jr. (orgs.). **Comunicação e estudos culturais**. Salvador: Edufba, 2011.

_____. **A crença no mérito e a desigualdade**: a recepção da telenovela no horário nobre. Porto Alegre: Sulina, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 6. ed., 2001.

SCHNEIDER, Sergio. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 14, n. 2, p. 225-256, 1997.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

_____. Ciências sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. **Campo-território**: revista de geografia agrária. Uberlândia. Vol. 4, n. 7, p. 24-62, 2009.

SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da borracha**: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SENNETT, R. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, v. 8, n. 7, p. 1-21, 2005.

SILVA, Jesiel Souza. Breve revisitação ao conceito de campesinato no Brasil. **Revista Nera**, n. 50, p. 40-63, 2019.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. **Nova economia**, v. 7, n. 1, 1997.

SILVA, Gilcéllo Fontinele e.; LOPES, Leila de Oliveira; SILVA, Luciana Sousa da. **Pedreiras – MA, ontem e hoje!** Pedreiras: Editora UEMA, 2018.

SILVERSTONE, Roger. Domesticating domestication. Reflections on the life of. **Domestication of media and technology**, 2005.

SIMMEL, Georg. **Sociability**: on individuality and social forms. Chicago: University of Press Chicago, 1971, p. 127-140.

SOBARZO, O. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 53-64. (Coleção Expressão).

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora?. Editora UFMG, 2010.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**, v. 2, p. 51-61, 2005.

TURNER, Graeme. **British cultural studies**: an introduction. 3.ed. Londres: Routledge, 2003.

TONNIES, Ferdinand. **Tonnies: Community and civil society**. Cambridge University Press, 2001.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. A questão da juventude na contemporaneidade: estudo dos projetos de vida em Arroio do Tigre/RS. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 44, p. 260-284, 2018.

VEIGA, José Eli Da. **Empreendedorismo rural**: uma primeira aproximação. Relatório para o SEBRAE Nacional, versão setembro, 2003.

_____. Nascimento de outra ruralidade. Estudos Avançados, São Paulo, v. 20, n. 57, ago. 2006. Disponível em: <[http:// bit.ly/2rG52om](http://bit.ly/2rG52om)>

_____. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: EDUSP, 2012.

VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas**: o rural como espaço singular e ator coletivo. Estudos sociedade e agricultura, 2000.

_____. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. **Una nueva ruralidad en América Latina**, p. 31-44, 2001.

_____. **Territorialidade e ruralidade no Nordeste**: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, p. 41-52, 2002

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, 2003.

____. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

____. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 25-44, 2014.

WEBER, Max. **Relações comunitárias étnicas.** Economia e sociedade, v. 1, p. 267-277, 1991.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes.** IICA, 2005.

____. Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais. **Desidades**, Rio de Janeiro , v. 1, p. 22-27, 2013. Disponível em
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822013000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 ago. 2019.

WILLIAMS, Raymond. Culture and Society, 1780 – 1950. 2. ed. New York: Doubleday, 1960.

____. O campo e a cidade. Trad. Paulo Henriques Britto. **São Paulo: Companhia das Letras**, 1989.

____. **Keywords (Routledge Revivals):** A Vocabulary of Culture and Society. Routledge, 2013.

WINKIN, Yves. **A nova comunicação:** da teoria ao trabalho de campo. Campinas: Papirus, 1998.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

WOOD, Ellen M. Classe como processo e como relação. **Democracia contra capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2003.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença:** uma introdução teórica e conceitual. p 7-72. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos coloniais, v. 10, 2014.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

INSTRUMENTO 1

- 1- Você sabe qual a área/extensão da propriedade de vocês?
- 2- Que alimentos vocês produzem?
- 3- Vocês produzem para consumo próprio, para vender ou ambos?

INSTRUMENTO 2

1. Nome completo:
2. Idade:
3. Município:
4. Endereço:
5. Escolaridade:
6. Origem étnica:
7. Estado civil:
8. Quantas pessoas residem na casa:
9. Número de pessoas que residem na casa:
10. Exerce alguma outra atividade remunerada? Qual?
11. Profissão do(a) cônjuge (se tiver):
12. Profissão dos pais:
13. Profissão dos avós:
14. Religião:
15. Responsável pelo sustento da família:
16. Filhos: () Sim () Não. Quantos? _____
17. Escolaridade da família:

PARENTESCO	ESCOLARIDADE
Mãe	
Pai	

Residência

18. Situação do imóvel:

() Casa própria () Alugada () Financiada () Emprestada

19. Quantidade de cômodos na casa: _____

20. Como é sua casa? (Descrição da disposição dos cômodos, usos dos espaços)

21. Itens de conforto no domicílio

Item	Qtd.		Item	Qtd.
Aparador de grama			Furadeira	
Aparelho de DVD			Geladeira	
Aparelho de som/CD			Liquidificador	
Ar condicionado			Máquina de lavar louças	
Aspirador de pó			Máquina de lavar roupas	
Assinatura de Internet			Máquina de secar roupas	
Assinatura de TV a cabo			Microondas	
Assinatura de TV streaming			Multiprocessador	
Batedeira			Notebook	
Cafeteira			Rádio	
Câmera filmadora			Secador de cabelo	
Câmera fotográfica			Tablet	
Churrasqueira			Telefone celular	
Computador			Telefone fixo	
Fogão a gás			Televisão de tubo	
Fogão a lenha			Televisão LED ou LCD	
Fogão elétrico			Umidificador	
Forno elétrico			Ventilador de mesa	
Freezer			Ventilador de teto	
Fritadeira elétrica			Videogame	

22. A família possui automóvel? Qual? Quantos?

23. Renda familiar

Pai: _____

Irmãos: _____

Mãe: _____

Renda pessoal: _____

INSTRUMENTO 3

Consumo de mídia

1- Quais dessas mídias você costuma consumir?

Televisão Rádio Revista Jornal impresso Livro CD DVD

Outras. Quais?

2- Qual delas você consome com maior frequência? (numerar por ordem de prioridade)

Televisão Rádio Revista Jornal impresso Livro CD DVD

Outras. Quais?

3- Televisão

3.1- Você assiste televisão?

3.2- Quanto tempo você passa vendo televisão por dia?

Menos de 1h Entre 1h e 2h Entre 3h e 4h Mais de 4h

3.3- Quantas vezes por semana você costuma assistir?

3.4- Há algum dia em que você assista mais?

3.5- Em qual desses turnos você assiste mais?

Manhã Tarde Noite

3.6- Com quem você costuma assistir?

3.7- Tem algum programa que você prefira assistir sozinho? Por que?

3.8- Tem algum programa que você prefira assistir acompanhado? Por que?

3.9- Aonde você costuma assistir?

3.10- Qual seu canal preferido? Por que?

3.11- Qual seu programa preferido? Por que?

3.12- Qual o programa que você menos gosta? Por que?

3.13- Costuma assistir a novelas na televisão?

Em caso positivo:

3.13.1. Assiste de vez em quando ou acompanha todos os dias?

3.13.2. A quais novelas você está assistindo no momento?

3.14- Assistiu ou assiste a algumas dessas séries na televisão?

Internacionais

Handmaid's Tale (O Conto da Aia) O Bom Doutor (The Good Doctor)

Diários de Um Vampiro (Vampire Diaries) A Feiticeira Alcatraz

Supernatural Alias: Codinome Perigo Arquivo Morto (Cold Case)

As Visões da Raven Big Bang: A Teoria (The Big Bang Theory)

Californication

- O Gerente da Noite (The Night Manager) Stranger Things
 Arqueiro (Arrow)
 Supergirl Máquina Mortífera (Lethal Weapon) Empire – Fama & Poder
 Gotham Lista Negra (The Blacklist) Segredos do Paraíso (Graceland)
 Lendas do Amanhã The Flash Ponto Cego (Blindspot)
 Segredos e Mentiras (Secrets and Lies)
 Lições de Um Crime (How to Get Away With Murder)
 Guerra & Paz (War & Peace) Ressurreição (The Returned)
 O Jogador (The Player) Revenge
 Escândalos – Os Bastidores do Poder (Scandal) Grimm
 Os Thundermans CSI Chicago PD

Nacionais

- Carcereiros Pais de Primeira Brasil a Bordo Cidade Proibida
 Filhos da Pátria Sob Pressão A Fórmula Vade Retro
 A Cara do Pai A Garota da Moto Z4 Terrores Urbanos

3.15. Costuma assistir a séries na televisão?

Em caso positivo:

3.15.1. Assiste de vez em quando ou acompanha sempre que passa?

3.15.2. A quais séries você está assistindo no momento?

3.16. Costuma assistir a filmes na televisão?

Em caso positivo:

3.16.1. Em qual canal?

3.16.2. Assiste de vez em quando ou sempre que passa?

3.16.3. Quais foram os três últimos filmes que você lembra de ter assistido?

3.16. Quais são seus gêneros de filmes favoritos?

- Ação Animação Aventura Comédia Drama Faroeste
 Ficção científica Musical Religioso Romance Suspense
 Terror

3.17. Tem algum programa que seus pais te proibiam ou proibem de ver? Qual? Por que?

3.18. Na sua opinião, qual a função da televisão? (numerar por ordem de prioridade)

- Informar Educar Distrair

3.19. A televisão tem um lado ruim? Qual?

4- Rádio

4.1. Você ouve rádio?

4.2- Quanto tempo você passa ouvindo?

- Menos de 1h Entre 1h e 2h Entre 3h e 4h Mais de 4h

4.3- Com quem você costuma ouvir?

4.4- Aonde você costuma ouvir?

4.5- Qual sua emissora preferida? Por que?

4.6- Qual seu programa preferido? Por que?

4.7- Na sua opinião, qual a função do rádio? (numerar por ordem de prioridade)

() Informar () Educar () Distrair

4.8. O rádio tem um lado ruim? Qual?

5- Livro

5.1. Você costuma ler livros?

5.2. Com que frequência?

5.3. Que livros está lendo no momento?

5.4. Quais foram os últimos três livros que você leu?

5.5. Há algum livro ou autor favorito? Por que?

5.6. O livro tem um lado ruim? Qual?

6- Revista

6.1. Você costuma ler revistas?

6.2. Quais? Por que?

6.3. Com que frequência costuma ler?

6.4. Aonde costuma ler?

6.5. A revista tem um lado ruim? Qual?

7- Jornal impresso

7.1. Você costuma ler jornais?

7.2. Quais? Por que?

7.3. Com que frequência costuma ler?

7.4. Aonde costuma ler?

7.5. O jornal tem um lado ruim? Qual?

8- CD

8.1. Você costuma ouvir conteúdos em CDs?

8.2. Quais os últimos três CDs que você ouviu?

8.3. Com que frequência costuma ouvir?

8.4. Aonde costuma ouvir?

8.5. Costuma ouvir sozinho ou acompanhado?

8.6. Acompanhado de quem?

9- DVD

9.1. Costuma assistir conteúdos em DVD?

9.2. Quais os últimos três DVDs que você assistiu?

9.3. Com que frequência costuma assistir?

9.4. Aonde costuma assistir?

9.5. Costuma assistir sozinho ou acompanhado?

9.6. Acompanhado de quem?

INSTRUMENTO 4

Uso de TICs

1- Computador ou notebook

1.1. Você usa computador?

1.2. Aonde costuma usar?

1.3. É de uso pessoal ou coletivo?

1.3.1. Em caso de uso coletivo: quem mais usa com você?

1.4. Quanto tempo por dia você passa no computador?

() Menos de 1h () Entre 1h e 2h () Entre 3h e 4h () Mais de 4h

1.5. O que costuma fazer no computador?

1.6. Tem perfil em rede social? (Facebook, Instagram, Twitter, LinkedIn etc.)

Em caso positivo:

1.6.1. Quais redes sociais você costuma usar com mais frequência? Por que?

1.6.2. O que você costuma fazer nessas redes sociais?

1.6.3. Já conversou online com alguém que não conhece pessoalmente?

1.6.4. Mantém contato online com alguém que não conhece pessoalmente? Por que?

1.6.5. Faz parte de algum grupo nessas redes sociais?

1.6.6. Segue o perfil de alguma celebridade nas redes sociais? Qual ou quais?

1.7. Você costuma baixar séries ou filmes pelo computador?

Em caso positivo:

1.7.1. Está assistindo a alguma série que você baixou no momento? Qual ou quais?

1.7.2. Das séries que você já baixou, tem alguma preferida?

1.7.3. Assistiu a algum filme recentemente que você tenha baixado? Qual ou quais?

1.7.4. Dos filmes que você baixou, tem algum preferido?

1.8. Costuma acessar alguma dessas plataformas?

() Youtube () Netflix () GloboPlay () HBO GO () Amazon Prime

() Outras. Quais? _____

1.9. Na sua opinião, a principal função do computador é: (numerar por ordem de prioridade)

() Informar () Educar () Entreter

1.10. O que mudou na sua vida desde que começou a usar o computador?

1.11. Qual o lado ruim do computador?

Caso não tenha acesso:

1.11. Você gostaria de usar o computador? Por que?

1.12. O que você gostaria de fazer na Internet caso tivesse acesso?

1.13. Você tem vontade de ter um perfil em alguma rede social? (Facebook, Instagram, Twitter etc.) Por que?

1.14. Conhece alguém que use o computador? O que te falam a respeito?

1.15. Na sua escola ensinam informática?

1.16. Os alunos da sua tem acesso ao computador de lá? Você já teve vontade de usar? Por que?

1.17. Qual o lado ruim do computador?

2- Celular

2.1. Você possui celular?

2.2. Prefere conversar por mensagem de texto, mensagem de voz ou ligação telefônica?

2.3. O que você costuma fazer no celular além de ligações telefônicas?

2.4. Com quem você costuma se comunicar pelo celular?

2.5. Utiliza redes sociais pelo celular? Quais?

2.6. Prefere acessá-las pelo celular ou pelo computador? Por que?

2.6. Faz uso de aplicativos de bate papo, como WhatsApp, Telegram etc?

Em caso positivo:

2.6.1. Você se informa por esse(s) aplicativo(s)?

2.6.2. Você compartilha informações em grupos nesse(s) aplicativo(s)?

2.6.3. Faz parte de algum grupo nesses aplicativos?

2.7. Costuma assistir a algum programa, série ou filme pelo celular? Quais?

Em caso positivo:

2.7.1. Assiste online ou por download?

2.7.2. Através de quais sites ou plataformas?

2.8. Costuma acessar algum site de entretenimento ou notícias pelo celular? Quais?

2.9. O que mudou na sua vida desde que começou a usar o celular?

2.10. Qual o lado ruim do celular? Por que?

Caso não utilize:

2.11. Você gostaria de ter um celular? Por que?

2.12. Conhece alguém que utilize? O que dizem a respeito?

2.13. Qual o lado ruim do celular? Por que?

INSTRUMENTO 5

Representações do rural e do urbano na ficção midiática

Perguntas abertas

1. Que tipo de programa você acha que é dirigido a você? Por que?

2. Que tipo de história você gostaria de ver encenada na televisão ou no cinema?

3. Você poderia resumir a história da sua novela, filme ou série preferido(a)?

4. Você lembra de alguma cena de novela, série ou filme que tenha te marcado? Por que?

5. Para você, existem muitas diferenças entre o comportamento dos jovens que aparecem nas novelas e os jovens que convivem com você? Se sim, quais são?

6. O que mais te chama atenção sobre a vida na cidade/meio urbano que você vê nas novelas?

7. Você lembra de alguma novela que se passasse no campo/meio rural? Quais?

7.1. Você acha que foram fiéis à realidade? Por que?

10. Você acha que os homens das novelas se vestem igual ou diferente dos homens que convivem com você? Como?

11. Você acha que as mulheres da novela se vestem igual ou diferente das mulheres que convivem com você? Como?
14. A vida dos jovens da novela parece ser mais fácil ou mais difícil que a de vocês? Por que?
12. Você já reparou em algum hospital que tenha aparecido nas novelas? Lembra como foi retratada a aparência e a infraestrutura dele? O atendimento parecia ser bom?
13. Você já reparou em alguma escola que tenha aparecido nas novelas? Lembra como foi retratada a aparência e a infraestrutura dela? O ensino parecia ser bom?
16. Como você vê a relação dos jovens das novelas com seus familiares?
17. O que você mais admira nos jovens que aparecem nas novelas?
18. O que você menos admira nos jovens que aparecem nas novelas?
19. Você gostaria de ter a vida que os jovens das novelas tem? Por que?
24. O que você acha que aparece mais nas novelas: a vida na cidade ou a vida no campo? Por que?
25. As mulheres das novelas são _____
26. Os homens das novelas são _____
27. Os jovens das novelas são _____
40. Você prefere ver novelas que se passem no campo ou na cidade? Por que?
41. Se você pudesse ser um personagem da histórias da televisão e do cinema, quem você seria? Por que?
43. Você acha que, em geral, os jovens das novelas dão um bom exemplo? Por que?
49. Você prefere filmes estrangeiros ou filmes brasileiros? Por que?
50. Você prefere novelas, séries ou filmes? Por que?
51. Você se recorda de algum filme ou série que se passasse no campo? Qual ou quais?
52. Você acha que foram fiéis à realidade? Por que?
53. Você preferiria que sua história fosse retratada em uma novela, em uma série ou em um filme? Por que?
57. Qual seu personagem preferido da televisão ou do cinema? Por que?
60. Você se acha parecido com algum personagem da televisão ou do cinema? Qual? Por que?

INSTRUMENTO 6

Representações do rural/urbano

1. Quais as vantagens que a vida aqui no campo tem sobre a vida na cidade?
2. Quais as desvantagens?
5. O que você acha que poderia ensinar aos jovens da cidade?
6. O que você acha que poderia aprender com os jovens da cidade?

7. Para você, quais desses termos estão mais associados à cidade/meio urbano?

- | | | | |
|---|------------------------------------|--|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Violência | <input type="checkbox"/> Carros | <input type="checkbox"/> Oportunidade | <input type="checkbox"/> Pessoas |
| <input type="checkbox"/> Agricultura | <input type="checkbox"/> Barulho | <input type="checkbox"/> Tranquilidade | <input type="checkbox"/> Lavoura |
| <input type="checkbox"/> Máquinas | <input type="checkbox"/> Cavalos | <input type="checkbox"/> Produção | <input type="checkbox"/> Comércio |
| <input type="checkbox"/> Pecuária | <input type="checkbox"/> Animais | <input type="checkbox"/> Fazenda | <input type="checkbox"/> Trabalho |
| <input type="checkbox"/> Avicultura | <input type="checkbox"/> Poluição | <input type="checkbox"/> Bom de morar | <input type="checkbox"/> Prédios |
| <input type="checkbox"/> Desvalorização | <input type="checkbox"/> Calma | <input type="checkbox"/> Salário | <input type="checkbox"/> Dificuldade |
| <input type="checkbox"/> Serviço de saúde | <input type="checkbox"/> Agitado | <input type="checkbox"/> Estradas de terra | <input type="checkbox"/> Vaca |
| <input type="checkbox"/> Emprego | <input type="checkbox"/> Natureza | <input type="checkbox"/> Escolas | <input type="checkbox"/> Diversão |
| <input type="checkbox"/> Terra | <input type="checkbox"/> Multidões | <input type="checkbox"/> Casas | <input type="checkbox"/> Movimento |
| <input type="checkbox"/> Pouco dinheiro | <input type="checkbox"/> Roça | <input type="checkbox"/> Plantação | <input type="checkbox"/> Sofrimento |
| <input type="checkbox"/> Tecnologias | | | |

8. Para você, quais desses termos estão mais associados ao campo/meio rural?

- | | | | |
|---|------------------------------------|--|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Violência | <input type="checkbox"/> Carros | <input type="checkbox"/> Oportunidade | <input type="checkbox"/> Pessoas |
| <input type="checkbox"/> Agricultura | <input type="checkbox"/> Barulho | <input type="checkbox"/> Tranquilidade | <input type="checkbox"/> Lavoura |
| <input type="checkbox"/> Máquinas | <input type="checkbox"/> Cavalos | <input type="checkbox"/> Produção | <input type="checkbox"/> Comércio |
| <input type="checkbox"/> Pecuária | <input type="checkbox"/> Animais | <input type="checkbox"/> Fazenda | <input type="checkbox"/> Trabalho |
| <input type="checkbox"/> Avicultura | <input type="checkbox"/> Poluição | <input type="checkbox"/> Bom de morar | <input type="checkbox"/> Prédios |
| <input type="checkbox"/> Desvalorização | <input type="checkbox"/> Calma | <input type="checkbox"/> Salário | <input type="checkbox"/> Dificuldade |
| <input type="checkbox"/> Serviço de saúde | <input type="checkbox"/> Agitado | <input type="checkbox"/> Estradas de terra | <input type="checkbox"/> Vaca |
| <input type="checkbox"/> Emprego | <input type="checkbox"/> Natureza | <input type="checkbox"/> Escolas | <input type="checkbox"/> Diversão |
| <input type="checkbox"/> Terra | <input type="checkbox"/> Multidões | <input type="checkbox"/> Casas | <input type="checkbox"/> Movimento |
| <input type="checkbox"/> Pouco dinheiro | <input type="checkbox"/> Roça | <input type="checkbox"/> Plantação | <input type="checkbox"/> Sofrimento |
| <input type="checkbox"/> Tecnologias | | | |

9. Se você fosse definir a cidade/meio urbano com apenas 1 desses termos, qual seria? Por que?

10. Se você fosse definir o campo/meio rural com apenas 1 desses termos, qual seria? Por que?

11. Se pudesse morar na cidade/meio urbano você moraria? Por que?

12. Existe alguma coisa na cidade que você traria para o campo? O que?

13. Existe alguma coisa no campo que você levaria para a cidade? O que?

14. Desses itens, quais são os 3 mais importantes para você?

- a) Religião ()
- b) Trabalho ()
- c) Família ()
- d) Amigos ()
- e) Tecnologias ()

- f) Lazer/diversão ()
- g) Saúde ()
- h) Sexo ()
- i) Estudo ()
- j) Drogas recreativas ()
- k) Natureza ()

15. Desses itens, quais você acha que são os 3 mais importantes para os jovens da cidade?

- a) Religião ()
- b) Trabalho ()
- c) Família ()
- d) Amigos ()
- e) Tecnologias ()
- f) Lazer/diversão ()
- g) Saúde ()
- h) Sexo ()
- i) Estudo ()
- j) Drogas recreativas ()
- k) Natureza ()

16. Você acha que um homem da cidade se adaptaria facilmente à vida no campo? Por que?

17. Você acha que uma mulher da cidade se adaptaria facilmente à vida no campo? Por que?

18. O que é qualidade de vida para você? Por que?

19. Quem tem mais qualidade de vida: os moradores do campo ou os da cidade? Por que?

20. Se tivesse que escolher entre estar perto da natureza ou acesso às tecnologias, o que você escolheria? Por que?

INSTRUMENTO 7

Trabalho

1. Na agricultura, você trabalha só com sua família ou presta serviço para mais alguém?
2. Você realiza algum outro tipo de trabalho além do agrícola?
3. Você gosta do seu trabalho? Por que?
4. Quantas horas você trabalha por dia, em média?
5. Você planeja continuar trabalhando com agricultura no futuro ou pensa em mudar de atividade?
6. Você planeja continuar trabalhando junto com sua família no futuro? Por que?
7. Alguém que não é da sua família trabalha com vocês na agricultura?
8. A relação com seus colegas de trabalho está limitada ao ambiente de trabalho?
9. Como é seu relacionamento com eles fora do ambiente de trabalho?
10. O que você mudaria no seu atual trabalho?
11. Você e sua família enfrentam algum obstáculo no trabalho? Se sim, quais?
12. Se você tivesse um filho (ou se já tiver), gostaria que ele continuasse trabalhando com a família? Por que?

13. Você prefere trabalhar com sua família ou preferiria ser funcionário de outros agricultores? Por que?
14. Vocês tem concorrência na produção e venda de alimentos? Quem?
15. Você considera que a agricultura daqui está se modernizando? Por que?
16. Para você, as oportunidades de trabalho na agricultura são melhores em algum outro lugar do país? Por que?
17. Já pensou em se mudar para outro município, estado ou região do país em busca de alguma oportunidade de trabalho na agricultura? Já recebeu alguma proposta?
18. Como você vê a chegada dos grandes produtores agrícolas no campo?
19. Você acha que a instalação dos grandes produtores agrícolas seria algo bom ou ruim para você e sua família? E para a população em geral?
20. Por onde você se informa sobre as atividades agrícolas de outros lugares do país?
 Televisão Internet Jornal impresso Revista Rádio
 Pessoalmente (amigos, colegas de trabalho etc.)
 Outros: _____
21. Especificar fontes de informação nos meios de comunicação (programas, portais de notícias, redes sociais online, nome da revista ou jornal impresso etc.):
-

Lazer

1. O que você costuma fazer no seu tempo livre?
2. Das atividades relacionadas abaixo, a qual delas você costuma ir?
- Frequência: Semanalmente, quinzenalmente, mensalmente, outros
- Onde: Saber se é no bairro ou fora dele

		Frequência	Onde
<input type="checkbox"/>	Bar		
<input type="checkbox"/>	Baile		
<input type="checkbox"/>	Balada		
<input type="checkbox"/>	Festas de aniversário, batizado ou casamento		
<input type="checkbox"/>	Circo		
<input type="checkbox"/>	Cinema		
<input type="checkbox"/>	Shopping center		
<input type="checkbox"/>	Futebol ou outros esportes (jogar ou assistir pessoalmente)		
<input type="checkbox"/>	Festa religiosa		
<input type="checkbox"/>	Missa		
<input type="checkbox"/>	Excursões		
<input type="checkbox"/>	Outras atividades. Quais?		

--	--	--	--

3. Você pertence a algum tipo de associação de bairro, partido político, sindicato? Quais?
4. Costuma fazer algum tipo de atividades de lazer com os vizinhos?
5. Os vizinhos se ajudam entre si? Lembra de alguma situação?
6. Você vai à cidade para _____
7. Você acha que as pessoas da cidade tem a mesma variedade de opções de lazer que as pessoas do campo? Por que?
8. Você acha que as pessoas da cidade tem o mesmo tempo livre para dedicar-se ao lazer que as pessoas do campo? Por que?

Escola

1. Você já concluiu a escola, nunca frequentou ou ainda frequenta? Cursou até qual série?
2. Você já fez, faz ou pretende fazer alguma faculdade?
3. A relação com seus colegas de escola/faculdade está limitada ao ambiente de aulas?
4. O que costuma fazer com seus colegas de escola/faculdade fora do ambiente de aulas?
5. Você considera os estudos importantes? Por que?
6. Você acha que o acesso à educação no campo é igual ou diferente da cidade?
7. Com que frequência você costuma estudar?
 Todos os dias 1 vez por semana
 2 a 4 vezes por semana 5 a 6 vezes por semana
8. Quantas horas por dia você costuma estudar, em média?
 Menos de 1h 2h a 4h 5 a 7h 8h a 10h 11h ou mais
9. Você considera as escolas do município boas? E as faculdades? Por que?
10. Qual foi o acontecimento que mais te marcou na escola?
11. Você se dava/se dá bem com seus colegas de escola? O que mais criticavam em você? O que mais elogiavam?
12. Os professores da escola/faculdade comentam sobre a pobreza no Brasil?
13. Qual carreira você pretende seguir?

Família

1. Conte um pouco da história da sua família.
2. Qual o maior aprendizado que sua família te passa?
3. Como é sua relação com seus pais?
4. Como é sua relação com seus irmãos?
5. Que tipos de assuntos você costuma conversar com seus pais? E com seus irmãos?
6. Quais programas de televisão você costuma assistir com sua família?
7. Você costuma sair com a sua família no tempo livre? Para onde?
8. Você costuma viajar ou já viajou com sua família? Para onde?
9. O que seus pais comentam sobre os programas que você assiste na televisão?
10. O que seus pais comentam sobre o seu uso de celular? E de computador?

11. Qual a diversão preferida do seu pai? E da sua mãe?
12. O que os seus pais querem para o seu futuro? Que conselhos eles dão sobre isso?
13. Como é a divisão de tarefas domésticas entre a sua família?
14. Como é a divisão das tarefas de trabalho entre a sua família?

INSTRUMENTO 8

1. Quando sai para passear, o que é mais importante para você ao escolher uma roupa:
 Que ela seja diferente do que todos estão usando no momento
 Seguir a tendência da moda para não se sentir diferente do seu tempo e do seu grupo
 Que você ache ela confortável
 Que você ache ela elegante
2. A sua família recebe algum auxílio financeiro/material? (iniciativas de ONGs, programas do governo, doações de pessoas físicas, ajuda de amigos etc.)
3. Alguma vez já foi discriminado(a) pela sua condição econômica?
4. Um quadro com uma pintura artística é:
 Uma boa maneira de decorar um ambiente
 Uma maneira criativa dos seres humanos transmitirem suas ideias
 Uma perda de tempo, existem coisas mais importantes
 Uma terapia para quem pinta
 Um modo do artista ganhar dinheiro honestamente com seu talento
5. Quais são as 3 coisas mais importantes em uma casa:
 Limpeza Móvelia
 Decoração Tamanho
 Praticidade Ordem
 Outro. Qual? _____
6. Para você, o que é vencer na vida?
7. Para ser bem sucedido na profissão é mais importante: (escolher 3 itens)
 Saber falar corretamente
 Ser estudioso
 Conhecer pessoas importantes
 Falar outra língua
 Ter conhecimentos de informática
 Ter experiência de trabalho
 Ter um diploma universitário
 Ter boa aparência
8. Você já se sentiu diferente de alguém porque a pessoa possuía algo que você não tem? (carro, casa, roupa, profissão etc.)
9. Alguém tentou se mostrar superior a você por ter algo que você não tem?

10. No Brasil, qual o fator mais importante para uma pessoa ser discriminada?

- Raça Orientação sexual Gênero Classe social
 Lugar onde nasceu Outro. Qual? _____

11. Como você percebe a condição econômica de uma pessoa?

12. Quais os limites que a falta de dinheiro coloca para a realização de uma pessoa?

13. Você já namorou alguém com muito mais ou muito menos condições financeiras que você?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Universidade Federal de Santa Maria
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Mestrado em Comunicação

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador.

Título do projeto: Juventude camponesa e consumo de mídia na era digital

Pesquisador: Marco Marão

Telefone para contato: (55) 9xxxxxx

Orientadora: Veneza Mayora Ronsini

O objetivo desta pesquisa é analisar as práticas dos jovens camponeses associadas ao consumo de mídia e as representações do rural-urbano acionadas por este consumo para compreendermos em que medida as estruturas capitalistas de poder estão implicadas nessas práticas. A sua participação na pesquisa consiste em entrevistas, a serem gravadas em áudio, que serão realizadas pelo próprio pesquisador. Os procedimentos aplicados por esta pesquisa não oferecem riscos a sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais. As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato pelo telefone acima citado. Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa. Você poderá retirar seu consentimento a qualquer momento.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____,

RG _____, CPF _____, abaixo

assinado, concordo em participar do estudo como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos, bem como os benefícios decorrentes da minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento.